

Uma publicação do



RMC, Revista Mineira de Contabilidade,
Belo Horizonte, v. 21, n. 1, janeiro/abril 2020
<http://revista.crcmg.org.br>
ISSN: 2446-9114



RMC

Revista Mineira de Contabilidade
Journal of Accounting of Minas Gerais



Escultura em homenagem a Ary Barroso (Ubatuba - MG)

| A Covid-19 e o ensino contábil:
impactos e perspectivas futuras.

| Orçamento: perspectivas teóricas das
pesquisas científicas internacionais.

| Reserva Orçamentária: estudo de caso
em uma empresa comercial.

| Cost Drivers: reflexões sobre definições,
conceitos, utilidades e aplicabilidades.

| *Is Bitcoin an Opportunity or a Threat to
the Relevance of Accounting Information?*

| O que explica a propensão ao
endividamento dos jogadores
profissionais de futebol?

| Expectativas Profissionais dos Ingressantes
no Curso de Graduação em Ciências
Contábeis: um estudo em uma Instituição de
Ensino Superior.

| Aprendizagem significativa no ensino de
ciências contábeis: um estudo em uma
instituição de ensino de minas gerais.

REVISTA MINEIRA DE CONTABILIDADE

Periodicidade quadrimestral

Volume 21, nº 1, Janeiro/Fevereiro/Março/Abril de 2020

ISSN 2446-9114

CRCMG

Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais

Rua Cláudio Manoel, 639, Savassi - Cep 30140-105

BH/MG - Tel: (31) 3269-8400 - E-mail: rcmg@crcmg.org.br**Edição:** Fernanda Oliveira - MG 06296 JP**Redação:** Deborah Arduini - MG 15468 JP**Assistente Editorial:** Suélen Teixeira de Paula**Diagramação:** Phábrica de Produções**Capa:** Servando Lopes**E-mail:** revista@crcmg.org.br

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. As matérias desta revista podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

CORPO DIRETIVO**Presidente do CRCMG**

Rosa Maria Abreu Barros, Brasil

Comitê de Política Editorial

Prof.ª. Dra. Virginia Granate Costa Sousa, ISCA/UA, Portugal;

Prof. Dr. Alexandre Bossi Queiroz, Brasil;

Prof. Dr. Ilirio José Rech, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil;

Prof. Dr. José Elias Feres de Almeida, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil;

Prof. Dr. Joséilton Alves Diniz, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil;

Prof. Dr. Manoel Raimundo Santana Farias, Universidade São Judas Tadeu (USJT), Brasil;

Prof.ª. Dra. Kelly Cristina Múcio Marques, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil;

Prof.ª. Dra. Sheizi Calheira Freitas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil;

Prof. Msc. Oscar Lopes da Silva, Saber e Saber - A Arte de Educar, Brasil

Editora

Prof.ª. Dra. Nálbia de Araújo Santos, Departamento de Administração e Contabilidade Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil

Editores Adjuntos

Prof. Dr. Gilberto José Miranda, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil;

Prof.ª. Dra. Edvalda Araújo Leal, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil;

Dra. Rosimeire Pimentel Gonzaga, UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil;

Prof.ª. Dr.ª. Bruna Camargos Avelino, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);

Prof. Dr. João Estevão Barbosa Neto, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Brasil

Corpo Editorial CientíficoProf.ª. Dra. Márcia Athayde, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil;
Prof.ª. Dra. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil;

Prof.ª. Dra. Patricia De Souza Costa, Universidade de Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Brasil; Prof. Msc. Renato Ferreira Leitão Azevedo, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), Brasil & University of Illinois at Urbana-Champaign - UIUC, EUA, Brasil;

Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil;

Prof. Dr. Valcemiro Nossa, FUCEPE Business School, Brasil;

Prof.ª. Dra. Vilma Geni Slomski, FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Brasil;

Prof.ª. Dra. Xiomara Esther Vásquez Carrazana, Universidade de Granma, UDG, Cuba, Cuba

CONSELHO DIRETOR 2020/2021**Presidente**

Rosa Maria Abreu Barros

Vice-Presidente de**Administração e Planejamento**

Maria da Conceição Barros de

Rezende Ladeira

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Andreza Célia Moreira

Vice-Presidente de Registro

Oscar Lopes da Silva

Vice-Presidente de Controle Interno

Milton Mendes Botelho

Vice-Presidente de**Desenvolvimento Profissional**

Suely Maria Marques de Oliveira

Conselheiros Efetivos

Adelaide Maria da Cruz

Adriana da Conceição Timoteo

Alacir Ribeiro Antônio Filho

Alexandre Queiroz de Oliveira

Amaro da Silva Junior

Andreza Celia Moreira

Berenice Pereira Supucira

Celio Faria de Paula

Cristiano Francisco Fonseca Neves

Cristina Lisboa Vaz de Mello

Domingos Sávio Alves da Cunha

Edivaldo Duarte de Freitas

Edmar Pereira dos Santos

Evani Lúcio de Melo

Geraldo Bonfim e Silva

Jacqueline Aparecida Batista de Andrade

Jens Erik Hansen

Lucila Carmélia de Andrade

Luiz Carlos Alves

Maria da Conceição Barros de Rezende

Ladeira

Marlúcio Cândido

Milton Mendes Botelho

Oscar Lopes da Silva

Otarício Jose Dutra

Patricia Antonacci Neves
Rachel Costa Mendonça
Renato Miguel da Cruz
Romeci Rodrigues dos Santos
Romualdo Eustáquio Cardoso
Rosa Maria Abreu Barros
Silvana Maria Figueiredo Santos
Stella Maris Carvalho Cabral
Suely Maria Marques de Oliveira

Conselheiros Suplentes

Adriana Maria Rocha

Ana Carolina Braga de Moura

Aretuza de Pinho Tavares

Braz Rozado Costa

Carlos Wagner Alves de Lima

Celso Guimarães da Costa

Clenio Alves Costa

Denise de Oliveira Santos

Fabiana de Oliveira Andrade

Gabriel Alfredo da Silva Torga

Gideão José Pinto Oliveira

Heleno Souza de Aquino

Helio Ricardo Teixeira de Moura

Joseane Costa Mayrink de Lima

Josiane Alves de Oliveira Cezario

Keren Happuch Mirante Ferreira

Leonardo Firmino dos Santos

Maique Maia Gomes

Marco Antonio Amaral Pires

Marina Lis Abreu Barros

Marina Ribeiro Xavier Cunha

Patricia Regina Teles

Raquel Angelo Araujo

Renata Wanderley Pereira

Renato Santos Septimio

Renildo Dias de Oliveira

Rodrigo Antonio Chaves da Silva

Ronaldo Maciel Dutra

Rosely Jesuina do Nascimento e Santos

Sidney Pires Martins

Wanderson Resende Alves

Revista Mineira de Contabilidade. Ano 1, n. 1, 3º Trimestre, 2000.
Belo Horizonte: Conselho Regional de Contabilidade de MG.
Trimestral
ISSN 1806-5988

2- Contabilidade - Periódico

CDU657 (051)

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, pela internet, no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), disponibilizando gratuitamente o conhecimento científico ao público com vistas à sua democratização. A RMC está utilizando o SEER como meio de gerenciamento do periódico. O SEER foi traduzido e adaptado do Open Journal Systems (OJS) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse software livre, desenvolvido pela Universidade *British Columbia* do Canadá, tem como objetivo dar assistência à edição de periódicos científicos em cada uma das etapas do processo, desde a submissão e avaliação dos consultores até a publicação *online* e sua indexação. Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br/>
© Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais - 2015

Palavra da Editora

Prezados Leitores,

Informamos que a Portaria do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG) n.º 008, de 24 de janeiro de 2020, homologou a nova composição da equipe editorial da Revista Mineira de Contabilidade (RMC), conforme as normas propostas para o processo de escolha do Conselho Editorial da RMC. Essa equipe será integrada por mim, Profa. Dra. Nálbia de Araújo Santos, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), editora geral; pelas editoras adjuntas Profa. Dra. Bruna Camargos Avelino, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Profa. Dra. Edvalda Araújo Leal, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e Profa. Dra. Rosimeire Pimentel Gonzaga, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), responsáveis pelas seções de Contabilidade Societária, Educação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria e Contabilidade Gerencial, respectivamente; além dos editores adjuntos, responsáveis pelas seções de Mercado Financeiro, de Créditos e de Capitais e de Capitais e Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor, respectivamente, o Prof. Dr. Gilberto José Miranda (UFU) e o Prof. Dr. João Estevão Barbosa Filho (UFMG), o mais recente integrante da RMC. Agradecemos a parceria do Prof. Msc. Oscar Lopes da Silva, do Centro Universitário Unifacig, que fez parte do Conselho Editorial e que continua na RMC como membro do Comitê de Política Editorial.

Essa equipe editorial compromete-se com a continuidade das boas práticas de editoração da RMC e irá se empenhar para manter os avanços em termos de qualidade de publicação promovidos pela revista nos últimos anos. Para os próximos anos, esperam-se a migração do sistema atual da RMC para a terceira versão do *Open Journal Systems*, com o apoio do setor de Tecnologia da Informação do CRCMG; a tradução dos artigos submetidos em português para o inglês, que acontecerá após os processos de revisão do artigo aceito, e a realização de novas indexações com o objetivo de atender aos requisitos recomendados pelo Qualis Periódicos, nos critérios de classificação apresentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Assim, passamos a apresentar a primeira edição de 2020 da Revista Mineira de Contabilidade, cuja missão é divulgar a produção de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos na área contábil. Para o volume 21, número 1, os editores da RMC contaram com a colaboração do Prof. Msc. Vitor Hideo Nasu, na seção de Editorial, cujo texto aborda algumas reflexões, possíveis efeitos e expectativas futuras, especialmente sobre o ensino contábil, considerando o contexto mundial do Coronavírus (Covid-19), sendo intitulado de “A Covid-19 e o ensino contábil: impactos e perspectivas futuras”.

Com relação aos artigos, o primeiro, cujo título é “Orçamento: perspectivas teóricas das pesquisas científicas internacionais”, dos autores Paula Cristina Leite Guesser, Sérgio Murilo Petri e Carlos Eduardo Facin Lavarda, realiza uma revisão da literatura de artigos científicos internacionais sobre orçamento público, com base na ferramenta Knowledge Development Process-Constructivist (Proknow-C), classificando-os conforme uma perspectiva econômica, psicológica e sociológica.

O *paper* “Reserva orçamentária: estudo de caso em uma empresa comercial”, de autoria de Thaisa Renata Santos, Cléber Roberto Veloso, Ercílio Zanolla e Júlio Orestes Silva, analisa a percepção dos agentes sobre a criação da reserva orçamentária no processo de planejamento de uma empresa comercial.

Eric Ferreira dos Santos, Kátia Abbas e Antônio Ricardo Catânio são os autores do estudo “*Cost drivers*: reflexões sobre definições, conceitos, utilidades e aplicabilidades”, cujo objetivo central foi realizar uma análise crítica das definições, dos conceitos, dos aspectos utilitaristas e da aplicabilidade, considerando os *frameworks* do *Activity-Based Costing* (ABC) e da Gestão Estratégica de Custos (GEC), que utilizam a expressão *cost drivers* de acordo com a literatura brasileira e internacional.

O propósito cerne do quarto trabalho, cujos autores são Ronan Reis Marçal, Bruno Prata Chacon e Leonardo Flach, é analisar o impacto do preço das ações do *Bitcoin* nos preços das ações das empresas listadas em B3, que é intitulado “*Is Bitcoin an Opportunity or a Threat to the Relevance of Accounting Information?*”.

Thiago Bruno de Jesus Silva, Allison Manoel de Sousa e Rodrigo Rengel verificam os fatores explicativos para a propensão ao endividamento de jogadores profissionais de futebol no trabalho intitulado “O que explica a propensão ao endividamento dos jogadores profissionais de futebol?”.

Os dois últimos artigos são intitulados “Expectativas profissionais dos ingressantes no curso de graduação em Ciências Contábeis: um estudo em Instituição de Ensino Superior” e “Aprendizagem significativa no ensino de Ciências Contábeis: um estudo em uma Instituição de Ensino Superior de Minas Gerais”. O objetivo principal do sexto artigo é investigar quais são as expectativas profissionais dos alunos que ingressaram, em 2018, no curso de graduação em Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública, com base na Teoria da Expectativa, cuja autoria é Deise Ferreira, Alexandre Costa Quintana, Ana Paula Capuano da Cruz e Débora Gomes de Gomes. Por fim, o artigo de Livia Maria de Pádua Ribeiro, João Eduardo Ribeiro e Uajará Pessoa Araújo teve o propósito de descrever as competências e as habilidades desenvolvidas pelos discentes com a utilização da teoria da aprendizagem significativa no ensino de Ciências Contábeis de uma IES de Minas Gerais.

Agradecemos aos autores por submeterem seus artigos à RMC e acreditarem na qualidade do seu processo de avaliação e aos avaliadores pela realização de um trabalho de modo dedicado e prestimoso.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Profa. Dra. Nálbia de Araújo Santos

Editorial

A COVID-19 E O ENSINO CONTÁBIL: IMPACTOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

1. CONTEXTO

Em dezembro de 2019, a China reportou casos de insuficiência respiratória aguda, acompanhada de sintomas similares aos da gripe comum. Dias depois, tal patologia veio a ser descoberta e denominada Covid-19, sendo o seu causador o novo coronavírus (NCV; Sars-Cov-2). A Covid-19 coloca em risco de morte principalmente idosos e pessoas com doenças pré-existentes. Desde então, o NCV se espalhou pelo mundo em ritmo acelerado, passando a ser considerado uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11/3/2020. No momento em que escrevo este texto (10/4/2020), a Covid-19 já ocasionou mais de 92.000 mortes (OMS, 2020a), além de centenas de milhares de infectados em todo o mundo. O vírus “pegou o mundo de surpresa”, provocando mudanças consideráveis na nossa forma de trabalhar, de se relacionar socialmente, de se comunicar e, inclusive, de transmitir e adquirir conhecimento.

O objetivo central aqui, contudo, é incentivar a discussão sobre o ponto no qual o ensino contábil e a pandemia se encontram e algumas perspectivas para o futuro. Naturalmente, instituições de ensino superior (IES), professores, alunos e as sociedades em geral não esperam ter que enfrentar um cenário pandêmico. Não é trivial uma doença se transformar em uma pandemia. No entanto, estamos enfrentando esta situação no presente momento. E isso levantou ou pelo menos me fez refletir sobre algumas questões no campo educacional e, mais especificamente, da contabilidade. Tais questões são discutidas de forma anedótica, visto que os dados que relacionam o ensino de contabilidade à Covid-19 ainda são escassos. Nem por isso devemos deixar de notar alguns impactos, observando como a pandemia está afetando o ensino contábil.

2. IMPACTOS NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO

O processo de educação, tomado aqui de forma ampla, envolve discentes, docentes, recursos pedagógicos e as IES por meio de suas políticas educativas e códigos de conduta. A começar por essas últimas, algumas IES têm realizado a transição do seu ensino presencial para o ensino a distância (EaD) – fundamentalmente aquelas que oferecem os cursos de Ciências Contábeis somente na modalidade presencial –, enquanto outras optaram por suspender o calendário de aulas, como é o caso da Universidade de Brasília (UnB Notícias, 2020). Aquelas que optaram por fazer a transição para o EaD, como é o caso da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), agiram com a maior rapidez possível para treinar seus docentes, a fim de implantar as aulas a distância para os cursos que eram presenciais. Conforme o quinto comunicado à comunidade acadêmica da USP realizado em 6/4/2020 (FSP/USP, 2020), o reitor, Vahan Agopyan, indicou que “quase 90% das disciplinas de graduação com abordagem teórica ou teórico-prática estão sendo oferecidas, utilizando-se da tecnologia e criatividade de professores e estudantes”. As outras IES que decidiram pela suspensão das aulas muito provavelmente fizeram esta escolha por não possuírem a infraestrutura necessária para fornecer o EaD, por constatar limitações na habilidade de seu corpo docente no uso de equipamentos tecnológicos, já que, presumivelmente, muitos sempre ministraram aulas somente na modalidade presencial, ou, ainda, por outras razões. Por qualquer que seja o motivo, observamos medidas preventivas por parte das IES para desacelerar a disseminação da Covid-19. Este é um momento de aprendizagem no qual é oportuno que as IES pensem sobre formas alternativas de manter ativo o ensino, sem que haja perda significativa de qualidade, e, para aquelas que suspenderam o calendário acadêmico temporariamente, façam projeções de cenários e reestabeleçam os objetivos e táticas educacionais a serem implantados quando do retorno das aulas. Em momentos como este, precisamos refletir sobre o papel das universidades.

Em relação ao corpo docente, a palavra-chave é adaptação. Professores que sempre lecionaram somente na modalidade de ensino presencial estão tendo que aprender a utilizar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) para manter ativo o ensino. Nesse ponto, é relevante ressaltar a linha de pesquisa e os estudos sobre educação contábil, em especial, aqueles que tratam do uso de tecnologia na educação. Tal literatura pode ser consultada e servir de orientação para os professores de contabilidade que, em particular, estão realizando a transição de suas aulas para o ambiente virtual. Para os docentes cujas aulas foram suspensas, esta é a hora de concentrar esforços para desenvolver mais pesquisas e/ou refletir sobre como poderiam ganhar experiência no uso de tecnologias educacionais, a fim de que sejam capazes de introduzi-las futuramente em suas aulas, seja no ensino presencial ou no EaD, especialmente se, eventualmente, outro cenário pandêmico ocorrer. É oportuno lembrar que a última vez que a OMS havia declarado situação de pandemia foi em 2009, quando a gripe H1N1 também infectou milhares de pessoas ao redor do mundo. Portanto, são dois cenários pandêmicos nos últimos 11 anos (2009-2019). À medida que cenários desafiadores como esses aparecem, docentes precisam estar dispostos a se adaptarem de acordo com a realidade apresentada (veja o [vídeo](#) do prof. André Barcauí

da Fundação Getúlio Vargas - FGV, que teve que “reaprender a dar aulas” e que adaptou o leiaute de sua mesa de trabalho em casa para as aulas a distância). Recentemente, participei de um *webinar* promovido pela *American Accounting Association* (AAA, 2020a) em que as painelistas e professoras DeAnna Martin (*Santiago Canyon College*) e Jill Mitchell (*Northern Virginia Community College*) debateram o tema “Transição para a aprendizagem remota” e apresentaram recursos tecnológicos que podem auxiliar os educadores contábeis em suas aulas a distância, sobretudo nos quesitos de comunicação, engajamento de alunos e avaliação. Reproduzo-os na Tabela 1. Ademais, uma série de recursos e *webinars* sobre educação contábil oferecida pela AAA pode ser encontrada [aqui](#) (AAA, 2020b).

Tabela 1 - Recursos tecnológicos

Comunicação	https://gsuite.google.com/
	https://pt.surveymonkey.com/
	https://www.remind.com/
	https://www.zoom.us/
	https://pronto.io/
Engajamento	https://www.blackboard.com/teaching-learning/collaboration-web-conferencing/blackboard-collaborate
	https://www.iclicker.com/
	https://kahoot.com/
	https://explaineverything.com/
	https://screencast-o-matic.com/
Avaliação	https://www.proctoru.com/
	https://web.respondus.com/he/monitor/

Fonte: Adaptado do *webinar* “*Transitioning to remote learning*”, por AAA *Teaching, Learning and Curriculum (TLC) section*, ocorrido em 2 de abril de 2020.

Na esfera discente, a Covid-19 tem afetado aqueles que, particularmente, sempre estudaram na modalidade presencial. Além disso, estudantes cujas aulas sofreram transição para o ambiente virtual, mas que não têm acesso à internet, estão sujeitos a enfrentar dificuldades maiores para assistir às aulas. Embora o uso de aparelhos digitais móveis e o acesso à internet estejam mais popularizados hoje, a presunção de que todos os alunos possuem tais dispositivos com a qualidade de internet necessária pode ser equivocada. Por isso, as IES que estão transferindo suas aulas presenciais para o ambiente *online* precisam tomar iniciativas e prestar maior atenção em relação àqueles alunos que não possuem condições de assisti-las nesse formato. A USP, por exemplo, conforme o mesmo comunicado citado anteriormente, indicou que “o problema de alguns alunos em conseguir acesso à internet será minimizado com a distribuição programada de modems e chips para celulares, alugados pela Universidade”. Já para os alunos cujas aulas foram suspensas, este é o momento de tentar manter a mente tranquila, seguir as medidas preventivas determinadas pelos órgãos de saúde competentes e, também, é uma oportunidade de revisar o conteúdo até então ministrado para, quando as aulas retornarem, estarem mais bem preparados.

3. IMPACTOS NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DE DOCENTES E DISCENTES

A principal medida de prevenção instruída pelos órgãos de saúde competentes, tanto em nível nacional quanto internacional, é o isolamento social. O uso de máscaras, luvas, álcool em gel e lavagem frequente das mãos com sabão e água são outras práticas incentivadas. Mas especificamente o isolamento social pode trazer consequências aos alunos, professores, coordenadores de curso e demais envolvidos na área de educação. A interatividade social é importante na fase da infância por criar vínculos fortes de amizade e desenvolver sentimentos de alegria e confiança em outros indivíduos. Mesmo para adultos, o isolamento social pode ser deteriorante, sobretudo mentalmente, em decorrência do fato de que o ser humano é um ser social. Enquanto o isolamento social é um ponto positivo para desacelerar a disseminação da Covid-19, por outro lado, pode gerar sintomas de ansiedade, depressão e tédio, que podem alcançar níveis patológicos, gerando, inclusive, casos mais extremos, como síndromes do pânico. No grupo de alunos de pós-graduação bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no Facebook, o professor doutor Marco Aurélio dos Santos (egresso da FEA/USP) notou “algumas alterações de humor em função do processo de isolamento social das pessoas (quarentena) do Covid-19” e a sua preocupação era o adoecimento mental. Dessa forma, o professor propôs – por meio de uma postagem – que os pós-graduandos reportassem práticas, atitudes e outros comportamentos a fim de que não ocorressem casos de adoecimento mental, especialmente porque “a sociabilização é uma marca cultural do brasileiro de forma geral”, ressaltou Marco Aurélio. Algumas recomendações que surgiram a partir da postagem foram: (i) tentar manter uma rotina; (ii) fazer uma lista de metas para o dia e para a semana; (iii) fazer vídeo conferência com

amigos e familiares; (iv) fazer atividades de alongamento e exercícios físicos; (v) dedicar algum tempo a atividades de lazer, como ler recreativamente, assistir a séries e escutar músicas; (vi) fazer meditação e ioga; e (vii) fazer uso de jogos *online* com amigos. A essa lista, adiciono o banho de sol. Às vezes, ficar trancafiado no quarto sem luz solar por semanas não é saudável. Acredito que desfrutar da luz solar seja bom para o organismo. Voltando à postagem, muitos alunos ainda sentiram que a produtividade decresceu em relação às suas dissertações e teses, justamente por esses sentimentos de solidão, depressão e ansiedade. Entretanto, houve casos em que os estudantes declararam que a produtividade se intensificou, pois a quarentena é um período no qual há maior tranquilidade, tanto no ambiente interno do lar como no externo. É natural que existam distintas reações para um mesmo cenário. O ponto, no entanto, é que se deve prestar atenção para evitar o adoecimento mental e físico, já tão recorrente mesmo em tempos sem pandemia.

4. PERSPECTIVAS FUTURAS

A partir da Covid-19, lições e oportunidades podem ser extraídas. Deve-se evitar cometer os mesmos erros. A primeira lição é que as IES que optam por suspender seus calendários acadêmicos tornam, em menor ou maior grau, os seus funcionários e alunos ociosos. Dessa forma, políticas e projetos podem ser repensados e redesenhados para que algumas atividades administrativas não precisem ser prestadas presencialmente e, com isso, sejam reduzidos custos do empregador. Muitas empresas já adotam o trabalho remoto (*home office*) e isso pode ser expandido de forma mais intensa para o campo educacional, especialmente na esfera pública. A segunda lição que percebo é que a pandemia apontou que mudanças relevantes no formato de ensinar precisam ser feitas ou adaptadas. O abandono total do ensino presencial, a meu ver, é equivocado. Todavia, docentes de contabilidade, principalmente os pouco familiarizados, precisam pelo menos considerar o uso de tecnologias que apoiem suas aulas, seja para atividades síncronas ou assíncronas. Atualmente, há diversos recursos tecnológicos educacionais que atendem a distintos fins. O professor precisa escolher aquele que seja o mais apropriado para a disciplina e que seja consistente com o objetivo educacional. A terceira lição, muito vinculada à segunda, é que o ensino híbrido (*blended learning*) deve ser um formato de ensino a ser oferecido com maior abrangência pelas IES. Nesse formato, os alunos cursam parte do curso presencialmente e a outra parte a distância. É uma alternativa interessante em cenários como o do NCV. A quarta lição está relacionada às características das disciplinas de contabilidade. Enquanto algumas envolvem exercícios mais práticos e aplicados (ex: contabilidade intermediária), outras são mais teórico-conceituais (ex: teoria da contabilidade). Por essa razão, a escolha quanto à transição do ensino presencial para o EaD e ao recurso tecnológico-pedagógico a ser utilizado deve levar em consideração o formato e conteúdo das disciplinas. A quinta e última lição é que a pandemia já está rendendo múltiplas pesquisas científicas e afeta diretamente a agenda de pesquisas da área contábil. Embora, inicialmente, as pesquisas pertençam à área médica e biológica, as pesquisas contábeis estão por surgir. Há muito a ser explicado em virtude do NCV, logo, há muito a ser pesquisado. Por exemplo, sobre os reflexos da Covid-19:

- no preço das ações e indicadores das bolsas de valores;
- nas taxas de rentabilidade de investimentos públicos e privados;
- nos micro e pequenos empresários e empresas;
- na gestão do fluxo de caixa e falência de pequenas e médias empresas em decorrência da quarentena;
- no papel do contador para a sobrevivência dos negócios (CFC, 2020a);
- nas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), em particular sobre a “*IFRS 9 under Covid-19*” (IFRS 2020), *Impairment* (Revista Exame, 2020) e *Leasing* (CRC/PR, 2020a);
- na prorrogação de prazos de tributos de pessoa física e jurídica (CFC, 2020b);
- no reporte das demonstrações financeiras por meio do tópico de eventos subsequentes (CPC 24) e os desafios para auditores externos;
- no desempenho de produtos (ex: máscaras) e/ou empresas de setores específicos (ex: farmacêutico) antes, durante e após o período de quarentena;
- na constituição de reservas de contingência (Martins, 2020);
- na gestão de recursos humanos e linhas de crédito para folhas de pagamento (CFC, 2020c) e programas de manutenção de emprego e renda (CFC, 2020d) e medidas governamentais emergenciais, como a MP 936 (Brasil, 2020);
- nas finanças pessoais, familiares e de profissionais autônomos (CFC, 2020e);
- no adoecimento mental de estudantes e docentes;
- no desempenho de alunos de contabilidade da modalidade presencial quando fizeram a transição para o EaD;
- na transição entre técnicas e modalidades de ensino (AAA, 2020c);
- nas mudanças de políticas públicas e na normatização e nas iniciativas de órgãos reguladores dos setores público (CFC, 2020f) e privado (CVM, 2020).

Dessa forma, a partir dessas lições e oportunidades, talvez a educação e a investigação científica – em particular, a contábil – estarão mais bem preparadas para os potenciais subsequentes aos cenários pandêmicos, que vão nos trazer fortes desafios a serem superados, mas também oportunidades singulares de mudanças de comportamento e perspectiva, muitas das quais podem ser irreversíveis.

Agradecimento: Sou grato à amiga e colega Maiara Sasso pelas leituras e revisões minuciosas de versões prévias deste texto editorial.

Com sinceros votos de saúde e segurança a todos, em especial à comunidade acadêmica de contabilidade.

Vitor Hideo Nasu
Universidade de São Paulo

REFERÊNCIAS

- American Accounting Association (AAA). (2020a). *Transition to remote learning*. Recuperado de: <https://aaahq.org/Education/Resources/Online/Transition-to-Remote-Learning>
- American Accounting Association (AAA). (2020b). *Online teaching resources*. Recuperado de: <https://aaahq.org/Education/Resources/Online>
- American Accounting Association (AAA). (2020c). *Tips and Tools for Organizing Your Online Course in a Hurry*. Recuperado de: <https://aaahq.org/Education/Resources/Online/Tips-and-Tools-for-Organizing-Your-Online-Course-in-a-Hurry>
- Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). (2020). *Portal de educação profissional*. Recuperado de: <https://www.educaanefac.org.br/>
- Brasil. (2020). *Medida provisória N.º 936, de 1º de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), de que trata a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências*. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (2020). *Coronavírus: Orientações sobre efeitos nas demonstrações financeiras*. Recuperado de: <http://www.cvm.gov.br/noticias/arquivos/2020/20200310-1.html>
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2020a). *Artigo: Classe Contábil é fundamental para a sobrevivência dos negócios*. Recuperado de: <https://cfc.org.br/destaque/artigo-classe-contabil-e-fundamental-para-a-sobrevivencia-dos-negocios/>
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2020b). *Saiba quais são os impostos, tributos e contribuições que foram adiados ou reduzidos em decorrência da Covid-19*. Recuperado de: <https://cfc.org.br/noticias/saiba-quais-sao-os-impostos-tributos-e-contribuicoes-que-foram-adiados-ou-reduzidos-em-decorrencia-da-covid-19/>
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2020c). *BNDES oferece linha de financiamento para folhas de pagamento*. Recuperado de: <https://cfc.org.br/noticias/bndes-oferece-linha-de-financiamento-para-folhas-de-pagamento/>
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2020d). *CFC realiza transmissão ao vivo para debater sobre a aplicação da Medida Provisória 936*. Recuperado de: <https://cfc.org.br/noticias/cfc-realiza-transmissao-ao-vivo-para-debater-sobre-a-aplicacao-da-medida-provisoria-936/>
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2020e). *Coronavírus: como manter a saúde financeira familiar durante a crise*. Recuperado de: <https://cfc.org.br/noticias/coronavirus-como-manter-a-saude-financeira-familiar-durante-a-crise/>
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2020f). *Covid-19: Conselho emissor de normas internacionais do setor público orienta sobre impactos nos relatórios contábeis*. Recuperado de: <https://cfc.org.br/noticias/covid-19-conselho-emissor-de-normas-internacionais-do-setor-publico-orienta-sobre-impactos-nos-relatorios-contabeis/>
- Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR). (2020a). *Aplicação da IFRS 16 à luz da incerteza trazida pela Covid-19*. Recuperado de: <https://www2.crcpr.org.br/imprensa/noticias/exibirParaLeitura/12239>
- Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR). (2020b). *Boa notícia! CRCPR lança campanha "Procurar um profissional contábil"*. Recuperado de: <https://www2.crcpr.org.br/imprensa/noticias/exibirParaLeitura/12231>
- Delloite. (2020). *Covid-19 – Plano de 100 dias*. Recuperado de: <https://eventos.lp.deloittecomunicacao.com.br/covid19-100dias?origin=covid19-plano100-anefac>
- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP). (2020). *Quinto comunicado à comunidade acadêmica*. Recuperado de: <https://www.fsp.usp.br/site/noticias/mostra/19688>
- International Financial Reporting Standards (IFRS). (2020). *IFRS 9 and covid-19*. Recuperado de: <https://cdn.ifrs.org/-/media/feature/supporting-implementation/ifrs-9/ifrs-9-ecl-and-coronavirus.pdf>
- Martins, E. (2020). *Proposta para constituição de Reserva para Contingências em virtude da Pandemia do Coronavírus*. Recuperado de: <https://pensamentocontabil.com.br/2020/03/>
- Organização Mundial da Saúde (OMSa). (2020). *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report – 91*. Recuperado de: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200410-sitrep-81-covid-19.pdf?sfvrsn=ca96eb84_2
- Organização Mundial da Saúde (OMSb). (2020). *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report – 98*. Recuperado de: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200427-sitrep-98-covid-19.pdf?sfvrsn=90323472_4
- Revista Exame. (2020). *As vítimas escondidas da covid-19: contadores e auditores*. Recuperado de: <https://exame.abril.com.br/exame-in/as-vitimas-escondidas-da-covid-19-contadores-e-auditores/>
- UnB Notícias. (2020). *Informe sobre suspensão do calendário acadêmico*. Recuperado de: <https://noticias.unb.br/69-informe/4022-informe-sobre-suspensao-do-calendario-academico>
- #FGVemCasa. (2020). *André Barcai, coordenador do MBA FGV Educação Executiva, conta sobre sua nova rotina*. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=wvyGenQh0p8>

Sumário

Orçamento: perspectivas teóricas das pesquisas científicas internacionais.....	9
Reserva Orçamentária: estudo de caso em uma empresa comercial.....	23
Cost Drivers: reflexões sobre definições, conceitos, utilidades e aplicabilidades.....	34
<i>Is Bitcoin an Opportunity or a Threat to the Relevance of Accounting Information?</i>	46
O que explica a propensão ao endividamento dos jogadores profissionais de futebol?.....	56
Expectativas Profissionais dos Ingressantes no Curso de Graduação em Ciências Contábeis: um estudo em uma Instituição de Ensino Superior.....	69
Aprendizagem significativa no ensino de ciências contábeis: um estudo em uma instituição de ensino de minas gerais.....	82



Escultura em homenagem a Ary Barroso (Ubá - MG)

Ubá é um município localizado na Zona da Mata mineira, considerado o principal polo moveleiro do estado. Sua formação se deu no início do século XIX, quando o capitão Mor Antônio Januário Carneiro, natural de Calambau, e seu cunhado, comendador José Cesário de Faria Alvim, adquiriram várias sesmarias até então pertencentes ao Município de São João Batista do Presídio, hoje, Visconde do Rio Branco, trazendo suas famílias, escravos e rebanhos.

Atualmente, Ubá é uma das maiores cidades do estado, possuindo 115.552 habitantes e uma área de 407,452 km². A cidade possui uma média de 1.000 estabelecimentos industriais. Boa parte do produto interno bruto é representado pelo setor de serviços, no entanto, a indústria possui um papel de relevância na economia do município, com a fabricação de móveis e as indústrias de vestuário e calçados, por exemplo.

Além de sediar uma das principais feiras de móveis do País, Ubá também chama a atenção pelos seus pontos turísticos, com destaque para a praça de São Januário, inaugurada em novembro de 2013. Nela, encontra-se a estátua do famoso compositor, arranjador e radialista Ary Barroso (foto), que nasceu em Ubá. O autor de *Aquarela do Brasil* e de diversas outras grandes obras da música popular brasileira foi homenageado com essa escultura denominada Ary Barroso ao Piano, inaugurada pelo prefeito Vadinho Baião, durante a 4ª edição do Prêmio Ary Barroso de Música..

Crédito da capa: Servando Lopes

ORÇAMENTO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS INTERNACIONAIS

BUDGET: THE THEORETICAL PERSPECTIVES OF INTERNATIONAL SCIENTIFIC RESEARCH

O artigo foi aprovado e apresentado no evento: 4º Congresso de Gestão e Controladoria da UnoChapecó, 2º Congresso FURB de Ciências Contábeis, International Conference in Management and Accounting, 4º Congresso de Iniciação Científica, realizado de 17/10/2019-19/10/2019, na UnoChapecó, Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

RESUMO

O orçamento pode aprimorar a gestão financeira por meio do planejamento e controle dos recursos financeiros. Embora extensivamente pesquisado em contabilidade gerencial, no âmbito do setor público ainda carece de estudos acerca dos avanços científicos. Assim, este artigo objetiva identificar as características dos artigos científicos internacionais sobre orçamento público e classificar esses artigos de acordo com as perspectivas teóricas de Covaleski *et al.* (2007): econômica, psicológica e sociológica. Trata-se de um estudo sistemático de revisão da literatura, por meio da seleção e análise bibliográfica de artigos científicos internacionais com base na ferramenta *Knowledge Development Process-Constructivist (Proknow-C)*. A partir da análise do Portfólio, composto por 33 artigos, foram encontrados os seguintes resultados: (i) não há concentração regional dos artigos; (ii) a maioria dos artigos utiliza metodologia qualitativa; (iii) os artigos utilizam principalmente as perspectivas econômica e sociológica, isoladamente, em suas análises; (iv) dois artigos estabeleceram uma integração entre as três perspectivas teóricas. Por fim, reafirma-se o entendimento de Covaleski *et al.* (2007), de que o sistema orçamentário será melhor compreendido a partir da integração das perspectivas econômica, sociológica e psicológica.

Palavras-chave: Orçamento. Setor Público. Economia. Psicologia. Sociologia.

ABSTRACT

The budget can improve financial management through planning and control of financial resources. Although extensively researched in managerial accounting, within the public sector still lacks studies on scientific advances. Thus, this article aims to identify the characteristics of international scientific articles on public budget and to classify these articles according to theoretical perspectives of Covaleski et al. (2007): economic, psychological and sociological. This is a systematic review of the literature, through the selection and bibliographic analysis of international scientific articles based on the Knowledge Development Process-Constructivist (Proknow-C). Starting the analysis of the Portfolio, composed of 33 articles, the following results were found: (i) the articles are distributed around the world; (ii) most articles use qualitative methodology; (iii) most articles use the economic and sociological perspectives alone in their analyzes; (iv) two articles established an integration between the three theoretical perspectives. Finally, it was found that the understanding of Covaleski et al. (2007) still persists, that the budget system will be better understood from the integration of economic, sociological and psychological perspectives.

Keywords: Budget. Public sector. Economy. Psychology. Sociology.

Paula Cristina Leite Guesser

Mestranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Contabilidade Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Graduada em Ciências Contábeis pela UFSC. Graduada em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Analista Judiciário, especialidade Contabilidade no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT12). Contato: Rua da Amizade, 78, Centro, Antônio Carlos, SC, CEP 88.180-000. E-mail: paulalguesser@gmail.com

Sérgio Murilo Petri

Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas (UFSC). Mestre em Engenharia de Produção e Sistema (UFSC). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Docente do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: Rua João Meirelles, 1435, Apto 101, Bloco B, Florianópolis, SC, CEP: 88.085-201. E-mail: smpetri@gmail.com ou sergio.petri@ufsc.br

Carlos Eduardo Facin Lavarda

Doutor em Contabilidade pela Universitat de Valencia, Espanha. Bolsista CNPq. Docente do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e do Programa de Pós-graduação em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Florianópolis, SC, CEP: 88040-900. E-mail: eduardo.lavarda@ufsc.br

1. INTRODUÇÃO

O orçamento é um dos tópicos mais extensivamente pesquisados em contabilidade gerencial (Covaleski, Evans III, Luft, & Shields, 2007, p. 587). E as pesquisas internacionais sobre orçamento enfatizam um maior entendimento sobre o seu papel dentro do contexto organizacional (Silva & Lavarda, 2014), a partir das perspectivas teóricas da economia, psicologia e sociologia (Covaleski *et al.*, 2007, p. 587).

Por isso, este artigo fundamenta-se no estudo de Covaleski *et al.* (2007), uma vez que ele apresenta uma proposta mais abrangente acerca de como as organizações são compostas e moldadas a partir do orçamento. Isto é, o orçamento não é visto apenas como um instrumento elaborado com base nos interesses dos indivíduos ligados à organização, mas também como um instrumento que impõe regras capazes de moldar a cultura organizacional.

Todavia, a área de orçamento carece de trabalhos que avaliam a produção científica e investigam os tópicos abordados e metodologias aplicadas, de forma que estudar as características descritas na literatura é importante para se conhecer o nível de desenvolvimento e nível de inovação do tema (Lunkes, Feliu & Rosa, 2011). São raros tais estudos em âmbito nacional e internacional (Lunkes *et al.*, 2011, p. 114). No Brasil, podem se destacar, por exemplo, os estudos de Leite, Cherobim, Silva e Bufrem (2008), Lunkes *et al.* (2011) e Silva e Lavarda (2014), todos acerca da produção científica sobre orçamento empresarial.

Percebe-se assim, que pesquisas de revisões de literatura em contabilidade sobre o controle orçamentário mostram um domínio quase completo da pesquisa sobre as organizações do setor privado (Chapman, 1997, Hartmann, 2000, Chenhall, 2003 como citado em Johansson & Siverbo, 2014, p. 1). Portanto, identificou-se como lacuna de pesquisa a necessidade de ampliar a produção científica acerca da literatura sobre orçamento no setor público. Para tanto, optou-se por coletar artigos científicos internacionais sobre o tema nos últimos anos, já que eles aparecem em maior quantidade nos periódicos internacionais do que nos periódicos nacionais (Silva & Lavarda, 2014).

Propõe-se, dessa forma, identificar as características dos artigos selecionados e classificar esses estudos de acordo com as perspectivas teóricas segundo Covaleski *et al.* (2007): econômica, psicológica e sociológica. Pois essas perspectivas ajudam a entender como ocorrem as relações entre as instituições e as pessoas que moldam e são moldadas pelo processo orçamentário no âmbito público.

Considerando que o setor público vem passando por recentes reformas, entre elas a busca da melhoria do seu desempenho, por meio da adoção de práticas do setor privado (Abu-Doleh & Weir, 2007; Conway, Fu, Monks, Alfes & Bailey, 2016; Tanwir & Chaudhry, 2016), é possível que a maior parte das pesquisas sobre orçamento adote uma perspectiva econômica. Por outro lado, a pesquisa sobre uma perspectiva psicológica se tornou muito importante nos últimos anos, tendo em vista que muitas organizações públicas vêm enfrentando mudanças e cortes orçamentários, o que impacta diretamente nas atitudes e comportamentos dos seus funcionários (Kiefer, Hartley, Conway, & Briner, 2014).

Ainda por outro ângulo, é provável que a perspectiva sociológica acerca do orçamento seja particularmente adotada nos estudos do setor público, em especial reconhecendo as lógicas institucionais inerentes ao Governo, como exemplificado por Hyvönen, Järvinen, Pellinen, & Rahko (2009), pois o orçamento público visa ao alcance do bem-estar social (Johansson & Siverbo, 2014), diferentemente das organizações privadas que buscam aumentar a sua lucratividade.

Assim, esta pesquisa busca evidenciar, em especial, quais as perspectivas estão mais presentes nas pesquisas internacionais empíricas de contabilidade gerencial e administração, e de que forma elas estão sendo abordadas, por meio da identificação de variáveis orçamentárias e não-orçamentárias, como por exemplo, orçamento participativo, avaliação de desempenho baseada no orçamento, processo orçamentário, mobilização de poder, desempenho individual e gerencial.

Como justificativa do estudo, tem-se então, a necessidade de verificar o avanço científico sobre orçamento público em relação às perspectivas teóricas delineadas por Covaleski *et al.* (2007), no intuito de contribuir com um maior entendimento sobre o processo de elaboração e execução orçamentária. Ante o exposto, a estrutura deste estudo é composta por esta Introdução; pelo Referencial Teórico; pela Metodologia; pelos Resultados; pelas Considerações finais; e, por fim, pelas Referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Orçamento

O orçamento tem a função de converter os objetivos estratégicos em metas e valores operacionais, gerando um guia para as operações e decisões dos gestores (Lunkes *et al.*, 2011, p. 114). Em outras palavras, o orçamento pode aumentar a eficiência por meio do planejamento e da coordenação e apoiar o controle e o aprendizado por meio da comparação dos resultados reais com os planos (Covaleski *et al.*, 2007).

Os orçamentos são instrumentos de governança que podem ser usados para transmitir os objetivos organizacionais aos atores da organização (Abernethy & Brownell, 1999; Covaleski *et al.*, 2003; Goddard, 2004 como citado em Mutiganda, 2016, p. 1). De forma semelhante ao setor privado, no setor público o orçamento envolve o planejamento, o controle e a prestação de contas, para garantir que os recursos sejam alocados em prol dos propósitos políticos de bem-estar dos cidadãos (Johansson & Siverbo, 2014). Portanto, o orçamento público envolve a comunicação e implementação das políticas públicas aos funcionários (Kiefer *et al.*, 2014), podendo servir para institucionalizar políticas que não estão

necessariamente relacionadas com a maneira com que os atores da organização pensam e agem (Fallan *et al.*, 2010, Lapsley *et al.*, 2011 como citado em Mutiganda, 2016).

O orçamento é uma prática permanente e importante na formação de relações econômicas e políticas dentro e entre organizações (Covaleski, Dirsmith, & Weiss, 2013) e está sempre em constante mudança. No setor público, essas mudanças estão relacionadas à Nova Gestão Pública e ao gerencialismo das últimas três décadas, na qual a contabilidade passou a utilizar o regime de competência ao invés do regime de caixa (Becker, Jagalla, & Skærbæk, 2014) para melhorar a eficiência das organizações.

Portanto, tanto fatores internos quanto externos impactam no processo orçamentário das organizações, o que pode ser explicado com maior profundidade a partir das perspectivas teóricas do orçamento. Mas, ressalta-se que a nível mundial, o orçamento é uma exigência legal, que por si só já impõe uma característica institucional forte. O estudo de Bradbury e Crain (2001, p. 322), por exemplo, apontou que a separação do poder legislativo em duas câmaras exerce um impacto considerável sobre a política fiscal.

2.2 Perspectivas teóricas do orçamento

Segundo Covaleski *et al.* (2007), o orçamento é estudado a partir das perspectivas teóricas da economia, psicologia e sociologia. A Tabela 1 evidencia as semelhanças e diferenças das variáveis orçamentárias e não orçamentárias de cada uma dessas perspectivas.

Tabela 1 - Perspectivas teóricas do orçamento

	Economia	Psicologia	Sociologia
Variáveis orçamentárias	Características das práticas de orçamento e remuneração, incluindo contratos baseados em desempenho, orçamento participativo, orçamento de capital e investigação de variação.	Orçamento participativo, dificuldade na meta orçamentária, ênfase no orçamento na avaliação de desempenho, remuneração baseada no desempenho.	1. Teoria da Contingência: orçamento participativo, orçamento com base no desempenho, importância orçamentária, uso de orçamentos operacionais para controle gerencial. 2. Teoria institucional: processo orçamentário.
Variáveis não orçamentárias	1. Mercado de trabalho: habilidade e preferências dos funcionários; 2. Estrutura da informação: informações públicas e privadas, incerteza do estado; 3. Resultados: bem-estar individual, desempenho organizacional, folga orçamentária.	1. Estados mentais: atitudes, motivação, satisfação, estresse; 2. Contexto organizacional: incerteza de tarefa; 3. Comportamento: jogo; 4. Desempenho: individual e gerencial.	1. Teoria da Contingência: tamanho organizacional, estruturação de atividades, descentralização, tecnologia automação, subunidade interdependência, diversificação estratégica. 2. Teoria institucional: valor simbólico da contabilidade, negociação de recursos e de barganha, escondendo e mobilizando poder, mudança ambiental e mudança organizacional.

Nota. Fonte: Recuperado de “Budgeting research: three theoretical perspectives and criteria for selective integration” de M. A. Covaleski, J. H. Evans III, J. L. Luft, M. D. Shields, 2007, *Handbooks of management accounting research*, 2(1), 591.

Como se percebe a partir da Tabela 1, a perspectiva econômica foca no resultado organizacional, fruto da eficiência da prestação dos serviços e da relação entre principal e agente no processo orçamentário. A perspectiva psicológica volta-se para o interior do indivíduo e para os comportamentos desses funcionários em relação ao orçamento adotado. Enquanto a perspectiva sociológica centra-se no aspecto coletivo da construção e execução do orçamento, derivado das relações institucionais e de poder dos atores políticos. As subseções seguintes detalham um pouco mais essas perspectivas.

Na pesquisa baseada em economia, o estudo concentra-se na natureza das compensações ótimas nos contratos de trabalho entre proprietários e funcionários com preferências conflitantes e assimetria de informações, e como essas compensações afetam o desempenho organizacional (Covaleski *et al.*, 2007). A Teoria da Agência explica como se dá a relação de contrato entre principal e agente, onde estes acordam objetivos em comum em troca de compensação.

É uma teoria puramente econômica e racional, que entende que o funcionário está satisfeito com a remuneração e o gestor com o serviço prestado (Covaleski *et al.*, 2007). Por exemplo, o fato de muitos políticos não usarem informações de desempenho pode também ser considerada como um comportamento economicamente racional, já que eles se concentram apenas nas informações relevantes para seus interesses próprios (Ter Bogt, Van Helden & Van Der Kolk, 2015).

A pesquisa baseada na psicologia estuda a natureza das reações dos indivíduos às práticas orçamentárias, envolvendo variáveis como orçamento participativo, comportamento dos funcionários, desempenho individual e remuneração com base no orçamento (Covaleski *et al.*, 2007). Parte-se do entendimento de que a melhoria do desempenho individual produz a melhoria do desempenho organizacional como um todo.

Em geral, o orçamento participativo aumenta o engajamento dos funcionários, porque eles se sentem importantes para a instituição. Por outro lado, reduções de recursos no setor público, tem efeito negativo sobre os funcionários em termos de menor satisfação e motivação no trabalho e maior frustração sobre ser ou não capaz de fornecer um serviço adequado (Cameron, Whetten, & Kim, 1987; Levine, 1979; Yang & Kassekert, 2009 como citado em Kiefer *et al.*, 2014, p. 5).

Quanto à pesquisa baseada na sociologia, o foco está no papel do orçamento nos processos organizacionais e seus resultados (Covaleski *et al.*, 2007). A Teoria da Contingência e Institucional são utilizadas para compreender como se constituem e se transformam as relações políticas dentro e entre as organizações e o ambiente em que estão inseridas. A Teoria da Contingência preceitua que a organização tem uma natureza sistêmica e compartilha uma tradição com perspectivas econômicas e psicológicas sobre orçamento ao investigar influências na eficiência da tomada de decisão organizacional e no alinhamento do indivíduo com os objetivos organizacionais (Covaleski *et al.*, 2007, p. 607). A Teoria Institucional se concentra explicitamente nos papéis simbólicos das ferramentas de tomada de decisões racionais na organização, como os orçamentos, e na maneira como esse simbolismo promove o poder e o interesse nos processos de tomada de decisão (Covaleski *et al.*, p. 607).

O processo orçamentário no setor público tem sido reconhecido como um contexto altamente institucionalizado, em que a natureza dessas organizações é intimamente ligada com as suas práticas orçamentárias (Hopwood, 1984, Wildavsky, 1964 como citado em Ahrens & Ferry, 2018, p. 12). Acerca desse processo de institucionalização, Burns e Scapens (2000) esclarecem que a reprodução de ações pelos atores é responsável por criar novas rotinas, que passam a ser institucionalizadas e moldam o processo de mudança das organizações. Já na Teoria Neoinstitucional as organizações respondem às pressões externas decorrentes dos seus ambientes institucionais, independentemente de haver ou não aumento da eficiência e eficácia da organização ao adotar tais mudanças, pois o que importa é a conformidade dessas respostas em termos de legitimidade social dentro do ambiente institucional (Cohen & Karatzimas, 2014).

3. METODOLOGIA

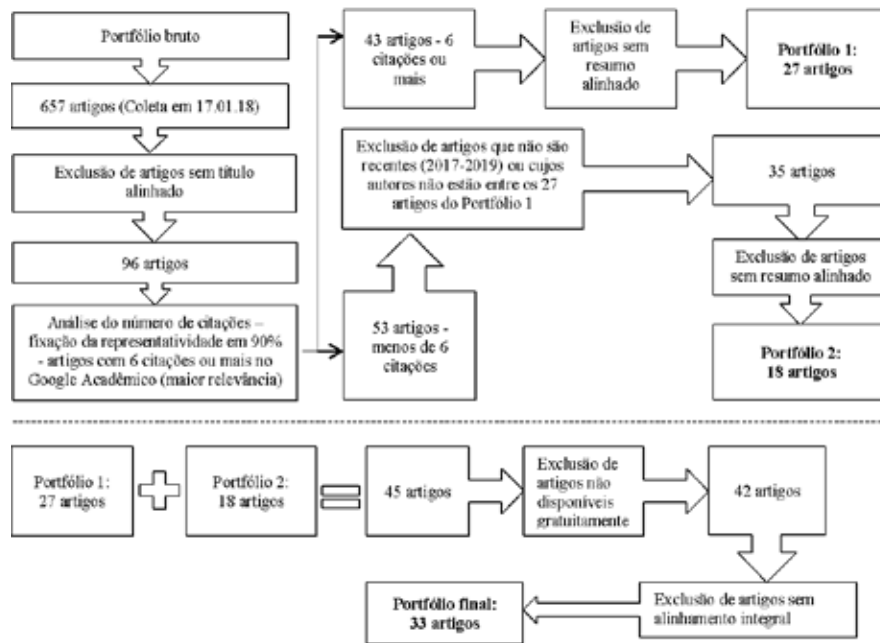
Esta seção trata do enquadramento metodológico, do procedimento para a coleta dos dados e do procedimento para análise dos dados e classificação dos artigos. O enquadramento metodológico refere-se à caracterização do tipo de abordagem adotada na pesquisa. No presente estudo optou-se por utilizar uma visão de conhecimento construtivista, entendida esta como uma abordagem mais próxima do interpretativismo, que visa construir conhecimento sobre a realidade. A natureza do objetivo desta pesquisa é descritiva e a análise é qualitativa, já que a pesquisa é caracterizada como a tentativa de compreensão dos significados e características da situação (Richardson, 2008).

Neste caso, este artigo visa analisar um Portfólio Bibliográfico (PB), representativo de um fragmento da literatura, por meio da interpretação dos autores para gerar conhecimento sobre o tema orçamento. Essa interpretação é tida como fonte primária da pesquisa, enquanto os artigos selecionados são tidos como fonte secundária da pesquisa (Richardson, 2008).

O instrumento de intervenção utilizado para realizar a revisão sistemática da literatura é o *Knowledge Development Process-Constructivist (ProKnow-C)*, cuja operacionalização nesta pesquisa será realizada por meio das etapas: Seleção do Portfólio Bibliográfico (PB), Análise Bibliométrica e Pergunta de Pesquisa (Valmorbida & Ensslin, 2017). A seleção do PB tem início com a definição das palavras-chave que dão origem ao comando de busca a ser aplicado na base de dados da CAPES. Nesta pesquisa o comando de busca utilizado na Web of Science foi o seguinte: (budget*) AND (“public sector” OR “public administration” OR “government”).

Aplicaram-se, ainda, como filtros a seleção de artigos publicados na língua inglês e em revistas de *Business, management and accounting* no período de 01.01.2013 a 17.01.2019, uma vez que este período representa as pesquisas mais recentes. A Figura 1 demonstra com mais detalhes os passos adotados para filtragem dos 657 artigos encontrados na busca na base de dados realizada em 17.01.2019.

Figura 1. Filtragem do Portfólio Bruto



Fonte: Elaborada pelos autores com base na etapa de Filtragem do *ProKnow-C*.

Conforme a Figura 1, a filtragem teve início com a exclusão de artigos sem alinhamento, isto é, apenas pela leitura do título foi possível verificar os artigos que realmente tratavam de orçamento no setor público. A seguir, os artigos que tiveram maior relevância (6 citações ou mais – que representavam 90% dos artigos) foram separados dos demais. Aqueles de maior relevância tiveram seus resumos analisados e permaneceram apenas aqueles que tratavam do tema, gerando o Portfólio 1. Já em relação aos artigos que tiveram menos de 6 citações, houve uma repescagem daqueles mais recentes (01.01.2017-17.01.2019) e cujos autores estão no rol de autores do portfólio 1; dos quais permaneceram aqueles que tinham o resumo alinhado, gerando o Portfólio 2. A junção do Portfólio 1 e 2 gerou 45 artigos, sendo 42 disponíveis gratuitamente. A análise integral desses 42 artigos revelou que apenas 33 artigos apresentavam o orçamento no setor público com referência clara às características econômicas, sociológicas ou psicológicas que compõem a formação e as mudanças orçamentárias.

Com base nos procedimentos do *ProKnow-C*, foi possível selecionar 33 artigos empíricos disponíveis online que compõem o Portfólio Bibliográfico (PB), o qual será analisado na presente pesquisa. Esses artigos estão listados na seção das Referências com um número sequencial de 1 até 33, sinalizados com colchetes ao final da citação.

O procedimento para análise dos dados na etapa da Análise Bibliométrica abrange, em um primeiro momento, a verificação de três aspectos gerais: localização das pesquisas, metodologias aplicadas e evolução temporal. Em um segundo momento, o objetivo é classificar os artigos conforme as perspectivas teóricas segundo Covaleski, *et al.* (2007), descritas na Seção 2.2, por meio da identificação das variáveis orçamentárias e não-orçamentárias que são tratadas nos artigos do PB. Portanto, por meio de um fragmento da literatura, pretende-se analisar se as pesquisas orçamentárias no setor público abordam variáveis enquadradas nas perspectivas econômica, psicológica e sociológica.

4. RESULTADOS

4.1 Aspectos gerais das pesquisas

Seguindo a ordem descrita na metodologia, primeiramente, são situadas as pesquisas internacionais sobre o assunto e ao mesmo tempo elas já aparecem categorizadas na Tabela 2 conforme as perspectivas teóricas de Covaleski, *et al.* (2007):

Tabela 2 - Localização das pesquisas internacionais

Perspectiva	Localização	Artigo (numeração 1-33)
Econômica	Nigéria	23
	11 países da Ásia	27
	Arábia Saudita	21
	Taiwan	20
	Indonésia	28
	Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia	12
	Dinamarca	30
	Estados Unidos	4, 17, 31
	Sri Lanka	13
	Austrália	33
Sociológica	Europa – Comissão Europeia	11
	Itália	26, 29
	Finlândia	3
	Suécia	8
	Grécia	16
	Estados Unidos	14
Psicológica	Israel	19
	Austrália	25
	Alemanha	5
	Reino Unido	1, 2
	Sri Lanka	18
Sociológica e Econômica	Holanda	7
	10 municípios da Europa	15
	Estados Unidos	22
Sociológica e Psicológica	Israel	10
	Finlândia	32
	Alemanha e Itália	9
Sociológica, Econômica e Psicológica	Suécia	6
	Estados Unidos	24

Nota. Fonte: Elaborada pelos autores com base na etapa de Filtragem do *ProKnow-C*.

Como demonstrado na Tabela 2, as pesquisas sobre orçamento público estão sendo desenvolvidas em diversos países do mundo. Todavia, não foi possível identificar relação entre as perspectivas teóricas adotadas nas pesquisas com a localização.

Em relação à metodologia aplicada a maior parte dos artigos (vinte e três) utilizaram uma abordagem qualitativa, em especial por meio de análise de documentos e entrevistas com funcionários das instituições públicas. Enquanto os demais artigos (dez) utilizaram uma abordagem quantitativa, com aplicação de métodos estatísticos.

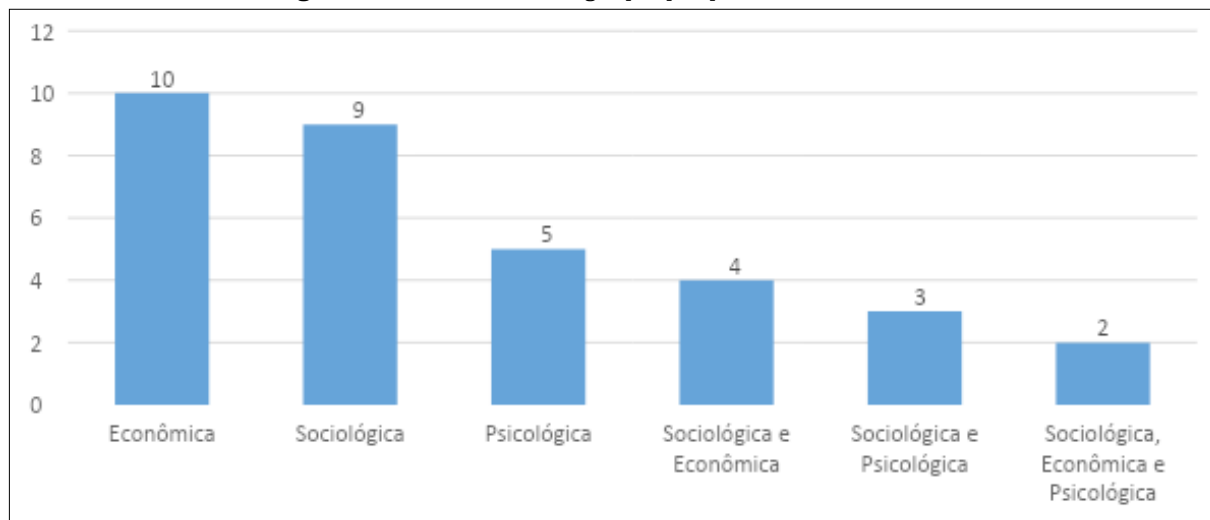
As pesquisas com abordagem quantitativa são bem recentes, publicadas a partir de 2016. O que pode sugerir que os estudos estão se encaminhando para a análise estatística de variáveis relacionadas ao orçamento público. Mas, até o momento as pesquisas com abordagem qualitativa ainda dominam esse campo de pesquisa, o que pode estar ligado ao fato de que o orçamento no setor público envolve um ambiente de múltiplas variáveis, cuja complexidade dificulta a sua mensuração.

Nota-se também, que há uma predominância pela adoção das perspectivas econômica e sociológica nos estudos orçamentários do setor público, tanto em relação ao período de análise (2013-2019), quanto em relação aos anos mais recentes (2018-2019). A Seção 4.2 pretende aprofundar a análise acerca das perspectivas teóricas adotadas.

4.2 Perspectivas teóricas das pesquisas

A Figura 2 ilustra a quantidade de artigos publicados classificados por perspectiva teórica adotada, a partir da descrição das variáveis orçamentárias e não orçamentárias de Covaleski, *et al.* (2007).

Figura 2. - Quantidade de artigos por perspectiva teórica adotada.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme a Figura 2, a maior parte das pesquisas internacionais sobre orçamento público adota uma perspectiva teórica econômica, o que vai ao encontro das recentes reformas na gestão pública com base nas empresas privadas que visam à melhoria do desempenho organizacional (Abu-Doleh & Weir, 2007; Conway *et al.*, 2016; Tanwir & Chaudhry, 2016). Em seguida, destacam-se as pesquisas com enfoque sociológico, em especial com a adoção das Teorias de Contingência e Institucional, que buscam compreender como se formam e se modificam os processos orçamentários das organizações. Sendo assim, as próximas sub-seções vão tratar mais detalhadamente sobre as variáveis orçamentárias e não orçamentárias de cada perspectiva teórica adotada nos estudos orçamentários.

4.2.1 Perspectiva teórica econômica

Para os artigos que tiveram um enfoque econômico, a Tabela 3 descreve as variáveis estudadas. Destaca-se que a variável desempenho organizacional foi a que teve maior concentração. Todavia, considerando que essas variáveis não são isoladas entre si, já que alguns artigos, por exemplo, tratam de desempenho organizacional, mas de certa forma tratam também das características das práticas de orçamento, essa subseção vai descrever algumas características sobre os dez artigos encontrados que abordam a perspectiva econômica.

Tabela 3 - Variáveis da perspectiva econômica identificadas nos artigos

	Variáveis econômicas	Artigos
Orçamentárias	Orçamento participativo	4
	Características das práticas de orçamento	21, 30, 31
Não orçamentárias	Resultado: desempenho organizacional	12, 17, 23, 27, 28
	Resultado: bem-estar individual	20

Considerando os períodos de austeridade fiscal, as recentes reformas na gestão pública têm encaminhado as instituições para uma centralização na tomada de decisões e na execução orçamentária, como no caso da Dinamarca (Kris-tiansen, 2018), em que a relação agente-principal foi reforçada em toda a cadeia de delegação por meio da aprovação

dos orçamentos globais. Para melhorar esse controle orçamentário, Joharji e Willoughby (2014) também sugeriram a adoção de um orçamento global (*top-down*) e, ainda a avaliação dos programas por meio de indicadores de desempenho, já que a abordagem *bottom-up* (de baixo para cima) adotada na Arábia Saudita para execução orçamentária, por meio da solicitação de recursos financeiros pelas agências sem restrições macroeconômicas, resulta no aumento de assimetria da informação.

Por outro lado, Kan, Li e Tsai (2014) identificaram que a adoção de orçamento global no governo de Taiwan, em virtude de cortes orçamentários, não aumentou a intensidade dos tratamentos médicos aplicados, ou seja, não houve melhoria no bem-estar dos pacientes. Percebe-se que os estudos citam aspectos da Teoria da Agência, usada em estudos sociais para explicar a assimetria da informação existente nas organizações, em que os superiores detêm mais informações a nível macro e os subordinados detêm mais informações a nível micro. Essa assimetria da informação traz incerteza à tomada de decisão e é percebida pelos administradores como uma ameaça à criação de valor.

A Teoria da Agência também esteve presente no estudo de Kim e Schachter (2013), ao identificarem a redução da assimetria da informação entre o principal e o agente por meio da aplicação do orçamento participativo ao nível local nos Estados Unidos e na Coreia do Sul. Neste estudo, os cidadãos foram considerados o polo principal e os funcionários foram considerados o polo agente. Já Ajibolade e Omobola (2017) citaram em seu estudo a Teoria Keynesiana, na qual os gastos públicos devem promover a economia, e concluíram que o atual sistema orçamentário da Nigéria falhou em promover significativo desenvolvimento da nação, sugerindo que seja dada maior transparência na gestão dos gastos públicos.

Outra opção para melhorar a eficiência e eficácia da gestão pública pode ser a adoção de práticas orçamentárias e financeiras recomendadas por organizações profissionais (Helpap, 2017). Entretanto, um estudo nos governos locais dos Estados Unidos demonstrou que algumas das práticas recomendadas não atingiram nem 50% de taxa de adesão, o que afeta diretamente os resultados esperados (Helpap, 2017).

O orçamento com base no desempenho é outra estratégia que vem sendo adotada pelo setor público para aprimorar a sua gestão. Segundo Martí (2013), no Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia são utilizadas medidas de produtos e resultados pretendidos e reais na alocação orçamentária, o que permite avaliações da eficácia dos programas públicos e contribui para a responsabilização por resultados. Todavia, por meio de um estudo nos Estados Unidos, Bischoff e Blaeschke (2016) alertaram que o orçamento com base no desempenho tem sido implementado de forma incompleta, pois suas informações não são usadas para alocar recursos, o que gera desperdício social, pois a reforma evoca custos adicionais sem oferecer qualquer benefício. Outra ressalva que deve ser feita em relação a adoção do orçamento baseado no desempenho é que ele estimula a eficiência e eficácia dos programas (nível micro), mas não é capaz de mudar permanentemente as prioridades nos gastos do governo em todas as funções sociais, em virtude de vários problemas como a falta de ligação clara entre os resultados de decisões orçamentárias e de desempenho, conforme estudo em onze países asiáticos efetuado por Srithongrung (2018).

Além disso, Sofyani (2018) testou empiricamente algumas variáveis relacionadas à implementação do orçamento baseado no desempenho com o sistema de avaliação de desempenho no governo local da Indonésia e descobriu que a falta de integração de informações entre esses dois sistemas prejudicou a eficácia do orçamento baseado no desempenho. Portanto, o orçamento com base no desempenho ainda é limitado a fatores organizacionais, como a falta de clareza das informações e a falta de vinculação das medidas de desempenho aos resultados finais.

4.2.2 Perspectiva teórica sociológica

Para os artigos que tiveram um enfoque sociológico, a Tabela 4 descreve as variáveis estudadas. A maioria dos artigos utilizou a Teoria Institucional para explicar as relações de poder que acontecem nas organizações públicas. Por isso, primeiro são apresentados esses artigos, e em seguida os demais.

Tabela 4 - Variáveis da perspectiva sociológica identificadas nos artigos

	Variáveis sociológicas	Artigos
Orçamentárias	Teoria da Contingência: uso de orçamentos operacionais para controle gerencial.	8
	Teoria institucional: processo orçamentário.	3, 11, 16, 26, 29, 33
	Teoria institucional: valor simbólico da contabilidade	13
	Teoria institucional: mudança ambiental e mudança organizacional.	14

Mutiganda (2013) ampliou o quadro institucional de Burns e Scapens (2000) para o realismo crítico, demonstrando que em duas instituições públicas da Finlândia as práticas de *accountability* a partir de informações orçamentárias

dependem de como as políticas institucionalizadas reduziram ou aumentaram as lacunas entre os domínios reais e empíricos dos atores organizacionais e da política de governança vigente. Dessa forma, conforme a Teoria Institucional, o orçamento é tido como um fenômeno socialmente construído, no qual as lógicas institucionais são legitimadas quando internalizadas pelos atores envolvidos.

Já Goetz e Patz (2016) demonstraram que a Comissão da União Europeia respondeu às pressões sobre o orçamento europeu na recente crise financeira, por meio da centralização administrativa e medidas de proteção das rotinas do orçamento. Pressões institucionais também foram responsáveis por impossibilitar a implementação do orçamento-programa na Grécia, mesmo existindo a necessidade de focar na eficiência e eficácia dos gastos, considerando a crise financeira vigente (Cohen & Karatzimas, 2014).

Cohen e Karatzimas (2014) embasaram sua pesquisa tanto por meio das lentes da teoria neoinstitucional, como da teoria da mudança organizacional e do modelo de dependência de recursos. Destacaram que mesmo que o orçamento-programa não tivesse sido abandonado ele teria dificuldade de sucesso por causa da resistência à mudança e da má difusão dos procedimentos contábeis, inerentes a um governo central burocrático (Cohen & Karatzimas, 2014).

Bartocci, Grossi e Mauro (2019) também utilizaram a Teoria Neoinstitucional para estudar a evolução das lógicas institucionais no orçamento participativo em cinco municípios da Itália e identificaram que em um governo podem coexistir diferentes lógicas institucionais, como as lógicas gerenciais e de construção de comunidades que substituem ou coexistem com a lógica política tradicional. Ainda na Itália, Mauro, Cinquini e Grossi (2018) estudaram diferentes organizações públicas e mostraram que uma mesma prática, neste caso o orçamento baseado no desempenho, pode ou não ser internalizado e tornar-se institucionalizado, dependendo do alinhamento entre pressões externas e dinâmicas internas. A análise sublinhou como as pressões reguladoras por si só podem levar a comportamentos padronizados (isomorfismo), mas não necessariamente levar à internalização do orçamento com base no desempenho, pois as regras precisam ser normativamente endossadas e culturalmente suportadas (Mauro et al., 2018).

Destaca-se que a internalização das práticas da organização pelos atores institucionais é essencial para que as mesmas sejam institucionalizadas. Se o processo de internalização não for bem gerido, podem surgir comportamentos disfuncionais. Francesco (2016), por exemplo, explicou que os esforços sistêmicos de modernização orçamentária por meio da desconcentração podem ter falhado em fornecer flexibilidade orçamentária na Austrália, porque os atores institucionais internalizaram critérios da própria reforma que inibem a flexibilidade, o que impacta diretamente no comportamento da gestão orçamentária e financeira.

A gestão orçamentária assim, tanto pode moldar as lógicas institucionais inerentes às organizações públicas, como pode ser moldada por essas mesmas lógicas. Ao investigar um conselho urbano do Sri Lanka, Kuruppu (2016) descobriu que o orçamento participativo assumiu um papel simbólico, pois o presidente do conselho assumiu todo o controle do processo orçamentário e o orçamento foi dominado pela mesma dinâmica política.

Por outro lado, um controle orçamentário efetivo e rígido pode beneficiar as organizações públicas que estão enfrentando turbulências orçamentárias restritivas, como no caso dos municípios da Suécia (Johansson & Siverbo, 2014). A Teoria da Contingência ajuda a explicar esses ajustes nos controles orçamentários de acordo com as mudanças ambientais.

Acerca dessas mudanças ambientais e organizacionais, Flink (2017) apresentou a teoria do equilíbrio pontuado (PET), em que Baumgartner e Jones (2010) relacionam o processo de política a fenômenos das ciências físicas, como terremotos, pois como estes, ocorrem de forma lenta e eventualmente levam a acontecimentos drásticos. Dessa forma, Flink (2017) concluiu acerca da direção da mudança orçamentária a partir de aspectos endógenos de distritos escolares do Texas (Estados Unidos), em que altos níveis de desempenho e baixos níveis de rotatividade de pessoal levam a mudanças incrementais.

4.2.3 Perspectiva teórica psicológica

Para os artigos que tiveram um enfoque psicológico, a Tabela 5 descreve as variáveis estudadas. As pesquisas com enfoque psicológico sobre o orçamento tiveram diferentes abordagens. Conway, Kiefer, Hartley e Briner (2014) pesquisaram sobre como os funcionários públicos de várias instituições do Reino Unido reagem à violação do contrato psicológico em relação ao comprometimento organizacional, após a mudança na organização derivada de medidas de austeridade por meio de fortes cortes orçamentários. Eles identificaram que não houve impacto sobre os colegas de trabalho e usuários do serviço público, porque os funcionários reagem contra o agente agressor, neste caso, a organização (Conway, Kiefer, Hartley & Briner, 2014).

Tabela 5 - Variáveis da perspectiva psicológica identificadas nos artigos

	Variáveis psicológicas	Artigos
Não orçamentárias	Estados mentais: atitudes, motivação, satisfação, estresse	1, 2
	Comportamento: jogo	5, 19
	Desempenho: individual e gerencial	25

Em relação ao Reino Unido, Kiefer, Hartley, Conway e Briner (2015) identificaram que o próprio anúncio de cortes orçamentários, antes de quaisquer mudanças serem efetuadas, já impactaram negativamente o bem-estar, as atitudes e os comportamentos dos funcionários. Além disso, diferentemente do impacto negativo sobre o bem-estar dos funcionários quando a mudança estava relacionada aos cortes orçamentários, houve impacto positivo sobre os funcionários quando as mudanças estavam relacionadas à inovação.

Becker *et al.* (2014) relataram sobre a interação dos contadores públicos da Alemanha com os programas ligados à Nova Gestão Pública e ao gerencialismo, em especial o orçamento com base no desempenho. Considerando que os contadores não reagiram de forma homogênea à reforma, percebeu-se que era necessário a simplificação do sistema *Balanced Scorecard* (BSC) para promover o interesse dos contadores (Becker *et al.*, 2014).

Cohen (2015) apresentou uma análise, a partir da Teoria dos Jogos, da interação entre políticos e funcionários públicos em Israel com relação ao processo orçamentário nacional. Este estudo demonstrou como novas condições estruturais criaram novas regras que enfraqueceram a posição de negociação dos políticos, tornando os funcionários o lado dominante nesse jogo de poderes (Cohen, 2015).

Já Cuganesan (2017) demonstrou que a informação do orçamento de desempenho afeta a responsabilização da administração por meio dos arranjos de interesses de executivos, legisladores e funcionários da Austrália. Assim, os diferentes envolvidos interpretam a responsabilidade de diferentes maneiras e buscam persuadir os outros a seus pontos de vista, moldando a forma como os processos orçamentários são aprovados (Cuganesan, 2017).

4.2.4 Perspectiva teórica sociológica e econômica

Os artigos enquadrados na Tabela 6 apresentaram tanto variáveis sociológicas quanto variáveis econômicas. Ou seja, nota-se que alguns artigos já estão começando a integrar as perspectivas teóricas segundo Covaleski *et al.* (2007) para entender a dinâmica referente à elaboração, implementação e controle do orçamento público.

Tabela 6 - Variáveis das perspectivas sociológicas e econômicas identificadas nos artigos

	Variáveis sociológicas	Variáveis econômicas	Artigos
Orçamentárias e não orçamentárias	Teoria da Contingência: orçamento com base no desempenho	Resultado: desempenho organizacional	7, 15, 22
	Teoria institucional: processo orçamentário.	Características das práticas de orçamento	18

Acerca das reformas na gestão pública, Hjal-Moghrabi (2017) analisou a adoção do orçamento baseado no desempenho nas maiores cidades dos Estados Unidos a partir da Teoria da Inovação e concluiu que embora as cidades tenham medidas de desempenho, os recursos não estão sendo alocados com base no desempenho. De forma semelhante, Ter Bogt *et al.* (2015) demonstraram que a complexidade do orçamento com base no desempenho de uma província holandesa parece questionar o pressuposto implícito da Nova Gestão Pública de racionalidade (econômica) na tomada de decisões, pois os resultados mostraram que o uso das informações de orçamento com base no desempenho em reuniões oficiais dos conselhos provinciais permanece limitado.

Bleyen, Klimovský, Bouckaert e Reichard (2017) também contribuíram com a incorporação de informações sobre desempenho nos orçamentos dos governos locais europeus, concluindo que a variação no uso dessas informações envolve os diferentes graus de implementação da reforma, a experiência com o orçamento baseado no desempenho e os arranjos institucionais vigentes. Gooneratne e Hoque (2016) desenvolveram em seu estudo de forma ainda mais clara, essa integração de aspectos econômicos (microprocessos) e sociológicos (Teoria Institucional), demonstrando que a institucionalização do sistema orçamentário em uma entidade híbrida (banco comercial estatal do Sri Lanka) é materializada em meio a: influências institucionais externas, deliberações de agentes organizacionais-chave e idiosincrasias na competitividade e complexidade do cenário comercial e organizacional.

4.2.5 Perspectiva teórica sociológica e psicológica

Os artigos enquadrados na Tabela 7 apresentaram tanto variáveis sociológicas quanto variáveis psicológicas, que conectam fatores exógenos (como pressões externas) a fatores endógenos (como comportamento dos indivíduos).

Tabela 7 - Variáveis das perspectivas sociológicas e psicológicas identificadas nos artigos

	Variáveis sociológicas	Variáveis psicológicas	Artigos
Orçamentárias e não orçamentárias	Teoria institucional: processo orçamentário. Teoria da Contingência: tamanho organizacional	Comportamento: jogo	9
	Teoria institucional: processo orçamentário.	Estados mentais: atitudes, motivação, satisfação, estresse	10
	Teoria institucional: valor simbólico da contabilidade	Estados mentais: atitudes, motivação, satisfação, estresse; Comportamento: jogo	32

Grossi, Reichard e Ruggiero (2016) observaram em municípios da Alemanha e da Itália que o uso do orçamento com base nas informações de desempenho é bastante modesto, pois o foco ainda não é totalmente direcionado aos resultados (serviços prestados), fruto de diversos fatores contingenciais, como o foco tradicional de burocratas e políticos sobre os insumos e procedimentos. Ou seja, por mais que há pressão para que sejam utilizadas as informações do orçamento com base no desempenho, sua utilização efetiva é limitada pelo comportamento tradicional dos atores institucionais.

Ahrens e Ferry (2018) exploraram como uma organização pública de Israel de nível hierárquico inferior pode atuar como um empreendedor institucional, com base na Teoria Neoinstitucional. Esse estudo investiga a endogeneização das regras orçamentárias como um elemento importante do empreendedorismo institucional, que pode decorrer da evolução das emoções em jogo dos atores institucionais (memória cultural).

Mutiganda (2016) estudou os distritos hospitalares da Finlândia e identificou que o orçamento era uma ferramenta “cerimonial” de governança política, pois não houve relação direta entre os orçamentos e as práticas médicas. Nesse cenário os políticos influenciam o orçamento enquanto os médicos tentam responder à pressão política para cortar gastos. O raciocínio baseia-se na teoria da estruturação, em que quando um agente usa uma estrutura particular torna-se parte de seus traços em ações atuais e futuras (Giddens, 1984 como citado em Mutiganda, 2016).

4.2.6 Perspectiva teórica sociológica, econômica e psicológica

Observou-se que ainda são poucas as pesquisas que visam integrar as três perspectivas teóricas acerca do orçamento: econômica, sociológica e psicológica. Os dois artigos citados na Tabela 8, no entanto, podem ser considerados precursores na busca por um entendimento mais abrangente sobre as dinâmicas que regem o orçamento público.

Tabela 8 - Variáveis das perspectivas econômicas, sociológicas e psicológicas identificadas nos artigos

	Variáveis econômicas	Variáveis sociológicas	Variáveis psicológicas	Artigos
Orçamentárias e não orçamentárias	Contratos baseados em desempenho	Teoria institucional: valor simbólico da contabilidade	Comportamento: jogo	6
		Teoria institucional: processo orçamentário		24

Covaleski, Dirsmith e Weiss (2013) investigaram quais são os processos pelos quais os empresários institucionais de municípios da Suécia influenciam e aplicam as regras do jogo, expressa no novo regime de regulamentação do bem-estar orçamentário, tornando-os processos endógenos que transformam os próprios contextos organizacionais. Os autores identificaram que o orçamento facilitou a mudança de uma estratégia abrangente para incremental, por meio da flexibilidade necessária para transpor recursos de modo racional (sistema de entrega baseado no mercado e contratos com base em desempenho), garantindo a legitimidade dos arranjos organizacionais emergentes e os cortes orçamentários (Covaleski *et al.*, 2013). Esse estudo amplia a visão do orçamento como um fenômeno multifacetado e socialmente construído (Merchant & Van der Stede, 2006; Scapens & Bromwich, 2001 como citado em Covaleski *et al.*, 2013, p. 334), em que fatores sociológicos, psicológicos e econômicos estão interligados.

O estudo de Kim e Eom (2016) forneceu evidências de que os distritos escolares de Nova Jersey (Estados Unidos) com conselhos escolares eleitos são mais efetivos na redução dos gastos públicos do que aqueles cujos conselhos escolares são nomeados, pois estes conselhos elaboram o orçamento de acordo com os interesses dos administradores escolares. O embasamento teórico desse estudo foi composto por uma nova abordagem da Teoria Institucional, que englobou a Teoria dos Custos de Transação e a Teoria da Agência (Kim & Eom, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar as características dos artigos científicos internacionais e classificar esses estudos de acordo com as perspectivas teóricas segundo Covaleski *et al.* (2007): econômica, psicológica e sociológica. O alcance do objetivo foi alcançado por meio de uma revisão sistemática da literatura, a partir da ferramenta Proknow-C, pela qual foi possível coletar e filtrar os artigos sobre o tema. O portfólio final foi composto por 33 artigos.

Primeiramente, foi possível verificar que as pesquisas sobre o orçamento público estão se desenvolvendo em diferentes partes do mundo, sem qualquer concentração local. Em seguida, em relação às metodologias aplicadas, identificou-se predominância das abordagens qualitativas, efetuada por meio da análise documental e entrevistas com os envolvidos.

Em seguida, foi apresentada a classificação dos 33 artigos de acordo com as perspectivas teóricas segundo Covaleski *et al.* (2007). A perspectiva econômica se destacou, tendo em vista as recentes reformas no setor público, em busca da melhoria de seu desempenho (Abu-Doleh & Weir, 2007; Conway, Fu, Monks, Alfes & Bailey, 2016; Tanwir & Chaudhry, 2016), derivada em muitos casos de medidas de austeridade fiscal, como fortes cortes orçamentários. Nesse sentido, a busca por um maior controle sobre o orçamento tem levado as instituições a centralizarem a execução orçamentária, reforçando a relação agente-principal (Kristiansen, 2018). Assim, a variável “desempenho” se destacou consideravelmente, uma vez que o setor público precisa demonstrar à sociedade que está gerindo os recursos públicos com eficiência.

A perspectiva sociológica também se destacou, tanto de forma isolada, quanto de forma integrada às perspectivas econômicas e psicológicas. À luz da Teoria Institucional e Neoinstitucional, os artigos estruturaram suas pesquisas com enfoque sociológico, reconhecendo que o orçamento é um fenômeno socialmente construído, no qual as lógicas institucionais são legitimadas quando internalizadas pelos atores envolvidos. Logo, a variável que se destacou foi o “processo orçamentário”, isto é, o orçamento visto como um instrumento dinâmico, capaz de ser usado pelos grupos sociais como um meio para alcançar seus interesses.

A perspectiva psicológica tratou, principalmente, das variáveis “atitudes e comportamento” dos atores institucionais em relação às mudanças organizacionais, a exemplo do estudo de Kiefer *et al.* (2015), que descreveu o impacto negativo dos cortes orçamentários sob o bem-estar dos funcionários. Assim, essa perspectiva ressalta que o comportamento dos indivíduos deriva, em parte, das variáveis organizacionais a que são expostos. Num orçamento participativo, por exemplo, em que as vozes dos indivíduos possam ser consideradas, haverá menor resistência acerca de eventuais alterações que precisam acontecer na organização.

Por fim, foram encontrados nove artigos que integraram variáveis orçamentárias e não-orçamentárias de mais de uma perspectiva teórica. Destacando-se, especialmente, os artigos de Covaleski *et al.* (2013) e Kim e Eom (2016), que buscaram integrar as perspectivas econômica, sociológica e psicológica, ampliando o entendimento de que o orçamento público está ligado a diferentes fatores exógenos e endógenos da organização, como preferências dos atores, jogos de poder, comportamentos individuais, pressões externas. Independentemente de que tipo de orçamento o setor público adote (ex: orçamento com base no desempenho, orçamento participativo, orçamento-programa), foi possível reafirmar o entendimento de Covaleski *et al.* (2007), de que o sistema orçamentário será melhor compreendido a partir da integração das perspectivas econômica, sociológica e psicológica.

Assim, para que o orçamento público consiga acompanhar as mudanças de acordo com o contexto das organizações, ao mesmo tempo em que continua impondo regras na aplicação de recursos públicos é necessário entender o impacto do orçamento sobre a organização como um todo. Desta forma, a compreensão do orçamento público com base nessas diferentes perspectivas pode ampliar a visão dos gestores acerca do papel do orçamento sobre a organização, não como um instrumento estático, mas como um instrumento capaz de mudar as relações organizacionais e capaz de ser moldado a partir das atitudes dos atores envolvidos.

As delimitações desta pesquisa foram: (i) utilização de artigos selecionados a partir da base de dados *Web of Science*, em língua inglesa e acessíveis na internet; (ii) utilização de um comando de busca específico; (iii) análise das características dos artigos referente à localização dos estudos e à metodologia aplicada; e (iv) classificação dos artigos segundo às perspectivas teóricas de Covaleski *et al.* (2007) com base no julgamento e na interpretação dos autores.

Como sugestões para futuras pesquisas, apontam-se: (i) busca de artigos em outras bases de dados; (ii) desenvolvimento da análise de outras características; (iii) desenvolvimento da etapa do instrumento *Proknow-C* referente à análise sistêmica; e (iv) desenvolvimento de pesquisas que integrem as perspectivas econômicas, sociológicas e psicológicas.

REFERÊNCIAS

- Abu-Doleh, J., & Weir, D. (2007). Dimensions of performance appraisal systems in Jordanian private and public organizations. *The International Journal of Human Resource Management*, 18(1), 75-84.
- Ahrens, T., & Ferry, L. (2018). Institutional entrepreneurship, practice memory, and cultural memory: Choice and creativity in the pursuit of endogenous change of local authority budgeting. *Management Accounting Research*, 38, 12-21. [10]
- Ajibolade, S. O., & Oboh, C. S. (2017). A critical examination of government budgeting and public funds management in Nigeria. *International Journal of Public Leadership*, 13(4), 218-242. [23]

- Becker, S. D., Jagalla, T., & Skærbæk, P. (2014). The translation of accrual accounting and budgeting and the reconfiguration of public sector accountants' identities. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(4-5), 324-338. [5]
- Bleyen, P., Klimovský, D., Bouckaert, G., & Reichard, C. (2017). Linking budgeting to results? Evidence about performance budgets in European municipalities based on a comparative analytical model. *Public Management Review*, 19(7), 932-953. [15]
- Bartocci, L., Grossi, G., & Mauro, S. G. (2019). Towards a hybrid logic of participatory budgeting. *International Journal of Public Sector Management*, 32(1), 65-79. [26]
- Bischoff, I., & Blaeschke, F. (2016). Performance budgeting: Incentives and social waste from window dressing. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 26(2), 344-358. [17]
- Bradbury, J. C., & Crain, W. M. (2001). Legislative organization and government spending: cross-country evidence. *Journal of public Economics*, 82(3), 309-325.
- Burns, J., & Scapens, R. W. (2000). Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. *Management accounting research*, 11(1), 3-25.
- Cohen, N. (2015). Bargaining and informal interactions in the national budget: A game theory analysis of the Israeli case. *International Review of Administrative Sciences*, 81(1), 58-78. [19]
- Cohen, S., & Karatzimas, S. (2014). Reporting performance information in the public sector: the moral behind the (non) application of program budgeting in Greece. *International Review of Administrative Sciences*, 80(3), 619-636. [16]
- Conway, E., Fu, N., Monks, K., Alfes, K., & Bailey, C. (2016). Demands or resources? The relationship between HR practices, employee engagement, and emotional exhaustion within a hybrid model of employment relations. *Human Resource Management*, 55(5), 901-917.
- Conway, N., Kiefer, T., Hartley, J., & Briner, R. B. (2014). Doing more with less? Employee reactions to psychological contract breach via target similarity or spillover during public sector organizational change. *British Journal of Management*, 25(4), 737-754. [1]
- Covaleski, M. A., Dirsmitz, M. W., & Weiss, J. M. (2013). The social construction, challenge and transformation of a budgetary regime: The endogenization of welfare regulation by institutional entrepreneurs. *Accounting, Organizations and Society*, 38(5), 333-364. [6]
- Covaleski, M. A., Evans III, J. H., Luft, J. L., & Shields, M. D. (2007). Budgeting research: three theoretical perspectives and criteria for selective integration. *Handbooks of management accounting research*, 2(1), 587-624.
- Cuganesan, S. (2017). The design of performance budgeting processes and managerial accountability relationships. *Public Management Review*, 19(7), 954-971. [25]
- Flink, C. M. (2017). Rethinking punctuated equilibrium theory: A public administration approach to budgetary changes. *Policy Studies Journal*, 45(1), 101-120. [14]
- Francesco, M. D. (2016). Rules and Flexibility in Public Budgeting: The Case of Budget Modernisation in Australia. *Australian Journal of Public Administration*, 75(2), 236-248. [33]
- Goetz, K. H., & Patz, R. (2016). Pressured budgets and the European Commission: towards a more centralized EU budget administration? *Journal of European Public Policy*, 23(7), 1038-1056. [11]
- Gooneratne, T. N., & Hoque, Z. (2016). Institutions, agency and the institutionalization of budgetary control in a hybrid state-owned entity. *Critical Perspectives on Accounting*, 36, 58-70. [18]
- Grossi, G., Reichard, C., & Ruggiero, P. (2016). Appropriateness and use of performance information in the budgeting process: Some experiences from German and Italian municipalities. *Public Performance & Management Review*, 39(3), 581-606. [9]
- Helpap, D. J. (2017). Guiding the Public Sector: Assessing the Use of Recommended Practices in the Budgeting Process. *International Journal of Public Administration*, 40(7), 559-574. [31]
- Hijal-Moghrabi, I. (2017). The current practice of performance-based budgeting in the largest US cities: An innovation theory perspective. *Public Performance & Management Review*, 40(4), 652-675. [22]
- Hyvönen, T., Järvinen, J., Pellinen, J., & Rahko, T. (2009). Institutional logics, ICT and stability of management accounting. *European Accounting Review*, 18(2), 241-275.
- Johansson, T., & Siverbo, S. (2014). The appropriateness of tight budget control in public sector organizations facing budget turbulence. *Management Accounting Research*, 25(4), 271-283. [8]
- Joharji, G., & Willoughby, J. (2014). The Saudi Arabian budgeting system: an institutional assessment. *Public Administration and Development*, 34(1), 63-80. [21]
- Kan, K., Li, S. F., & Tsai, W. D. (2014). The impact of global budgeting on treatment intensity and outcomes. *International journal of health care finance and economics*, 14(4), 311-337. [20]
- Kiefer, T., Hartley, J., Conway, N., & Briner, R. B. (2014). Feeling the squeeze: Public employees' experiences of cutback-and innovation-related organizational changes following a national announcement of budget reductions. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 25(4), 1279-1305. [2]
- Kim, S., & Eom, T. H. (2016). A panel data analysis of the impacts of institutional differences on local governments' budgetary decisions. *International Review of Administrative Sciences*, 82(3), 559-579. [24]
- Kim, S., & Schachter, H. L. (2013). Citizen participation in the budget process and local government accountability: Case studies of organizational learning from the United States and South Korea. *Public Performance & Management Review*, 36(3), 456-471. [4]

- Kristiansen, M. B. (2018). Budget reforms in times of austerity: A centralization cascade in Danish central government? *Public Budgeting & Finance*, 38(3), 58-75. [30]
- Kuruppu, C., Adhikari, P., Gunarathna, V., Ambalangodage, D., Perera, P., & Karunarathna, C. (2016). Participatory budgeting in a Sri Lankan urban council: A practice of power and domination. *Critical Perspectives on Accounting*, 41, 1-17. [13]
- Leite, R. M., Cherobim, A. P. M. S., Silva, H. D. F. N., & Bufrem, L. S. (2008). Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(47), 56-72.
- Lunkes, R. J., Feliu, V. M. R., & Rosa, F. S. (2011). Pesquisa sobre o orçamento na Espanha: um estudo bibliométrico das publicações em contabilidade. *Revista Universo Contábil*, 7(3), 112-132.
- Martí, C. (2013). Performance budgeting and accrual budgeting: A study of the United Kingdom, Australia, and New Zealand. *Public Performance & Management Review*, 37(1), 33-58. [12]
- Mauro, S. G., Cinquini, L., & Grossi, G. (2018). External pressures and internal dynamics in the institutionalization of performance-based budgeting: an endless process? *Public Performance & Management Review*, 41(2), 224-252. [29]
- Mutiganda, J. C. (2013). Budgetary governance and accountability in public sector organisations: An institutional and critical realism approach. *Critical Perspectives on Accounting*, 24(7-8), 518-531. [3]
- Mutiganda, J. C. (2016). How do politicians shape and use budgets to govern public sector organizations? A position-practice approach. *Public Money & Management*, 36(7), 491-498. [32]
- Richardson, R. J. (2008). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Silva, M. Z., & Lavarda, C. E. (2014). Orçamento empresarial: estudo comparativo entre publicações nacionais e internacionais. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 11(3), 179-192.
- Sofyani, H. (2018). Does Performance-Based Budgeting Have a Correlation with Performance Measurement System? Evidence from Local Government in Indonesia. *Foundations of Management*, 10(1), 163-176. [28]
- Srithongrung, A. (2018). An evaluation of performance-based budget reform in Asian countries. *International Journal of Public Administration*, 41(4), 257-267. [27]
- Tanwir, M., & Chaudhry, A. (2016). Reforming a broken system: a new performance evaluation system for Pakistan civil servants. *Pakistan Development Review*, 55(1), 49.
- Ter Bogt, H. J., Van Helden, G. J., & Van Der Kolk, B. (2015). Challenging the NPM ideas about performance management: Selectivity and differentiation in outcome-oriented performance budgeting. *Financial Accountability & Management*, 31(3), 287-315. [7]
- Valmorbida, S. M. I., & Ensslin, S. R. (2017). Performance Evaluation of University Rankings: Literature Review and guidelines for future research. *International Journal of Business Innovation and Research*, 14(4), 479-501.

RESERVA ORÇAMENTÁRIA: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA COMERCIAL

BUDGETARY RESERVE: CASE STUDY IN A RETAIL COMPANY

RESUMO

Este estudo analisa a percepção dos agentes sobre a criação da reserva orçamentária no processo de planejamento de uma empresa comercial. Para tanto, foi desenvolvido a partir de uma pesquisa empírica descritiva, com uma abordagem interpretativa por meio de um estudo de caso em uma empresa de grande porte. Os resultados denotam que a percepção sobre a criação de reserva orçamentária não contribui com as práticas gerenciais adotadas, pois torna as metas pouco desafiadoras, principalmente em ambiente de retração de vendas e redução de gastos. Constatou-se que a maioria dos agentes negam a existência de reserva orçamentária e afirma que a prática não traz benefício algum à empresa. Nos casos em que os agentes reconhecem a existência da reserva orçamentária, eles enfatizaram que tal prática ocorre de forma não intencional, em decorrência de incerteza nas metas a serem estabelecidas. Assim, conclui-se que todos os agentes possuem conhecimento sobre o que é reserva orçamentária e que a inexistência desta reserva na empresa, na percepção do *Controller*, influencia os gestores a atingir as metas estabelecidas pela gestão e garantir o controle e o bom funcionamento de todo o sistema orçamentário. Enfatize-se que no caso em que o agente reconheceu o uso da reserva orçamentária, este fato foi motivado pela incerteza das metas estabelecidas, mas ressalte-se que a maioria dos agentes afirmam que essa prática não faz parte do processo orçamentário. Este estudo contribui, tanto no aspecto teórico quanto no prático, com a literatura sobre reserva orçamentária, expandindo os estudos sobre essa temática no país.

Palavras-chave: Teoria da Agência; Orçamento; Reservas Orçamentárias.

ABSTRACT

This study analyzes the agents' perception about the creation of the budget reserve in the planning process of a commercial company. Therefore, it was developed from a descriptive empirical research, with an interpretative approach through a case study in a large company. The results show that the perception about the creation of budget reserve does not contribute to the management practices adopted, as it makes the goals less challenging, especially in an environment of sales retraction and cost reduction. It was found that most agents deny the existence of budgetary reserve and affirms that the practice has no benefit to the company. When the agents recognize the existence of the budget reserve, they emphasized that this practice occurs unintentionally, due to uncertainty in the goals to be established. Thus, it is concluded that all agents have knowledge about what is budget reserve and that the absence of this reserve in the company, according to the Controller, influences managers to achieve the goals set by management and ensure the control and smooth operation of the entire budget system. It is emphasized that in the case where the agent recognized the use of the budget reserve, this fact was motivated due to the uncertainty of the established goals, but it is emphasized that most agents claim that this practice is not part of the budget process. This study contributes, both theoretically and practically, to the budget reserve literature, expanding the studies on this theme in the country.

Keywords: Theory of the Agency; Budget; Budgetary Reserves

Thaís Renata dos Santos

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Auditoria e Gestão de Tributos pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO). Graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO). Docente do curso de Ciências Contábeis na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO). Contato: Rua JV 18, Qd.26, Lt.33, Cond. Res. Jd. Venezia, Senador Canedo, Goiás, CEP: 75.254-053. E-mail: thaissarenatax10@gmail.com

Cléber Roberto de Sena Veloso

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Docência Universitária pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (FABEC). Graduado em Ciências pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do curso de Ciências Contábeis no Instituto Afphonisano de Educação Superior. Contato: Rua José Vital Filho, Q-A, Lt 2, Setor Morada do Lago, Trindade, Goiás, CEP: 74.775-004. E-mail: cleberrsen@gmail.com

Ercílio Zanolla

Doutor em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-Institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis - UnB/UFPA/UFRN. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás - FACE/UFG e do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UFG - PPGCONT/UFG. Contato: Rua J 57, Quadra 104, Lote 17, Setor Jaó, Goiânia, Goiás, CEP: 74.674-230 E-mail: zanolla@ufg.br

Júlio Orestes da Silva

Doutor em Ciências Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (FEA/USP). Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás - FACE/UFG e do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UFG - PPGCONT/UFG. Contato: Avenida Esperança s/n, Campus Samambaia, Goiânia, Goiás, CEP: 74690-900. E-mail: orestesj@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O planejamento e o controle adotados nas organizações apresentam como objetivo acompanhar resultados e contribuir para o alcance das metas da entidade (WELSH, 2010). O controle é utilizado como uma ação necessária para verificar se os planos estão sendo devidamente obedecidos, pois é o elo de comunicação dos objetivos da empresa, sustentados nas determinações efetuadas pela empresa por meio do planejamento estratégico (WELSH, 2010).

O controle gerencial é utilizado como um mecanismo para influenciar o comportamento dos membros da empresa, relacionado a artefatos empresariais como, por exemplo, o orçamento empresarial, que pode influenciar o comportamento dos indivíduos na empresa (BRUNS; WATERHOUSE, 1975).

Afinal, trata-se de um artefato que não é obrigatório nas organizações e cuja concepção e uso são distintos nas organizações empresariais (FREZATTI; BECK; SILVA, 2013). A função do controle e planejamento associado ao orçamento empresarial está sustentada na Teoria da Agência, que, conforme afirmam Jensen e Meckling (1976), representa a delegação de poderes do principal ao agente, que nesse artigo são os gestores, para alcançar os objetivos pretendidos pela empresa por meio de contratos e visando a diminuição de assimetria informacional. Portanto, uma das atribuições dos agentes é a execução do planejamento e do controle orçamentário, juntamente com diversos artefatos gerenciais, buscando o atingimento de objetivos e metas estratégicas para continuidade do negócio (BEUREN; VERHAGEM, 2015).

Ressalte-se que um dos elementos mais questionados em torno do orçamento formalizado nas organizações é a reserva orçamentária (*budgetary slack*), analisada pelas empresas em várias perspectivas (FREZATTI; BECK; SILVA, 2013). Assim, a motivação para a criação da reserva, também denominada de folga orçamentária, tem sido objeto de estudo nas últimas décadas e dentre as variáveis abordadas estão a satisfação no trabalho, a motivação, o desempenho, entre outras (SANTOS et al., 2016).

A folga orçamentária também tem sido constantemente objeto de pesquisas em âmbito internacional (CHRISTENSEN; TEMPLIN, 2000). No Brasil, entretanto, os estudos dessa temática surgiram a partir de 1996 (SANTOS et al., 2016) e ainda carecem de estudos direcionados às peculiaridades das organizações e do uso deste artefato no controle organizacional (SANTOS et al., 2016). Alguns estudos investigaram a relação entre a existência da folga orçamentária e a remuneração variável despendida com os gestores, pois quando os gestores são avaliados por meio de metas individuais ou coletivas a criação de folga no orçamento torna-se um mecanismo oportuno (BEUREN; VERHAGEM, 2015).

A criação de folga orçamentária significa a escolha de um padrão de resultados que pode ser facilmente alcançado pelas demais áreas da empresa, e que tende a influenciar a eficácia do sistema orçamentário, pois um sistema de controle gerencial alinhado com os objetivos da empresa, em que as metas são claras e as distorções orçamentárias discutidas, a existência ou não de reserva orçamentária tende a proporcionar mais segurança à gestão no acompanhamento da evolução do negócio (BEUREN; VERHAGEM, 2015). Assim, independentemente do sistema de controle orçamentário utilizado nas organizações, uma questão que se apresenta é: Qual a percepção dos agentes sobre a criação da reserva orçamentária no processo de planejamento de uma empresa comercial? Dessa forma, para buscar responder este problema, adotou-se como objetivo analisar a percepção dos agentes sobre a reserva orçamentária no processo de planejamento orçamentário de uma empresa comercial.

A estratégia de pesquisa utilizada é um estudo de caso mediante entrevistas em uma empresa comercial, no ramo varejista, com sessenta anos de história, e que possui o departamento de controladoria implantado no ano de 2009.

Este estudo contribui, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, com a literatura sobre reserva orçamentária, pois possibilita expandir os estudos sobre essa temática no país. O estudo está estruturado em cinco sessões, iniciando com a introdução; em seguida apresenta-se a fundamentação teórica, com destaque à caracterização e às funções da reserva orçamentária, assim como a sustentação teórica por meio da Teoria da Agência. Na sequência, aborda-se o método e os procedimentos de pesquisa; posteriormente são apresentados os resultados e, por último, as considerações finais e a bibliografia da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para responder ao objetivo deste estudo, o referencial teórico está subdividido em três seções: (i) planejamento estratégico e controle gerencial, (ii) orçamento empresarial e (iii) teoria da agência e reserva orçamentária.

2.1. Planejamento Estratégico e Controle Gerencial

A literatura sobre controle organizacional afirma que um efetivo planejamento e controle são ações fundamentais para o alcance das metas e objetivos das organizações (FREZATTI et al., 2011). Clássicos da administração definem o termo planejamento como uma das funções primordiais, que significa decidir antecipadamente por uma alternativa de ação em detrimento de outras disponíveis, conforme as preferências, disponibilidades, grau de aceitação do risco, entre outras (FREZATTI, 2009). O Planejamento Estratégico envolve decisões com efeitos de longo prazo e que impactam várias atividades da empresa (ACKOFF, 1976).

Segundo Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2009), a estratégia como um plano depende do planejamento esperado, ou seja, o que as organizações desejam fazer. Esses autores defendem que a estratégia possui duas finalidades: uma como

ferramenta prospectiva; outra como verificação de padrão de situações passadas – o que efetivamente a empresa fez no decorrer do tempo.

Já o termo controle tem sido utilizado de maneira enfática, pois na verdade o que se pretende no universo empresarial é garantir que todas as decisões tomadas realmente ocorram (FREZATTI, 2009). Dessa forma, pode-se entender que tanto o planejamento estratégico quanto o controle gerencial são premissas fundamentais para uma gestão eficiente, que se relaciona a artefatos gerenciais, como o orçamento, para atingir as metas e objetivos organizacionais (WELSH, 2010).

Neste contexto, as estratégias são valorizadas e o conjunto de artefatos, rotinas e procedimentos, aqui denominados de estrutura, é desenvolvido na empresa. O conjunto de artefatos pode ser variado e busca atender às funções relevantes do modelo de gestão da empresa, no entanto os mais citados são: o planejamento estratégico, BSC –*Balanced Scorecard* e o controle orçamentário (FREZATTI, 2009).

2.2 Orçamento empresarial

O orçamento é o plano financeiro para implementar a estratégia da empresa para um dado exercício (FREZATTI et al., 2010) e pode ser implementado para consecução de muitos objetivos, incluindo planejamento, controle e organização de atividades (COVALESKI et al., 2006). Alguns autores já definiram os motivos que levaram algumas organizações a implementarem o orçamento. Hansen e Van Der Stede (2004) destacam os seguintes motivos: plano operacional, elemento para avaliação de desempenho, instrumento para comunicação de objetivos e formação de estratégias.

Cabe ressaltar que as empresas podem embasar as metas do orçamento por meio de base histórica, base zero ou base mista (WELSH, 2010). O orçamento de base histórica é elaborado para o exercício desejado, levando-se em consideração os números do ano anterior (WELSH, 2010). Em contrapartida, o orçamento base zero não utiliza dados históricos das receitas e despesas da organização para que seja efetuada uma análise de toda despesa futura e receita presente, o que tende a permitir um novo cenário de acordo com a realidade atual, evitando que erros passados perpetuem (COSTA; DE OLIVEIRA MORITZ; MACHADO, 2017). Assim, o orçamento com base mista contempla metas a partir de dados históricos, como também a aplicação e base zero para determinadas metas (WELSH, 2010). A escolha de qualquer um dos métodos exige do gestor a organização de plano orçamentário a partir de decisões que facilitem o processo de tomada de decisões objetivando as estratégias da empresa (COSTA; DE OLIVEIRA MORITZ; MACHADO, 2007).

Assim, o orçamento empresarial é considerado o principal artefato no sistema gerencial, permitindo determinar a estimativa de lucro e também o acompanhamento do desempenho econômico, comparando com o valor orçado (ANTHONY; GOVINDARAJAN, 1998). Além disso, o orçamento é um instrumento com muitas nuances e potenciais conflitos no tempo, na hierarquia e mesmo no direcionamento, pois, ao mesmo tempo que direciona a empresa para o futuro, contemplando as estratégias, exige a definição de metas que serão utilizadas para avaliar desempenho de áreas e pessoas (FREZATTI; BECK; SILVA, 2013). As tensões e interesses por trás do orçamento não podem ser ignorados para que o instrumento seja utilizado minimizando conflitos internos nas organizações, visto ser natural que as pessoas, quando operacionalizam uma estratégia em uma meta, face às incertezas do ambiente, optem por uma meta que não as desfavoreçam (FREZATTI; BECK; SILVA, 2013).

Já que a construção do orçamento é conjunta e uma das perspectivas é dispor de um artefato que persiga o aumento da eficiência, ter reservas pode significar a perda da informação que representa a otimização de resultados, pois, em um ambiente participativo de planejamento as metas contemplam desafios exequíveis e assim a relação entre as pessoas torna-se importante. Em contrapartida, identificar o que é uma reserva não é uma tarefa fácil quando se vive em um ambiente de mudança e incerteza (FREZATTI; BECK; SILVA, 2013).

2.3 Teoria da Agência e Reserva Orçamentária

Uma relação de agência é definida como um contrato que rege a contratação de uma pessoa (agente) para executar em nome do contratante (principal) um serviço que resulte na delegação de algum poder de decisão (JENSEN; MECKLING, 1976). Se as partes forem maximizar sua utilidade, existem razões para crer que nem sempre as ações do agente estarão alinhadas com os interesses do principal (JENSEN; MECKLING, 1976). Este, por sua vez, pode restringir tal comportamento através da concessão de incentivos adequados para o agente e despender custos de monitoramento com objetivo de reduzir as atividades irregulares do agente (JENSEN; MECKLING, 1976). Tais custos são classificados como (1) despesas de monitoramento, (2) despesas com compromissos contratuais e (3) custo residual. Assim, os custos de agência aparecem em qualquer contexto em que haja cooperação entre duas ou mais pessoas, ainda que não exista, de forma bem definida, a relação principal-agente (JENSEN; MECKLING, 1976).

Duan (2014) afirma que devido ao interesse inconsistente entre o superior e os subordinados, nos casos em que a avaliação de desempenho é empregada tendo orçamento como base, os subordinados podem maximizar os seus interesses através de comportamentos oportunistas. Segundo Merchant (1985), quando o objetivo de uma empresa é alcançado, parte dos recursos são canalizados para satisfazer indivíduos e, nesse aspecto, a reserva orçamentária e a Teoria da Agência são semelhantes. Duan (2014) corrobora este entendimento ao afirmar que pesquisas sobre a folga orçamentária estão intimamente associadas com a Teoria da Agência e são um ramo importante da economia moderna.

Para Merchant (1985) a reserva orçamentária corresponde ao valor orçado em uma área da empresa acima do necessário. Young (1985) define folga orçamentária como a situação em que subordinados alocam, intencionalmente, excesso de recursos no orçamento ou, conscientemente, subestimam a capacidade de produção.

Cabe ressaltar a dificuldade de reunir pesquisas na literatura sobre reserva orçamentária em razão das múltiplas formas como são citadas e também pelos diversos conceitos abordados (MERCHANT, 1985). Na literatura sobre comportamento organizacional e comportamento de gestores, pode-se encontrar o assunto referenciado como “normas orçamentárias frouxas”, “falta de congruência de metas”, “polarização gerencial”, “respostas táticas defensivas” e “comportamentos enganosos” (SANTOS et al., 2016). Santos et al. (2016) demonstram que esse contexto ainda não foi totalmente modificado, pois estudos sobre reserva orçamentária são crescentes, possivelmente pela falta de consolidação do assunto na literatura.

Duan (2014) associa a reserva orçamentária a diversas teorias, entre elas a Teoria da Agência, Teoria Comportamental, Teoria Psicológica e Teoria da Motivação. Além disso, Santos et al. (2016) evidenciam que a reserva orçamentária tem sido investigada conjuntamente com diversas variáveis organizacionais, tais como a participação no orçamento, a assimetria da informação e a ênfase orçamentária. Ressalte-se também que a constituição de reserva orçamentária vem sendo estudada sob aspectos comportamentais e psicológicos, com variáveis tais como honestidade dos gestores, percepção de justiça organizacional, valores, reputação e inclusive relacionada à ética (SANTOS et al., 2016).

Merchant (1985) afirma que a propensão para criar folga orçamentária parece ocorrer em todas as empresas. Dunk (1990) evidencia que o orçamento participativo não necessariamente elimina o conflito de interesse e, por isso, os superiores podem precisar de cautela, pois enquanto eles podem usar a participação para ampliar o acesso a informações privilegiadas, os subordinados podem manipular o processo para obter orçamentos operacionais mais fáceis. Duan (2014) complementa, argumentando que, quando o orçamento é tomado como base para a avaliação de desempenho, os gerentes se inclinam a formular folga orçamentária para obter lucro residual e assegurar a sua remuneração. Ainda assim, Duan (2014) afirma que, como uma espécie de modelo de gestão, o orçamento é uma base essencial e ser contratada para avaliar o desempenho do gestor.

Huang e Chen (2009) afirmam que enquanto os gestores se dedicam para alcançar seus orçamentos tendem a proteger a precisão e o bom funcionamento do sistema orçamentário, logo teriam atitudes positivas para minimizar a reserva orçamentária. Os estudos de Huang e Chen (2009) sugerem que a educação pode ser uma boa maneira de estimular atitudes mais positivas com relação ao orçamento e conseqüente redução da folga orçamentária. Segundo estes autores os superiores devem solicitar orçamentos atingíveis e, antes de decidir como alocar os recursos, comunicar de forma clara a proposta do orçamento. Desse modo, os gestores são impedidos de usar táticas tortuosas para inserir folga real em seus orçamentos.

Além disso, a Teoria da Agência clássica aparece como ponto de partida adequado para a construção do problema da criação de reserva orçamentária. Não é capaz, no entanto, de explicar totalmente o fenômeno devido às suposições restritivas, especialmente em relação à função de utilidade dos indivíduos, que só consideram a riqueza e negligenciam outras preferências, o que sugere aspectos comportamentais e psicológicos para justificar o aumento na folga orçamentária (LIESSEM et al., 2015). Segundo Liessem et al. (2015) as preferências sociais e a teoria da justiça organizacional mostram que os indivíduos não são interessados apenas em maximizar a riqueza pessoal e minimizar o esforço, mas em adquirir eficiência profissional. Nesse aspecto, preferências por honestidade e justiça dificultam a criação de reserva orçamentária, embora sejam incapazes de evitar completamente esse problema.

De acordo com Duan (2014) existem pontos de vista negativos e positivos sobre a criação de reserva orçamentária. Segundo o autor a reserva orçamentária levará à distribuição inadequada de recursos escassos, à avaliação inadequada dos gestores e, portanto, ao aumento dos custos de agência entre o superior e os subordinados, além de provocar a redução na eficiência operacional da empresa. Em contrapartida, Duan (2014) afirma que, em algumas condições, a folga orçamentária tem efeitos positivos, especialmente em ambiente incerto, que pode reduzir a incerteza e manter o desenvolvimento estável para enfrentar os riscos do mercado. Ademais, quando as empresas enfrentam diferentes estratégias de desenvolvimento, a adequada folga orçamentária pode satisfazer as exigências da estratégia de desenvolvimento da empresa (DUAN, 2014). Portanto, a combinação equilibrada entre os fatores negativos e positivos é a chave para lidar com a reserva orçamentária, pois, uma vez que a relação de agência, a assimetria informacional e os erros de orçamento são inevitáveis, a folga orçamentária adequada tende a ser benéfica para a companhia, inclusive em explorar novas ideias na empresa, além de suportar custos de desenvolvimento e implementação de inovações (DUAN, 2014; BEUREN; VERHAGEM, 2015).

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

A estratégia de pesquisa envolve os meios técnicos da investigação e corresponde ao planejamento e estruturação da pesquisa (MARTINS; THEÓPHILO, 2016). Neste estudo, a estratégia de pesquisa que será utilizada é o estudo de caso, que, de acordo com Martins e Theóphilo (2016), caracteriza-se pela investigação qualitativa e empírica sobre fenômenos dentro de um contexto social, buscando apreender determinada situação e descrever, compreender e interpretar um caso real.

A técnica de coleta dos dados utilizada nesta pesquisa é a entrevista, uma técnica que coleta informações, dados e evidências cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que entrevistados atribuem a questões e situa-

ções (MARTINS; THEÓPHILO, 2016). O roteiro de entrevista foi desenvolvido sobre a espinha dorsal do orçamento, e buscou-se capturar, por meio de perguntas abertas, informações que permitissem entender o modelo de gestão organizacional e o papel do orçamento da empresa. Para isso, foram desenvolvidos dois roteiros, um voltado para o *Controller*, como agente principal, e outro para os cargos de gerência das áreas de Recursos Humanos (RH), Compras e Financeira.

A abordagem de avaliação utilizada neste estudo foi uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é utilizada para estudar um fenômeno relativo às ciências humanas e sociais e caracterizado por predominância na descrição de pessoas, situações, acontecimentos, reações, inclusive transcrições e relatos (MARTINS; THEÓPHILO 2016).

Segundo Martins e Theóphilo (2016) uma das técnicas de aferição de confiabilidade é a técnica do Pré-Teste, em que o instrumento de medidas é aplicado previamente para um grupo de pessoas, para produzir um instrumento confiável. Para preservar a validade do roteiro de entrevista, um docente da área contábil avaliou o conteúdo do questionário, a estrutura das perguntas e realizou modificações pertinentes. Em seguida, houve outra aplicação prévia do roteiro de entrevista a um docente do curso de Ciências Contábeis que já atuou profissionalmente em um departamento de controladoria de uma empresa comercial, como uma forma de validação de confiabilidade antes da sua efetiva aplicação.

3.1 – Constructo do Questionário

A temática abordada neste estudo busca a evolução das pesquisas na literatura contábil. Assim, a reserva orçamentária e os fatores que motivam sua criação tornam-se o ponto central deste estudo. Neste sentido, as perguntas foram desenvolvidas com base em Frezatti, Beck e Silva (2013), abordando quatro elementos sustentados pela literatura sobre reservas orçamentárias, conforme evidenciado na Figura 1.

Figura 1 - Constructo do questionário



Fonte: Elaborado a partir de Frezatti, Beck e Silva (2013).

Percebe-se por meio da Figura 1 que o primeiro elemento a ser investigado se refere à existência da reserva. Ou seja, subestimar ou superestimar um alvo deve estar orientado em propósitos referenciais (HOBSON; MELLON; STEVENS, 2011). Portanto, investigar se o entrevistado acredita que a existência de reservas é importante é a premissa para identificar qual o motivo para a criação da reserva, se a criação é intencional ou não e, por fim, os impactos da ação.

Assim, o segundo elemento a ser investigado refere-se à intencionalidade da ação. Ou seja, trata-se de um elemento subjetivo (DUNK; NOURI, 1998), mas que pode revelar se os gestores, intencionalmente ou não, criaram reservas. Se houver na política de remuneração dos executivos um vínculo ao alcance de metas, a intencionalidade torna-se evidente (BEUREN; VERHAGEM, 2015).

O terceiro elemento do constructo aborda as razões para a reserva ser criada. Este elemento pode evidenciar diversos motivos, como as características da estrutura organizacional e o controle orçamentário (BRUNS; WATERHOUSE, 1975) e a assimetria informacional, caracterizada como um fator relevante para a criação das reservas (YUEN, 2004).

O último elemento refere-se ao benefício da ação de criação da reserva orçamentária. Este elemento está relacionado principalmente a investigar se o benefício da reserva está vinculado à remuneração de algum gestor (LEAVINS; OMER; VILUTIS, 1995).

Dessa forma, o roteiro de entrevista foi estruturado em seis blocos e composto pelo total de 25 perguntas. O primeiro bloco busca abordar a visão dos gestores em relação ao planejamento e ao controle orçamentário, abrangendo a importância desses processos na empresa e contemplou treze perguntas. O segundo bloco é inerente à existência da reserva orçamentária e contempla duas perguntas. O terceiro bloco, que contempla duas perguntas, refere-se à identificação da intencionalidade dos entrevistados para criação da reserva orçamentária na empresa. O quarto bloco verifica, por meio de uma pergunta, os motivos e razões para a criação da reserva. O quinto bloco objetiva verificar o benefício da ação para criação da reserva orçamentária e contemplou uma pergunta. Ressalte-se que do segundo ao quinto bloco encontram-se as perguntas que sustentam o tema central deste trabalho, e buscam verificar a concepção dos gestores com relação aos quatro elementos do constructo desta pesquisa. O sexto e último bloco teve o intuito de identificar algumas características dos participantes, com o objetivo de traçar o perfil dos respondentes por meio de seis perguntas.

As entrevistas foram realizadas individualmente em uma das salas de reunião da empresa com prévio agendamento. Durante o processo de entrevistas, os discursos foram devidamente gravados e transcritos, mediante autorização prévia. Ressalta-se que o prazo médio de entrevistas foi de quarenta minutos para cada participante.

3.2 – Descrição da Empresa

A empresa possui 60 anos de história, atua no segmento do varejo e no setor de móveis e eletrodomésticos. Apresenta um quadro de aproximadamente 3.700 funcionários, distribuídos em 200 unidades em nove Estados mais o Distrito Federal. Sob o aspecto de estrutura de propriedade e controle, a empresa corresponde a uma sociedade anônima de capital fechado, cujo controle pertence à família fundadora do negócio, que atualmente possui a gestão familiar concentrada em sua segunda geração. A seleção dessa empresa para investigação do fenômeno de criação de reservas orçamentárias pontua-se na maturidade da empresa, em específico pela utilização do orçamento. Destaca-se também que o departamento de controladoria, responsável pelo acompanhamento do orçamento, é recente: foi implantado na empresa no ano de 2009.

4. RESULTADOS

Inicialmente analisou-se o comportamento e a percepção do *Controller* e das gerências de Recursos Humanos, Financeira e de Compras quanto a utilização do planejamento e do controle orçamentário, pontuando alguns temas que fazem parte deste processo: (i) planejamento; (ii) indicadores de desempenho; (iii) sistemas de informação; (iv) grau de participação no orçamento; (v) grau de força do passado; (vi) cultura de planejamento; (vii) comunicação e (viii) controle orçamentário, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Percepção dos respondentes sobre Aspectos do Planejamento Orçamentário

Temas	Resultados
Planejamento	Todos os participantes afirmam que, embora haja dificuldades em projetar cenários, a empresa utiliza planejamento estratégico e orçamento devidamente formalizado e alinhado com as metas e objetivos da empresa: “Nós temos o orçamento que é feito anualmente e depois a gente tem as revisões de orçamento” (Gerente de RH), e que os papéis dos gerentes neste processo envolvem apenas a participação na elaboração do orçamento. Ou seja, apenas as diretorias da empresa e o conselho participam de forma ativa no planejamento estratégico da empresa: “Os gestores não estão tão envolvidos (com a estratégia), e sim a alta gestão: diretoria e conselhos” (<i>Controller</i>).
Indicadores de Desempenho	Todos os participantes enfatizaram que a empresa utiliza indicadores estratégicos e financeiros relacionados ao planejamento orçamentário como um mecanismo de mensuração e adequação dos resultados pretendidos e que tais indicadores podem variar conforme as diversas áreas da empresa: “Sim, a gente tem até o nosso fluxo de caixa, a gente tem uma forma específica de demonstrar” (Gerente Financeiro).
Sistemas de Informação	Em unanimidade, os participantes afirmam que, mesmo com o departamento de controle implantado recentemente, as informações demandadas pelas áreas envolvidas para fins de planejamento e orçamento atendem à demanda da empresa e encontram-se constantemente em processo de melhorias: “Temos, mas a gente ainda precisa melhorar” (Gerente RH). Ou seja, o sistema de informações, que envolve o planejamento e o orçamento, consegue atingir seu objetivo, mas encontra-se em constante mudança para melhorias, visando a eficiência do processo.
Grau de Participação no Orçamento	Ressalte-se que todos os participantes afirmaram que os gerentes que participam da elaboração do orçamento recebem <i>feedback</i> mensalmente, denotando que o <i>feedback</i> e o grau de participação sobre o desempenho ocorrem normalmente, com regularidade e objetividade: “O <i>feedback</i> é mensal, é efetuado pelo <i>Controller</i> , o qual afirma que existem gestores de contas com os quais são feitas reuniões todos os meses para ver se atingiu ou não as metas orçamentárias”.
Grau de Força do passado	Quando questionados sobre se as projeções são elaboradas a partir de dados históricos, ou seja, o grau de influência do passado na elaboração do orçamento, os participantes afirmaram: <i>Controller</i> : “Hoje estamos trabalhando quase que com base zero [...]. O cenário não permite mais ter uma análise histórica”. Gerente Financeiro: “Não só em dados históricos, uma parte em dados históricos e a outra parte nós temos outras variáveis”. Gerente Recursos Humanos: “Basicamente históricos, [...] então, às vezes tem alguma coisa futura a considerar”. Gerente Compras: “Sim, dados históricos e sazonalidade”. Percebe-se que, enquanto o <i>Controller</i> afirma que quase não existe influência do passado para estimação do orçamento, pois a base considerada é base zero, o Gerente Financeiro e o de Compras adotam base mista, ou seja, base zero e também dados históricos.

Temas	Resultados
Cultura de Planejamento	Ao serem questionados se a preocupação com as questões de planejamento e orçamento fazem parte da rotina diária, como um processo predominante na cultura da empresa, os participantes afirmaram: <i>Controller</i> : “Não, não vejo que hoje [...] a gente vê muitos aspectos para melhorar ainda”. Gerente Financeiro: “Sim, tem um impacto direto”. Gerente Recursos Humanos: “Sim, isso hoje para a gente é parte do nosso dia a dia”. Gerente de Compras: “Faz. Diariamente temos que acompanhar, ir tirando relatórios, fazendo acompanhamentos para ver em que pé está. Ver se a gente tem condições de atingir [a meta], se está distante [...]”. Assim, quanto ao planejamento e o orçamento fazerem parte da rotina diária, constatou-se que o <i>Controller</i> ainda não considera como um processo em plena eficiência. Entretanto, os gerentes de Recursos Humanos, Financeiro e de Compras acreditam que estão sendo eficientes quanto à qualidade e informações fornecidas, corroborando para a existência de uma cultura de planejamento e orçamento predominante na empresa.
Comunicação	Quanto à clareza da comunicação da alta administração para com os demais níveis de gerência da empresa, houve uma discordância apontada entre os participantes. <i>Controller</i> : “É outro ponto de melhoria, como falei, hoje temos reuniões mensais. Está melhorando, vem de uma evolução bem grande, mas não vejo que é claro hoje”. Gerente Financeiro: “Sim, existe uma comunicação clara”, Gerente Recursos Humanos: “É, tem direto com o <i>Controller</i> , hoje diretor nosso, que já trata direto”. Gerente de Compras: “Sim, é bem clara e rápida”. Percebe-se que os discursos apontam que a comunicação da controladoria para com os demais departamentos é clara, porém a comunicação entre a presidência e a controladoria ainda necessita de melhorias, e a plena eficiência do conselho de gestão ainda não existe dentro da empresa.
Controle Orçamentário	Quando questionados sobre o acompanhamento orçamentário, inclusive sua periodicidade e finalidade, e sobre como as variações influenciam as atividades desenvolvidas, todos os participantes enfatizam que existe participação e acompanhamento dos gestores de pacote (gestores de contas) e gestores de entidade (diretoria) no acompanhamento dos resultados orçamentários, e que este controle impacta diretamente todas as áreas da empresa: “Existe, a partir do ano passado foi implantada uma ferramenta de acompanhamento e correção, na qual a gente tem que prestar contas [...]”. (Gerente de Compras).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os discursos dos agentes entrevistados foram na sua maioria alinhados quanto à prática do planejamento e do controle orçamentário dentro da empresa: os conflitos surgiram nas abordagens dos níveis de (i) grau do passado; (ii) cultura do planejamento e (iii) comunicação.

Nota-se assimetria entre o *Controller* e os Gerentes Financeiro e de Compras com relação ao grau do passado: enquanto o *Controller* utiliza base zero, os dois gerentes afirmam utilizar dados históricos no planejamento orçamentário. Esse achado vai ao encontro de Welsh (2010), ao afirmar que para subestimar receitas ou superestimar gastos, a empresa deve se basear em alguma referência e, se esta base se fixar no passado, a empresa desconsidera a definição do planejamento estratégico (WELSH, 2010).

Além disso, o conflito evidenciado com relação a cultura do planejamento e também a comunicação da gestão denota uma assimetria informacional entre os gerentes e o *Controller*. Segundo Mucci, Frezatti e Dieng (2016) as funções de comunicação entre envolvidos no orçamento possuem relevância superior ao construto de planejamento, o que indica que, apesar de as funções de planejamento serem consideradas mais importantes para cada área da empresa, elas dependem da comunicação para que a utilidade do planejamento orçamentário seja assumida por todas as áreas da empresa.

Foram analisados também o comportamento e a percepção do *Controller* e das gerências de Recursos Humanos, Financeira e de Compras da empresa quanto à: (i) a existência da reserva; (ii) intencionalidade da ação; (iii) razão para a reserva ser criada e (iv) benefício da ação, conforme o construto deste estudo.

4.1 – Existência da Reserva

Quanto à existência da reserva orçamentária o *Controller* é categórico em afirmar que na empresa não há espaço para nenhum tipo de folga orçamentária, principalmente pelo momento do setor varejista, que é fortemente afetado pela crise econômica que o país enfrenta nos últimos anos: “Na verdade, hoje o cenário não está permitindo nenhum tipo de reserva ou sobra, a gente está muito realista, e eu digo que temos momentos até arrojados porque as metas ficaram desafiadoras”. Neste ponto há alinhamento de interesses com os gerentes de recursos humanos e gerente financeiro, pois eles também dizem que não há folga no orçamento. Entretanto, há caso em que a reserva orçamentária é aplicada para facilitar o alcance de metas, configurando-se assim, conflito de interesses.

Neste sentido, a justificativa para a existência de reserva orçamentária advém do gerente de compras, quando afirma que a existência da reserva é para suprir incertezas quanto ao real acontecimento de algum fenômeno: “Necessidade do momento, estratégia adotada e, se persistirem os conflitos, a gente acaba fazendo”; além de garantir o pagamento de comissões variáveis dos vendedores. Além disso, o gerente possui conhecimento do que representa a reserva orçamentária. Gerente de Compras: “Subestimar receitas é planejar-se para receber menores recursos. Superestimar gastos é planejar para gastar mais”.

Ressalte-se que o gerente de compras assumiu essa função recentemente e que esse resultado se justifica nos achados de Beuren e Verhagem (2015), os quais afirmam por meio dos seus estudos que os gestores que possuem desempenho incipiente tendem a criar folgas em seus orçamentos.

O gerente de Recursos Humanos, o Gerente Financeiro e o *Controller*, que apresentam o discurso de que não reconhecem a existência da reserva, tem essa crença fortemente ligada à atual crise econômica que afeta o setor. Identifica-se, no entanto, que a aplicação da reserva existe como um mecanismo para o alcance de metas, o que caracteriza um conflito de interesses entre os agentes, como se verifica nas respostas transcritas a seguir.

Controller: “Na verdade, hoje o cenário não está permitindo nenhum tipo de reserva ou sobra, a gente está muito realista e eu digo que temos momentos até arrojados porque as metas ficaram desafiadoras [...]”.

Esse resultado denota que a negação da existência da reserva decorre de uma lógica de legitimação da estrutura que valida as metas propostas para a gestão (FREZATTI; BECK; SILVA, 2013).

Nota-se que não existe na empresa nenhum tipo de incentivo para o atingimento das metas, o que é justificado pelo que o *Controller* considera para avaliar como as metas estão sendo cumpridas. Mais uma vez a preocupação com a crise financeira é evidente, o que pode ser percebido na resposta do *Controller*, a seguir:

“Consideramos o momento da empresa, porque a empresa vem de queda de vendas nos últimos dois anos, o mercado caiu vertiginosamente nos últimos dois anos e o setor de móveis e eletros foi um dos mais prejudicados na crise, então vamos analisar sempre o mínimo para trabalhar com aquele tipo de empresa, então, as áreas estão bem enxutas, todos os custos estão bem enxutos, porque não tem outra opção, na verdade o fato é esse, se a gente não adequar nossa realidade à realidade do mercado fatalmente a gente vai sair dele”.

Segundo Beuren e Verhagem (2015) a existência da reserva nas empresas está relacionada com o fato de a empresa atribuir incentivos relacionados às metas de cada gestão no planejamento orçamentário. Neste sentido, como não há incentivos na empresa, a tendência é de inexistência de reserva. Além disso, o presente estudo vai ao encontro da pesquisa de Huang e Chen (2009), pois afirmaram que quando gestores trabalham duro para alcançar seus orçamentos tendem a proteger a precisão do orçamento e o bom funcionamento do sistema orçamental. Esses gerentes teriam, portanto, atitudes menos positivas com relação à reserva orçamentária.

4.2 – Intencionalidade da Ação

Quanto à intencionalidade da ação em subestimar receitas, segundo *Controller*, neste momento não é uma possibilidade. Embora haja este entendimento por parte do *Controller*, o gerente de compras reconhece a necessidade de subestimar receitas e superestimar gastos em alguma situação. Em contrapartida, as respostas do gerente financeiro e do gerente de recursos humanos não permitem inferir a existência da reserva orçamentária.

Controller: “A gente não tem esse tipo de situação, creio. Como que a gente sabe e como isso é identificado? Mensalmente a gente faz reunião de apuração de resultado, portanto, assim, a pessoa orçou um milhão e gastou oitocentos mil, no mês que vem só vou dar oitocentos mil”.

Gerente Financeiro: “Subestimar receita, geralmente subestima-se receitas que não são assim tão factíveis, pode ser que ela não aconteça naquele determinado mês, então a gente é até um pouco conservador neste ponto... A gente subestima ela. E no caso da superestimação, acontece às vezes de termos [...] alguma despesa que a gente está projetando que vai acontecer e lá, no momento, ela não se realiza [...]”.

Gerente Recursos Humanos: “Se aplica muito forte para a gente (...)”.

Gerente de Compras: “(...) Em princípio isso é um conservadorismo. Pensar em uma situação pior para que se possa atingir o ideal, e claro que a gente acaba fazendo isso principalmente no que tange às despesas, para que não estoure”.

Esses resultados denotam que a intencionalidade da ação de criação da reserva orçamentária é muito subjetiva (YOUNG, 1985).

4.3. – Razões para Reserva ser criada

A maioria das respostas não permite inferir motivos pelos quais as reservas são criadas, salvo em um caso em que a reserva tem função de conservadorismo, isso é, facilitar o alcance dos objetivos.

Gerente de Compras: “[...] Em princípio isso é um conservadorismo. Pensar em uma situação pior para que se possa atingir o ideal, e claro que a gente acaba fazendo isso principalmente no que tange às despesas, para que não estoure”. A razão para a criação da reserva baseia-se na justificativa de obter uma margem segura no planejamento estratégico da empresa e também garantir um cenário favorável para o setor de compras (Gerente de Compras). Assim, as razões que levam uma empresa para a criação de reservas podem ser diversas e dentre as opções pode ser destacada a exigência da alta administração para atingir um crescimento de lucro através do orçamento (ONSI, 1973).

4.4 – Benefício da Ação

Com relação ao benefício da ação, segundo a alta administração, a criação de reserva orçamentária é uma percepção negativa, ou seja, sem muitos benefícios para a atual realidade da empresa. Entre os gerentes há divergências quanto

aos benefícios, alguns possuem a opinião de que não existe nenhuma vantagem em subestimação de receitas ou superestimação de gastos. A reserva seria um mecanismo para não existir desafio em cumprimento das metas pelas áreas da empresa. Ou seja, a folga orçamentária levaria a um não comprometimento em atingir os objetivos. Há ainda, quem vê o benefício de facilitar o alcance das metas.

Controller: “Então assim, eu não vejo com bons olhos, assim, a não ser que aconteça uma situação bem específica, [...], até porque a meta não fica arrojada, não fica desafiadora, [... Não vejo como a melhor prática.”

Gerente Financeiro: “Neste momento, não é possível ter uma reserva orçamentária [...]”

Gerente Recursos Humanos: “No nosso caso não tem benefício, [...]”

Gerente de Compras: “Bom, conforme foi falado, é conservadorismo na busca de atingir os resultados positivos esperados”.

Nos discursos, os benefícios da constituição de reserva orçamentária não são explorados como um mecanismo de alinhamento de interesses e isso pode ser percebido porque a empresa não utiliza remuneração variável individual vinculada ao orçamento empresarial. Ou seja, em uma análise conservadora fundamentada na Teoria da Agência, a reserva orçamentária pode ser constituída por decisão consciente de forma a desejar um maior benefício no contexto de avaliação da empresa.

O *Controller* e a maioria dos gerentes foram uniformes na afirmação de que não há benefícios na ação para a criação de reserva orçamentária. *Controller*: “até porque a meta não fica arrojada, não fica desafiadora, se eu considerei cento e vinte eu vou orçar cem, pra quê?”. Este resultado corrobora os achados de Dillon, Paté-Cornell e D. Guikema (2005), os quais afirmam que a criação de reserva é um fator inviável em um ambiente com planejamentos estratégicos em fase de desenvolvimento, pois este cenário é caracterizado por incertezas e complexidades.

O Gerente de Compras, no entanto, afirma que o benefício de criação de reserva orçamentária é claramente evidenciado para facilitar o atingimento de metas: “Bom, conforme foi falado, é conservadorismo na busca de atingir os resultados positivos esperados”. Esse resultado indica a existência de um leque variado de motivações para o desenvolvimento de reserva, profundamente relacionado às configurações e arranjos organizacionais (FREZATTI; BECK; SILVA, 2013).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi verificar a percepção dos agentes em uma empresa comercial sobre a reserva orçamentária no processo de planejamento orçamentário. As pesquisas internacionais afirmam que quando existe um alinhamento e envolvimento participativo de todas as áreas da empresa no processo orçamentário, inclusive com empenho no alcance as metas estabelecidas e o monitoramento da gestão, existe menos probabilidade para a existência de folga orçamentária (HUANG; CHEN, 2009). Em âmbito nacional as pesquisas também indicam que a inexistência da reserva está associada com a forma da estrutura do processo orçamentário, contemplando um sistema de informações relacionado/vinculado com as metas estabelecidas nas estratégias e o envolvimento da presidência no processo (FREZATTI; BECK, SILVA, 2013).

Em decorrência da análise dos resultados, verificou-se que tanto o planejamento quanto o controle orçamentário são processos formalizados, coerentes com as metas e objetivos da empresa, e em sincronia nas rotinas diárias. Para a elaboração do planejamento utilizam-se indicadores estratégicos para mensurar e adequar os resultados pretendidos. Quanto às atividades de controle orçamentário, existem processos que vão desde o repasse de informações pela controladoria sobre as metas alcançadas para cada gestor até à disponibilização de mecanismos para acompanhamento dos resultados orçados *versus* realizados. Ressalte-se que as atividades de monitoramento e repasse das informações orçamentárias para a presidência é executada pelo departamento de controladoria, implantado há dez anos (2009) na empresa.

Além disso, na percepção do *Controller*, a criação de reserva orçamentária não é uma prática aceitável, pois torna as metas pouco desafiadoras, principalmente em ambiente de retração de vendas e redução de gastos como o vivenciado pela empresa no momento. Em contrapartida, os resultados apontam que os gerentes de Recursos Humanos e Financeiro negam a existência de reserva orçamentária no processo de planejamento orçamentário, e afirmam que a prática não traz benefício algum. Ressalte-se que o gerente de compras admite superestimar gastos ou subestimar receitas, devido à não facticidade de algumas receitas e também por conservadorismo. Assim, conforme a análise do conteúdo das entrevistas, infere-se que a negação de existência de reserva decorre do ambiente de monitoramento do orçamento e de uma lógica de legitimação da ação em benefício do cumprimento das metas, de modo que não são vistos como reserva, mas como recursos necessários. Como a subestimação de receitas e superestimação de despesas ocorre no setor de compras da empresa sem o consentimento e aprovação do *Controller*, denota existência de assimetria informacional. Este achado corrobora outros estudos, segundo os quais a existência de assimetria informacional possibilita a criação de folga orçamentária (SANTOS *et al.*, 2016).

As limitações deste estudo se concentram principalmente na não aplicação do roteiro de entrevista para todas as áreas/níveis de departamentos operacionais, que também participam do processo orçamentário da empresa. Além disso, outra limitação se concentra na inexistência de aplicação desta entrevista ao nível superior da empresa, como, por exemplo, às diretorias e à presidência da empresa, que assumem papel fundamental no processo de planejamento estratégico e orçamentário.

Ressalte-se que uma limitação presente neste estudo é a possibilidade de viés na interpretação das respostas, tendo em vista que este estudo está associado ao uso de entrevistas. Cabe mencionar ainda que as respostas obtidas dos entrevistados foram livres, não cabendo nenhum interesse pessoal por parte dos autores.

REFERÊNCIAS

- ACKOFF, Russell Lincoln. **Planejamento empresarial**. LTC, 1976.
- ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. Management control systems. 1998.
- BEUREN, Ilse Maria; ARI VERHAGEM, José. Remuneração variável incentiva a criação de folga orçamentária? **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 9, n. 4, 2015.
- BRUNS, William J.; WATERHOUSE, John H. Budgetary control and organization structure. **Journal of accounting research**, p. 177-203, 1975.
- COSTA, Alexandre Marino; DE OLIVEIRA MORITZ, Gilberto; MACHADO, Filipe Menezes Vasconcelos. Contribuições do Orçamento Base Zero (OBZ) no planejamento e controle de resultados em organizações empresariais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 4, n. 8, p. 85-98, 2007.
- COVALESKI, Mark et al. Budgeting research: three theoretical perspectives and criteria for selective integration. **Handbooks of management accounting research**, v. 2, p. 587-624, 2006.
- CHRISTENSEN, David; TEMPLIN, Carl. An analysis of management reserve budget on defense acquisition contracts. **Acquisition Review Quarterly**, v. 7, n. 3, p. 191-207, 2000.
- DILLON, Robin L.; PATÉ-CORNELL, Marie-Elisabeth; GUIKEMA, Seth D. Optimal use of budget reserves to minimize technical and management failure risks during complex project development. **IEEE Transactions on Engineering Management**, v. 52, n. 3, p. 382-395, 2005.
- DUAN, Wei. Research on the Budgetary Slack Behavior to the Construction Machinery and Equipment Manufacturing Enterprise in China. In: **Advanced Materials Research**. Trans Tech Publications, p. 1504-1508, 2014.
- DUNK, Alan S. Budgetary participation, agreement on evaluation criteria and managerial performance: a research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 15, n. 3, p. 171-178, 1990.
- DUNK, Alan S.; NOURI, Hossein. Antecedents of budgetary slack: A literature review and synthesis. **Journal of Accounting Literature**, v. 17, p. 72, 1998.
- FREZATTI, Fábio. **Orçamento Empresarial: Planejamento e Controle Gerencial**. 5ª Edição revista e atualizada. Editora Atlas SA, 2009.
- FREZATTI, Fábio et al. Perfil de planejamento e ciclo de vida organizacional nas empresas brasileiras. **Revista de Administração**, v. 45, n. 4, p. 383-399, 2010.
- FREZATTI, Fábio et al. Processo orçamentário: uma aplicação da análise substantiva com utilização da grounded theory. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 58, p. 445-466, 2011.
- FREZATTI, Fábio; BECK, Franciele; DA SILVA, Júlio Orestes. Percepções sobre a criação de reservas orçamentárias em processo orçamentário participativo. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 7, n. 4, 2013.
- HANSEN, Stephen C.; VAN DER STEDE, Wim A. Multiple facets of budgeting: an exploratory analysis. **Management accounting research**, v. 15, n. 4, p. 415-439, 2004.
- HOBSON, Jessen L.; MELLON, Mark J.; STEVENS, Douglas E. Determinants of moral judgments regarding budgetary slack: An experimental examination of pay scheme and personal values. **Behavioral Research in Accounting**, v. 23, n. 1, p. 87-107, 2011.
- HUANG, Cheng-Li; CHEN, Mien-Ling. The effect of attitudes towards the budgetary process on attitudes towards budgetary slack and behaviors to create budgetary slack. **Social Behavior and Personality: an international journal**, v. 37, n. 5, p. 661-671, 2009.
- JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.
- LEAVINS, John R.; OMER, Khursheed; VILUTIS, Arv. A comparative study of alternative indicators of budgetary slack. **Managerial Finance**, v. 21, n. 3, p. 52-67, 1995.
- LIESSEM, Thomas et al. Budgetary slack under budget-based incentive schemes—the behavioral impact of social preferences, organizational justice, and moral disengagement. **Journal of Management Control**, v. 26, n. 1, p. 81-94, 2015.
- MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. **São Paulo: Atlas**, v. 3, p. 104-119, 2016.
- MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári da estratégia**. Bookman Editora, 2009.
- MERCHANT, Kenneth A. Budgeting and the propensity to create budgetary slack. **Accounting, Organizations and Society**, v. 10, n. 2, p. 201-210, 1985.
- MUCCI, Daniel Magalhães; FREZATTI, Fábio; DIENG, Mamadou. As múltiplas funções do orçamento empresarial. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 20, n. 3, p. 283-304, 2016.
- SANTOS, Vanderlei et al. Folga Orçamentária: Características das Publicações em Periódicos Internacionais. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 27, n. 1, 2016.

WELSCH, Glenn A. **Orçamento empresarial: planejamento e controle de lucro**. Atlas, 2010.

YOUNG, S. Mark. Participative budgeting: The effects of risk aversion and asymmetric information on budgetary slack. **Journal of accounting research**, p. 829-842, 1985.

YUEN, Desmond CY. Goal characteristics, communication and reward systems, and managerial propensity to create budgetary slack. **Managerial Auditing Journal**, v. 19, n. 4, p. 517-532, 2004.

COST DRIVERS: REFLEXÕES SOBRE DEFINIÇÕES, CONCEITOS, UTILIDADES E APLICABILIDADES

COST DRIVERS: REFLECTIONS ON DEFINITIONS, CONCEPTS, UTILITIES AND APPLICABILITY

O artigo foi aprovado e apresentado no XXII Congresso Brasileiro de Custos, realizado de 11/11 a 13/11 de 2015, em Foz do Iguaçu (PR)

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise crítica das definições e dos conceitos de *cost drivers*, considerando os aspectos utilitaristas e de aplicabilidade, bem como os *frameworks* do *Activity-Based Costing* (ABC) e da Gestão Estratégica de Custos (GEC) que utilizam a expressão *cost drivers*, conforme exposta na literatura brasileira e internacional. Para isso, foi verificado nos materiais bibliográficos disponíveis, os conceitos de *cost drivers* em sentido amplo, com o significado de determinantes de custos e com a denotação de direcionadores de custos. O estudo evidencia os vieses existentes na literatura brasileira no uso dos conceitos e contribui, por meio de críticas, às definições e conceitos, apresentando uma proposta conceitual para os *cost drivers*, segundo suas características. O trabalho revela a essência dos *determinantes de custos* como fatores estratégicos e os direcionadores de custos como elementos distribuidores de montantes de custos. Para os gestores, estes proveem maior acurácia na informação para a mensuração do desempenho operacional, ao passo que aqueles definem rumos estratégicos. Para a gestão, essa diferença primordial pode afetar a maneira como ocorre o processo decisório.

Palavras-chave: Cost Drivers; Determinantes de Custos; Direcionadores de Custos; ABC; GEC.

ABSTRACT

This paper presents a critical analysis of the definitions and concepts of cost drivers, considering the utilitarian and applicability aspects, as well as the Activity-Based Costing (ABC) and Strategic Cost Management (GEC) frameworks that use the expression cost drivers, as exposed in the Brazilian and international literature. For this, it was verified in the available bibliographic materials, the concepts of cost drivers in a broad sense, with the meaning of cost determinants and ABC cost drivers concepts. The study highlights the biases existing in the Brazilian literature on the use of concepts and contributes, through criticism, to the definitions and concepts, presenting a conceptual proposal for both cost drivers, according to their characteristics. The paper reveals the essence of cost determinants as strategic factors and cost drivers as elements of cost amounts. For managers, these provide greater accuracy in information for measuring operational performance, while those define strategic directions. For management, this primary difference can affect the way the decision-making process occurs.

Key words: Cost Drivers; Determinants of Costs; ABC; SCM.

Eric Ferreira dos Santos

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente do curso de Ciências Contábeis na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) e Universidade Filadélfia (UNIFIL). Contato: Rodovia Celso Garcia Cid - PR 445 Km 380 - Campus Universitário, PR, 86057-970. E-mail: eric_ferreira_net@hotmail.com

Antonio Ricardo Catânio

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Controladoria e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Contato: Av. Colombo, 5790, Bloco C-23, Sala 222, Maringá, PR, CEP 87020-900. E-mail: antoniocatanio@gmail.com

Katia Abbas

Doutora e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do curso de Ciências Contábeis na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Contato: Av. Colombo, 5790, Bloco C-23, Sala 222, Maringá, PR, CEP 87020-900. E-mail: kabbas@uem.br

1. INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1980 o mundo corporativo unia seus esforços em busca do aumento da produtividade e desenvolvimento de tecnologia. Com as informações fornecidas pelos métodos de custeios tradicionais, os gestores das empresas tomavam decisões com base em informações distorcidas, insuficientes e alojavam os custos aos produtos de forma arbitrária (Berliner & Brimson, 1988; Collins & Werner, 1990; Cooper & Kaplan, 1988a; Cooper & Slagmulder, 1998; Miller & Vollmann, 1985).

Nesta época, Miller e Vollmann, na obra *Hidden Factory* (1985), apontaram a mão de obra direta e materiais diretos como bases de alocação de *overheads* aos produtos. Porém Berliner e Brimson (1988), Kaplan e Cooper (1998b) e Shank e Govindarajan (1993) diziam que os métodos tradicionais, que alojavam custos de acordo com bases relacionadas ao volume de produção ou conforme os custos diretos (mão-de-obra direta e materiais), já não eram suficientes para explicarem a distribuição de custos, ou fornecerem informações confiáveis.

Assim, tendo em vista as desvantagens dos métodos tradicionais, tidos como ineficientes, devido à alocação dos custos por meio de *cost drivers* baseados em volumes, o custeio baseado em atividades (ABC) é projetado para fornecer informações mais precisas e servir de apoio à tomada de decisões dos gestores. Neste sentido, pela complexidade da produção e a necessidade de *cost drivers* não relacionados ao volume, o ABC amplia os métodos tradicionais, conforme o *framework* de Kaplan e Cooper (1988a), apresentando os *cost drivers* não unitários, conhecidos na literatura brasileira como direcionadores de custos (Banker & Johnston, 2007; Cooper & Kaplan, 1988a; Kaplan & Cooper, 1998b).

Os métodos tradicionais no enfoque da Contabilidade de Custos não possibilitavam informações relevantes ao passo que o enfoque da Contabilidade Gerencial carecia de aspectos estratégicos. Assim, o *framework* proposto por Shank e Govindarajan, denominado Gestão Estratégica de Custos (GEC), contempla a lacuna dos aspectos estratégicos e decisórios dos enfoques mencionados (Shank, 1989; Shank & Govindarajan, 1993).

Baseado no *Strategic Management Framework* proposto por Porter e suportado pela teoria econômica industrial, a estrutura conceitual apresentada por Shank e Govindarajan visa o entendimento da estrutura de custos e a busca pela vantagem competitiva pelas empresas. Retirado dos estudos de Porter, um dos pilares que suportam a GEC é a análise de *cost drivers* (Porter, 1989; Shank, 1989; Shank & Govindarajan, 1993). Este pilar é denominado na literatura brasileira como determinantes de custos (Costa & Carneiro, 2014; Slavov & Takahashi, 2010).

Nesta visão, a compreensão do comportamento dos custos (*cost behavior*) implica o entendimento da complexa interação do conjunto de *cost drivers* atuando em uma determinada situação (Shank, 1989; Shank & Govindarajan, 1993). A princípio, determinantes de custos, no contexto da GEC, são a causa dos custos (Shank & Govindarajan, 1993), enquanto que, no contexto do ABC, os direcionadores de custos correspondem as bases de alocações de custos aos produtos, serviços e clientes (Cooper & Kaplan, 1988a; Kaplan & Cooper, 1998b).

Os *cost drivers* contemplam terminologias utilizados para diferentes propósitos e a diferença de conceituação dos termos é significativa, segundo abordagem utilizada (Carneiro, 2015). A expressão *cost drivers* possui variadas terminologias quando traduzida ao português, tais como, determinantes, direcionadores, condutores, geradores de custos, etc., as quais podem confundir o leitor nos contextos e/ou na aplicação de modelos, dado a existência de possíveis vieses (Catânio, 2017).

Por isso, é vital discernir o conceito de *cost drivers* utilizado em cada estrutura conceitual, verificando a aplicação e a correlação dos termos existentes. Além disso, a clareza da distinção e dos propósitos dos *cost drivers* pode contribuir para o processo de tomada de decisão pelos gestores das empresas que precisam de informações confiáveis e relevantes. Isto posto, este estudo teve por objetivo realizar uma análise crítica das definições e dos conceitos de *cost drivers*, considerando os aspectos utilitaristas e de aplicabilidade, bem como os *frameworks* do ABC e da GEC, conforme expostos na literatura nacional e internacional.

Este assunto requer a ampliação da base teórica, e por isso autores como Banker e Johnston (2007) e Slavov e Takahashi (2010) apontam a necessidade da continuidade do desenvolvimento de teorias subjacentes. Assim, Costa e Carneiro (2014) sugerem a revisão de questões taxonômicas (descrições). No trabalho de Slavov e Takahashi (2010), a proposta foi a de identificar a definição de *cost drivers* na literatura considerando o contexto da GEC. Desta forma, as discussões teóricas sobre este assunto contribuem para o esclarecimento de conceitos e para a formação de uma base teórica, uma vez que há estudos escassos sobre a temática (Thiel, Rech, Souza, & Machado, 2017).

Metodologicamente, este estudo caracteriza-se como um ensaio teórico, que consiste na apresentação “lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal” (Severino, 2007, p. 206). Autores de ensaios teóricos buscam a expansão ou o refinamento de constructos, apresentam novas teorias ou analisam as existentes, apontam falhas das teorias ou demonstram vantagens entre elas (American Psychological Association, 2012). Com isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de materiais nacionais e internacionais sobre o assunto por meio de uma Revisão Narrativa de Literatura (Onwuegbuzie & Frels, 2016).

2. ABORDAGEM AMPLA PARA COST DRIVERS

A inserção de pesquisas na literatura na década de 1980, a partir do desenvolvimento do *framework* de Cooper e Kaplan (1988a), denominado *Activity-Based Costing* (Custeio Baseado em Atividades – ABC), e a articulação dos estudos

de Shank e Govindarajan (1993), referida como *Strategic Cost Management* (Gestão Estratégica de Custos – GEC), trouxeram concepções das relações das variáveis dos *cost drivers* em maior nível de detalhe e complexidade, refletindo nos custos das atividades de modo a gerir a alta de *overheads* e no posicionamento estratégico das empresas em resposta a competitividade.

Cost drivers, a princípio, são apresentados por Blocher, Stout e Cokins (2010) como sendo qualquer fator que possui um efeito de mudança. Aqui, eles expõem a ideia de fatores como mecanismos comportamentais e revelam que o efeito de mudança ocorre no montante do total dos custos. Isto sugere *cost drivers* como sendo delimitadores de volume dos custos.

Amorim-Melo, Shehab, Kirkwood e Baguley (2014) corroboram com Blocher et al. (2010) atribuindo o adjetivo *significante* ao termo *fator*, de forma a evidenciar a existência de uma importância dos *cost drivers* sobre a mudança nos custos. No entanto, diferentemente de Blocher et al. (2010) que trazem a expressão *mudança no montante do total dos custos*, Amorim-Melo et al. (2014) focalizam um impacto direto sobre os custos dentro de sistemas.

Apresentados como fatores, os *cost drivers* podem ser um evento, uma atividade, um processo, um indicador, entre outros, que causam alterações nos custos (Amorim-Melo et al., 2014; Toompuu & Põlajeva, 2014). Assim, o entendimento dos *cost drivers* é essencial para o entendimento da estrutura e *cost behavior* de uma empresa (Cokins, 2002).

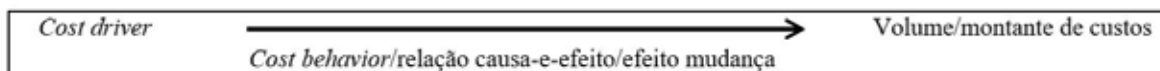
Cokins e Căpușeanu (2010) e Berliner e Brimson (1988) tratam os *cost drivers* como elementos principais que ditam o *cost behavior* (comportamento dos custos). Adicionalmente, a complexa interação de um conjunto de *cost drivers* auxilia na compreensão do *cost behavior* (Shank, 1989; Shank & Govindarajan, 1993) que pode ser entendido como efeito mudança.

Cost behavior é entendido como uma relação entre o total de custos e os *cost drivers* (Sheng, 2009) e uma expressão para descrever se a mudança nos custos altera os *outputs* (saídas de recursos) (Hansen & Mowen, 2007). Isto significa que se não houver uma alteração de escolha de *outputs* não haverá uma mudança no comportamento dos custos.

O efeito mudança está intimamente relacionado com o princípio da causa e efeito. Esta relação ocorre a partir de *cost drivers* (variáveis) para os custos que são incorridos pelas atividades (Berliner & Brimson, 1988; Bokor, 2010; Horngren, Datar, & Rajan, 2014). Por isso, há uma relação de causa e efeito entre fator de custo e montante de custos. Tal relação refere-se aos *cost drivers*, pois causam mudanças nos custos e impactam nas atividades (Cokins, 2002; El Kelety, 2006; Hansen & Mowen, 2007; Horngren et al., 2014), os quais guardam uma relação de homogeneidade de custos (Chea, 2011). As oscilações que ocorrem nas atividades são observadas através de eventos (Cokins, 2002), e, com base nos parágrafos anteriores, é possível inferir que estas oscilações são observadas a partir das variações nos montantes de custos.

A Figura 1 exibe a definição genérica de *cost driver* a partir dos conceitos expostos.

Figura 1- Representação da definição genérica de *cost driver*



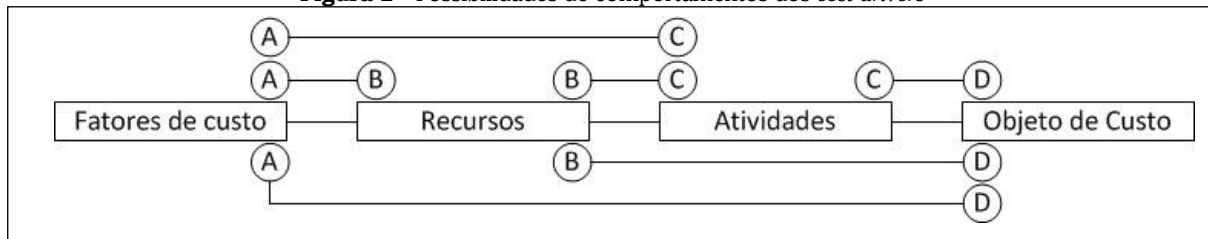
Fonte: elaborada pelos autores

Cokins (2002), El Kelety (2006), Hansen e Mowen (2007), Sheng (2009) e Horngren et al. (2014) explicam o comportamento dos custos através dos *cost drivers*, o qual relacionam estes com os montantes de custos e com as atividades. Além de apontarem os *cost drivers* como o principal determinante significativo de custos, Berliner e Brimson (1988) adicionam que as decisões devem ser consideradas e que os *cost behaviors*, para serem explicados, dependem dos (1) *cost drivers*, (2) das atividades e (3) das decisões.

Para Geiger (1999), existem diversas possibilidades de decisões para a escolha de *cost drivers*. Estas escolhas podem acarretar distribuições de custos de maneira diferente, representar novos modos de mensuração, e fazer distintas suposições ligadas a reações comportamentais. Ainda de acordo com o autor, a escolha de um *cost driver* deve ser credível e considerar o custo/benefício de obtê-lo e atualizá-lo (Geiger, 1999).

Estas diferentes possibilidades de escolha são apresentadas na Figura 2, que a princípio foi apresentada por Lyly-Yrjänäinen, Kulmala e Paranko (2000) visando exibir o modo de como os custos são atribuídos, considerando a abordagem do ABC. No entanto eles, ao descreverem o processo, iniciaram mencionando a existência do *cost factor* (determinantes de custos/*cost drivers*) e, em seguida, apresentaram as atribuições de custos por meio de *resource drivers* e *activity drivers* (direcionadores de custos/*cost drivers*)

As possibilidades de escolhas de *cost drivers* consideram os seguintes atributos: relações de causa-e-efeito ou entre variáveis; comportamento dos custos ou mecanismos comportamentais; e volume de custos ou montante de custos. Enquanto a proposta de Lyly-Yrjänäinen et al. (2000) mostrou as atribuições dos custos, a proposta dos autores do presente estudo é apresentar as possíveis relações de *cost drivers* por meio das variáveis A, B, C e D.

Figura 2 - Possibilidades de comportamentos dos *cost drivers*

Fonte: adaptado de Lyly-Yrjänäinen et al. (2000)

As relações entre as variáveis A, B, C e D remetem ao conceito exposto na Figura 1. As relações AB, AC, AD, BC, BD e CD representam as possibilidades de escolhas de *cost drivers*. Lyly-Yrjänäinen et al. (2000) trazem fatores de custos como atribuições aos recursos (AB), os recursos como atributos às atividades (BC) e as atividades como atributos aos objetos de custos (CD). Hansen e Mowen (2007) aludem que os custos reagem com as mudanças das saídas de recursos de diversas maneiras. A princípio isto se refere à BD, como visto em Chea (2011), em que os recursos refletem uma relação de causa e efeito com os objetos de custos (BD). Contudo, é possível a associação de C à D conquanto que traga a ideia de *recursos das atividades* em C, pois o termo *recursos* está no sentido amplo podendo se remeter a B.

De outro modo, a relação CD inicia-se das atividades aos objetos de custos por meio de *activity drivers* que mensuram saídas (Cokins, 2002) e C pode ser expressa de diversas maneiras: custos das atividades, recursos das atividades, atividades, alteração no nível de atividades, mudanças nas atividades, entre outras expressões similares que retornem a mesma concepção. Sendo assim, El Kelety (2006) e Blocher et al. (2010) defendem que há uma relação de causa e efeito entre a atividade e os custos totais de um objeto de custo (CD).

Porter (1985, p. 63), ao apontar que *cost drivers* são “*the structural determinants of the cost of an activity*”, realizou uma relação AB e AC, pois determinantes estruturais referem-se a fatores de custos (A) ou de uma ordem superior (*higher order*) em relação à causa principal (Cokins, 2002). Conforme o autor, *custo* refere-se a insumos que são recursos (B), e o *custo de uma atividade* consiste em um fluxo de recursos para as atividades (C).

Cokins (2002) comenta acerca de *cost driver* como um agente responsável pela *causa* de uma atividade existir (AC) e consumir recursos para a realização de processos (BC). “*What causes cost*” (Cokins, 2002, p. 49; Shank, 1989, p. 55) é a expressão usada pelos autores para questionar a *causa* dos custos (determinantes de custos) de uma atividade. O consumo de recursos é tratado por Cooper e Kaplan (1992), dentro do contexto do ABC, como sendo recursos utilizados para a realização das atividades. Estas utilizações de recursos são direcionadas para as atividades (Cokins, 2002).

Blocher et al. (2010), ao utilizar a terminologia *montante de custos*, deixa subjetivo o emprego do termo. Como visto, custos podem representar os insumos, os recursos ou até mesmo os custos das atividades. Sugere-se a especificação para custos dos recursos (B) ou para custos das atividades (C). Por fim, em uma relação AD, os determinantes de custos configuram-se em observância aos objetos de custos, ambos compreendidos a partir do conjunto das possibilidades de escolhas de *cost drivers* apresentadas até o instante.

As relações utilizadas para explicar os *cost drivers*, neste estudo, consideram os *frameworks* do ABC e da GEC. Na literatura brasileira, o termo *cost drivers*, ao ser aplicado nestes contextos, recebe vieses tanto na tradução quanto no emprego do conceito.

3. VIESES DO TERMO *COST DRIVERS*

A literatura brasileira reconhece diversos sinônimos de traduções para o termo *cost drivers* aplicado para diversos conceitos (Costa, 2011; Costa & Carneiro, 2014; Panarella, 2010; Santos, 2014; Slavov, 2013; Slavov & Takahashi, 2010; M. A. De Souza & Mezzomo, 2012). Cokins (2002) coloca que o termo *driver* tem diferentes variações e aplicações com significados distintos. Pelas publicações nacionais, entende-se que o termo *cost drivers* possui os sentidos de: determinantes de custos e direcionadores de custos.

Porter (1985), ao usar o conceito de *cost drivers* para explicar o comportamento dos custos, se remeteu aos conceitos de determinantes de custos. A obra original apresenta: “*Cost drivers are the structural determinants of the cost of an activity*” (Porter, 1985, p. 63). Porém, a obra traduzida do referido autor traz *cost drivers* como “condutores dos custos” (Porter, 1989, p. 58).

Shank (1989) e Shank e Govindarajan (1993), baseados nos estudos de Porter (1985), ao abordarem a literatura sobre a GEC apontam três temas sendo o terceiro denominado “*Cost driver analysis*” (Shank, 1989, p. 50; Shank & Govindarajan, 1993, p. 13). Todavia, a obra traduzida fornece, respectivamente, as seguintes traduções: “Análise de direcionadores de custos” (Shank & Govindarajan, 1997, p. 13) e “O Conceito de Direcionador de Custos” (Shank & Govindarajan, 1997, p. 21). Apesar de traduzido como *direcionador*, neste contexto o termo apresenta-se com o conceito de determinantes.

Kaplan e Cooper (1998a, p. 92), ao utilizarem *cost drivers* nos estudos de ABC, aludem que os custos “*must be driven to products, services or customers by a single cost driver*”, ao passo que no livro traduzido, os custos “devem ser alocados a produtos, serviços ou clientes por um único gerador de custos” (Kaplan & Cooper, 1998b, p. 106). Observa-se na tra-

dução a expressão *gerador de custos*, reportando-se aos direcionadores de custos. De modo similar, o termo *gerador de custos* é utilizado em Berliner e Brimson (1992) na obra traduzida, enquanto que no texto original encontra-se *cost drivers* (Berliner & Brimson, 1988).

Hansen, Mowen e Guan (2007) apresentam duas categorias para os *cost drivers*: os organizacionais e os operacionais. Compreendidos como determinantes de custos, *cost drivers* organizacionais são apresentados no livro, e traduzidos, como *direcionadores de custos* (Hansen & Mowen, 2003). E os operacionais são apresentados e entendidos como direcionadores de custos na mesma obra. De outra maneira, Nakagawa (1994, p. 74), ao apresentar *cost drivers* como *rastreadores de custos* dentro do *framework* do ABC, apresenta um sinônimo do termo: *vetores de custos*.

Em síntese, os sinônimos das possíveis traduções de *cost drivers* presentes na literatura brasileira são: condutores, determinantes, geradores, direcionadores, vetores e rastreadores. Autores como Costa e Carneiro (2014) listaram estes termos sem relacioná-los aos autores da literatura, em contraste com Mário (2013), Souza e Mezzomo (2012) e Wrubel (2009) que relacionaram os termos aos autores da literatura.

Rocha (1999), ao analisar os estudos de Shank e Govindarajan (1997) e observar o termo *direcionadores*, coloca que *determinante* é preferível a *direcionador* sem justificar a preferência pelo termo, embora esclareça o seu conceito. Ao contrário disso, Mário (2013) justifica o uso do termo para referir-se ao conceito de fatores estruturais e execucionais. Em relação a estes estudos de Shank e Govindarajan (1997), Rocha (1999) menciona que os autores utilizam a expressão *determinantes de custos*, porém tal expressão não é encontrada nos trabalhos destes autores, conforme já informado anteriormente.

Diehl, Miotto e Souza (2012) encontraram as traduções de *cost drivers* em Porter (1989) e Shank e Govindarajan (1997), compreenderam *direcionadores de custos* como sinônimo do termo e conceito de determinantes, tal como Slavov (2013) e Wrubel (2009), e optaram por *determinantes de custos*, com base em Rocha (1999). Além de se confundirem com os termos, mas não com o conceito, corroboraram com a opção dada por Rocha (1999) para o termo.

Slavov e Takashi (2010) propuseram a discussão sobre as definições de *cost drivers* encontradas na literatura internacional e brasileira. Em relação à literatura internacional, não apresentaram as definições e os conceitos relevantes propostos por Porter (1985), Shank e Govindarajan (1993), Kaplan e Cooper (1998a), entre outros. Sob a ótica da literatura brasileira, Slavov e Takashi (2010) entenderam *determinantes* e *direcionadores* como traduções de *cost drivers*, ao contrário de Costa e Carneiro (2014) que apresentaram estes termos como sinônimos entre si. Ressalta-se o uso adequado entre tradução, sinônimo e definição, pois determinantes e direcionadores referem-se a possíveis traduções de *cost drivers* com definições distintas acerca dos *cost drivers*, logo não são sinônimos.

Costa e Carneiro (2014) corroboram, incluindo aspectos da vantagem competitiva, com a definição de determinantes estabelecida por Slavov e Takashi (2010) que é exposta como precisa para explicar o conceito de determinantes de custos. Percebe-se que há uma ausência de fundamentações teóricas para suportar e indicar o uso das palavras utilizadas na composição da definição. Também, verifica-se uma fragilidade na definição de direcionadores ao apontarem a finalidade de obtenção de uma *evolução da discussão conceitual* (Slavov & Takahashi, 2010) sem evidenciar a evolução dos conceitos em uma série.

Reconhecendo as possibilidades de emprego de *cost drivers* nos *frameworks* do ABC e da GEC, Costa (2011), Mário (2013) e Panarella (2010) sugeriram *determinantes de custos* como: maior fator constituinte na causa real do custo; melhor expressão para imputar por fatores causais; e variáveis explicativas do *cost behavior*, respectivamente. E recomendaram *direcionadores de custos* como: a mensuração do custeamento de uma atividade; fatores que conduzem custos às atividades; e medidas intencionais adotadas para atingir a eficácia e a eficiência, respectivamente. Os conceitos destes termos são tratados a seguir.

4. COST DRIVER – DETERMINANTES DE CUSTOS

4.1 Conceito de Determinante de Custos

Os autores deste artigo compreendem que Porter (1985, 1989), ao referir-se a *cost drivers/ condutores dos custos*, trouxe o conceito de determinantes de custos. Segundo ele, condutores de custos são “determinantes estruturais do custo de uma atividade, e diferem de acordo com o controle que uma empresa exerce sobre eles. Eles determinam o comportamento dos custos dentro de uma atividade, refletindo quaisquer elos ou inter-relações que o afetem” (Porter, 1989, p. 58).

Apresentado o conceito de *cost drivers*, Porter (1985, p. 70, 1989, p. 62) denomina as “causas estruturais dos custos” como sinônimo de “determinantes estruturais dos custos”. Para ele, os *determinantes* se diferenciam conforme o controle exercido pela empresa e distingue-se entre empresas do mesmo setor. Eles podem estar (ou não) sob controle de uma entidade, interagem para determinar o *cost behavior* e o custo de uma atividade e recebem atribuições de importâncias. Os *determinantes* influenciam o desempenho dos custos das atividades e o conjunto de desempenhos compõe a posição dos custos de uma empresa, a qual é resultante do *cost behavior*. Há ainda uma relação de dependência entre a posição dos custos e *cost drivers* significativos (Dixon & Smith, 1993; Porter, 1985, 1989).

Shank e Govindarajan (1993, p. 19, 1997, p. 21) reconhecem que “o custo é causado, ou direcionado, por muitos fatores que se inter-relacionam de formas complexas. Compreender o comportamento dos custos significa compreender a complexa interação do conjunto de direcionadores de custo em ação em uma determinada situação”. A menção

de que o custo é causado, remete às causas estruturais de Porter. E ao tratarem dos fatores que se inter-relacionam de forma complexa aludem a interação entre os determinantes de custos, assim como visto em Porter. Todos estes autores retratam a associação entre o *cost behavior* e os *cost drivers*. Complementando, Banker e Johnston (2007) argumentam que o *cost behavior* é entendido em função das escolhas estratégicas (variáveis de decisão) e deve envolver a análise de toda cadeia de valor (Banker & Johnston, 2007; Porter, 1985; Shank, 1989; Shank & Govindarajan, 1993).

Cokins e Căpușeanu (2010), Dixon e Smith (1993), e El Kelety (2006) contribuem com a construção do conceito de determinantes de custos pelo entendimento de que *cost drivers* (determinantes) são fatores causais que determinam ou produzem os custos das atividades. Lord (1996) declara que as causas dos custos são chamadas de *cost drivers*.

Para Cokins (2002), *cost driver* (determinantes) é um *driver* de uma ordem superior aos *activity drivers* (direcionadores). Esclarece *cost driver* (determinantes) como não sendo necessariamente mensurável, mas podendo de modo simples ser descrito como um *triggering event* (ponto de partida de um evento). Enquanto Porter (1985) e Shank e Govindarajan (1993) tratam a interação dos *cost drivers* influenciando uma atividade, Cokins (2002) discorre sobre a capacidade de um único *cost driver* afetar múltiplas atividades.

A gestão dos determinantes de custos pode não ser tão crítica as vezes, contudo a atenção ao conjunto de determinantes contribui para o sucesso da empresa. Por exemplo, o varejo tem a perda e os danos à mercadoria, que reduzem o desempenho econômico e a eficiência, como um relevante determinante de custos (Blocher et al. 2010). Considerando isto, muitos varejistas podem estabelecer processos para a manipulação e a armazenagem suas mercadorias.

Souza e Rocha (2009, p. 37) definem determinantes de custos como “fatores que determinam a existência ou ausência de um elemento de custo, definem seu limite inferior e seu comportamento e influenciam a composição da estrutura de custos de uma entidade”. Estes autores evidenciam a ocasião da existência ou ausência (*dummy variable*) de um elemento de custo sendo explicado por um fator (determinante). Corroboram com Porter (1985), Shank (1989) e Shank e Govindarajan (1993) no apontamento das influências na estrutura dos custos de uma empresa apresentando a expressão *composição*, geralmente entendida como o conjunto de custos fixos e variáveis (Blocher et al., 2010; Cokins, 2002; Cooper & Kaplan, 1991, 1992; Miller & Vollmann, 1985).

Costa e Carneiro (2014, p. 4) entendem que determinantes são “as causas reais dos custos. [...], a raiz dos custos, [...], os elementos que estão no cerne e provocam a existência de um determinado custo, sua essência”. Em análise, pode-se inferir parte desta definição como sendo fundamentada de Lord (1996) e Souza e Rocha (2009). A *raiz dos custos* possui uma ideia semelhante com a de autores, como Cokins (2002) e Lebas (1999), ao colocarem que os custos possuem uma causa raiz (*root cause*). Ainda, vê-se a preocupação de Costa e Carneiro (2014) em associar os determinantes de custos com a origem dos custos.

4.2 Utilidade dos Determinantes de Custos

Sob o aspecto utilitarista, não se gerenciam os custos, mas as causas dos custos (*cost drivers*/determinantes), a eficiência e a eficiência da organização. Por exemplo, o evento de promoção de vendas pode ser um *cost driver* (determinante) por envolver um aumento das atividades de uma empresa (Cokins, 2002). Deste modo, tal evento pode ser gerenciado observando a estrutura instalada de forma a gerar ou reduzir custos (causa e efeito).

Com base nos conceitos, compreende-se que os determinantes, quando analisados, são úteis para: o entendimento da posição relativa dos custos; a identificação das interações entre os *cost drivers* e o comportamento dos custos; e a compreensão da estrutura de custos.

4.3 Aplicações dos Determinantes de Custos

No contexto da GEC, para a *análise dos cost drivers*, inicialmente identifica-se a cadeia de valor segregando-a em atividades de valor da empresa e atribui-se ativos e custos operacionais a elas. Em seguida, deve-se diagnosticar os *cost drivers* (Hansen & Mowen, 2007; Porter, 1985; Shank, 1989; Shank & Govindarajan, 1993). O *Open Book Accounting* (OBA), por exemplo, pode ser utilizado para identificar *cost drivers* na cadeia de valor (Hoffjan & Kruse, 2006).

O diagnóstico, segundo Porter (1985), consiste em identificar os *cost drivers* e suas interações, que podem ser reforçadoras e neutralizadoras. A identificação pode ser vista claramente de forma intuitiva por meio de: i) exame da experiência interna da empresa; ii) entrevistas com especialistas; e iii) comparação dos custos dos concorrentes. A identificação dos *cost drivers* e a quantificação do seu impacto sobre os custos podem não ser simples e diversos métodos podem ser utilizados, tal como a análise de regressão, útil para quantificar o impacto financeiro dos *drivers* (Porter, 1985; Shank & Govindarajan, 1993). Bjørnenak (2000) reforça e complementa ao listar que os determinantes de custos podem ser identificados por meio de: i) análise de regressão; ii) análise da atividade; iii) análise do *cost driver* de estrutura; e iv) análise dos atributos dos produtos. Bjørnenak (2000) comenta que o uso de entrevistas e discussão como administrações contribui para esse processo.

Identificados os *cost drivers*, estes podem ser categorizados em listas, tais como as de Porter (1985) e Riley (1987) apud Shank e Govindarajan (1993), entre outros. Porém há uma ausência de uniformidade quanto à relação e à classificação dos determinantes de custos, pois a variedade de fatores pode gerar listas extensas e quando comparadas entre si é possível verificar discrepâncias de fatores revelando a falta de consenso em relação ao tema. Com isto, a literatura

reconhece a necessidade de resumir e organizar as diversas listas existentes (Banker & Johnston, 2007; Costa & Carneiro, 2014; Costa & Rocha, 2014).

Na literatura da GEC, Porter (1985), Riley (1987) apud Shank e Govindarajan (1993), Hansen et al. (2007) e Souza e Rocha (2009) apresentaram listas de *cost drivers* (determinantes) e, dentre os itens listados estão: escala, escopo, tecnologia, elos, inter-relações, localização, modelo de gestão, gestão da qualidade, *layout*, estrutura de capitais. Esta categorização foi adotada para o contexto da GEC por Shank e Govindarajan (1993).

Análises desses fatores nas empresas são fundamentais para compreender o impacto que as escolhas estratégicas terão nos custos. Por exemplo, no setor de aviação, a tecnologia é tida como um relevante determinante de custos porque pode reduzir o custo com pessoal, aumentar a escala de produção, melhorar a qualidade dos serviços, ou mesmo, se a tecnologia for inadequada ou excessiva, pode gerar custos adicionais (Diehl et al. 2012). Um determinante de custos pode se sobressair em relação aos demais determinantes porque eles não são igualmente importantes (Shank & Govindarajan, 1993). Assim, uma empresa de aviação que tem alta dependência da tecnologia terá esse fator como um relevante determinante de custos.

A análise de *cost drivers* na GEC possui uma abordagem mais ampla que a análise vista no contexto do ABC, tido como uma ferramenta útil de análise estratégica que focaliza primeiramente em complexidade (Kaplan & Cooper, 1998a; Lord, 1996; Shank, 1989; Shank & Govindarajan, 1993). Ao passo que na GEC os *cost drivers* são tratados como determinantes, no ABC vê-se pelo conceito de direcionadores.

5. COST DRIVER – DIRECIONADORES DE CUSTOS

5.1 Conceito de Direcionador de Custos

Por volta de 1980, as empresas distribuíam os *overheads* aos produtos utilizando bases de alocação tradicionais (geralmente alocações baseadas em volume e mão de obra direta) e não se discutiam a necessidade de outras bases. Com os avanços do método ABC, tendo em vista o aumento e a complexidade do sistema produtivo, e, conseqüentemente, o aumento dos *overheads*, surgia a necessidade de discussões das bases de alocações. A partir da publicação *Hidden Factory*, de Miller e Vollmann (1985), o termo *base de alocação* sofreu desuso em virtude do termo *cost driver* (Cokins & Căpușneanu, 2010; Collins & Werner, 1990; Cooper & Kaplan, 1992; Kaplan & Cooper, 1998a; Miller & Vollmann, 1985).

O ABC é uma ferramenta de gestão que classifica e separa os custos dos recursos, das atividades e dos objetos de custos com base em informações financeiras e não-financeiras. A atribuição e o rastreamento de recursos para as atividades baseadas em consumo, e também, dos custos das atividades aos objetos de custo (produto, serviços ou clientes) compõem as ações dos *cost drivers*. Primeiro ocorre o relacionamento entre os recursos e as atividades, depois entre as atividades e os objetos de custos (Chea, 2011; Cokins & Căpușneanu, 2010; Kaplan & Cooper, 1998a; Perčević & Lutitsky, 2008).

As atribuições, compreendidas conceitualmente pelas relações, são vistas como alocações ou distribuições de recursos tidas, no Brasil, pelo termo *direcionadores de custos*. Os direcionadores causam mudanças nos custos dos elementos de destino (atividades e objetos de custo) por meio do consumo de recursos (Babad & Balachandran, 1993; Cokins & Căpușneanu, 2010; Costa & Carneiro, 2014; Estermann & Claeys-Kulik, 2013; Kaplan & Cooper, 1998a; Nakagawa, 1994).

Os *cost drivers*, conhecidos por bases de alocação no método do ABC, são medidas de atividades, consumidoras de recursos de pouca ou grande quantidade, que possuem um efeito mensurável e podem ser custeados. Empresas empregam o critério de causa e efeito para alocar custos. As alocações de custos partem de uma única fonte para diversas unidades de distribuições, então são redistribuídas proporcionalmente das atividades para os objetos de custos através de *drivers* (Blocher et al., 2010; Cokins & Căpușneanu, 2010; Cokins, 2002; Estermann & Claeys-Kulik, 2013; Geiger, 1999; Hornngren et al., 2014; Lyly-Yrjänäinen et al., 2000; Noreen, 1991).

No ABC, conforme Alcouffe, Berland, Drevetton e Essid. (2010), o termo *cost drivers* é tido como confuso dado à existência de tipos de direcionadores. Cokins (2002) apresenta três tipos de direcionadores que requerem serem quantitativos: *resource drivers*, *activity drivers* e *cost object drivers*. Os direcionadores de recursos rastreiam custos dos recursos às atividades; os *drivers* de atividades direcionam os custos das atividades aos objetos de custos; e os *object drivers* conduzem custos dos objetos de custos a outros objetos. Os *resource drivers* e *activity drivers* estão representados na Figura 2 respectivamente pelas relações: BC, CD.

5.2 Utilidade dos Direcionadores de Custos

Em resposta às limitações trazidas pelas abordagens de custeios tradicionais e a necessidade de explicar ou prever os comportamentos dos custos, o ABC fornece uma informação mais acurada e útil ao processo decisório por meio da aplicação de múltiplos direcionadores de custos para as alocações de custos (Schniederjans & Garvin, 1997).

Os direcionadores de custos são úteis para mensurar a utilização de *overheads* e prover informações com maior grau de acurácia quando utilizado um elevado número de *cost drivers* (Homburg, 2001). Cokins e Căpușneanu (2010) listam utilidades da aplicação dos *drivers*: melhoria do desempenho da empresa, conscientização dos funcionários e gerentes, revisão periódica dos custos, controle dos custos com melhores cálculos, eliminação de custos e determinação do custo

efetivo do produto. A revisão dos custos e o entendimento da relação entre *cost drivers* e *cost behavior* auxilia na compreensão do montante de custos (Cokins & Căpușneanu, 2010; Cokins, 2002).

5.3 Aplicações dos Direcionadores de Custos

A seleção de *cost drivers* implica na qualidade das informações, pois Toompuu e Põlajeva (2014) e Babad e Balachandran (1993) entendem a necessidade do uso de múltiplos *drivers* visando resultados mais precisos, tal como Cokins (2002). Contudo a escolha dos *drivers*, baseada no *princípio da decisão relevante*, requer cautela e consciência sem que haja a necessidade da relação acurácia/correção/mensuração dos custos (Pingxin, Fei, Dinghua, & Lin, 2010; Toompuu & Põlajeva, 2014). Ao tratar da seleção dos *activity drivers*, Cokins (2002) fornece recomendações: a abstenção do uso de *drivers* para valores imateriais, seleção de *drivers* com alta correlação, restrição da quantidade de *drivers*, escolhas promotoras de melhorias no desempenho e seleção de *drivers* de fácil medição. A seleção de *drivers* pode ser modelada utilizando os métodos quantitativos *Analytic Hierarchy Process* (AHP), *Zero-One Goal Programming* (ZOGP), regressão e correlação (Bokor, 2010; Schniederjans & Garvin, 1997). São exemplos de direcionadores que podem ser escolhidos: horas-máquina; horas de manutenção; e horas de preparação (Kaplan & Cooper, 1998a).

Neste contexto, a análise dos *cost drivers* consiste no exame, quantificação e explicação das relações de causa e efeito entre os *drivers* e o total de *overheads* de uma operação. O fato de o *cost driver* envolver o *cost behavior* e este influenciar no montante dos *overheads*, propicia a viabilidade e a precisão das informações no sentido de apoiar as empresas nas decisões estratégicas (Bokor, 2010; Cokins & Căpușneanu, 2010; Schniederjans & Garvin, 1997). Os *cost drivers*, depois de selecionados, geralmente por meio de métodos matemáticos e estatísticos, servirão para alocar os custos às atividades/objetos de custos.

6. COST DRIVER – DETERMINANTES E DIRECIONADORES

Com base no exposto até esta seção, o Quadro 1 sintetiza o entendimento do termo e do conceito entre determinantes e direcionadores de custos.

Quadro 1 - Características dos Cost drivers conforme frameworks GEC e ABC

	Determinante de custos	Direcionador de custos
Framework	Gestão Estratégica de Custos (GEC)	Custeio Baseado em Atividades (ABC)
Palavras-chave conceituais	Origem; causas estruturais; <i>triggering event</i> ; <i>dummy event</i> ; raízes dos custos	Bases de alocação; medidas de atividades; distribuidores
Possíveis sinônimos	Gerador / Causador / Fato gerador	Condutor / Vetor / Alocador / Rastreador
Cost behavior	Delimita o montante total dos custos	Distribui o custo para a atividade e redistribui ao objeto de custo
Utilidade	Gerenciar a eficácia e a eficiência e não os custos	Mensurar e prover informações com maior grau de acurácia
Método de análise	Análise de regressão, análise da atividade; análise do cost driver de estrutura, análise dos atributos dos produtos	Regressão, correlação, AHP, ZOGP
Relações na Figura 2	AB / AC / AD	BC / CD / BD
Natureza	Quali-quantitativo	Quantitativo

Fonte: elaborado pelos autores

Conforme o Quadro 1, existem características específicas dos *cost drivers* classificados nos *frameworks* da GEC, tendo como autores recorrentes nestas literaturas Porter (1985) e Shank e Govindarajan (1993), e do ABC, Cooper e Kaplan (1998a) e Cokins (2002). Em se tratando dos determinantes têm-se como norteadoras as palavras-chave *origem* e *causas*, pois estas indicam as raízes ou fatos geradores dos custos. Estrategicamente, os determinantes delimitam o montante do total dos custos no sentido de gerenciar a sua eficácia e eficiência e são compreendidos nas relações AB/AC/AD. Quanto às abordagens dos determinantes, têm-se a possibilidade de se apresentarem como qualitativas, quantitativas ou quali-quantitativas.

Os direcionadores de custos distribuem os custos às atividades e redistribuem aos objetos de custos. Eles mensuram e provêm informações com maior grau de acurácia aos gestores e apresentam-se de diversas formas no ABC, contudo, no *Time-driven activity-based costing* (TDABC), encontram-se sob uma única forma: o *time-driver* (Kaplan, 2014). Assim, os direcionadores são tidos como alocadores representados nas relações BC/CD/BD. Em relação à natureza, o mesmo não ocorre para os direcionadores, que são apenas quantitativos.

Cokins (2002) argumenta que um *cost driver* não necessariamente é descrito em números, mas pode ser expresso por palavras. O autor traz o exemplo de que um tornado pode ser um *cost driver* caso provoque bastante trabalho de limpeza e, conseqüentemente, origine custos. Esta ideia remete-se ao conceito de determinantes. Por outro lado, segundo o autor, *drivers* que recebem atribuições de custos do ABC devem necessariamente ser quantitativos por utilizarem medidas de (re)distribuição de custos. Toompuu e Põlajeva (2014) revelam a possibilidade de *cost driver* atuando como determinante e direcionador.

Com base neste estudo, visando enriquecer a base teórica, propõem-se as seguintes definições: i) determinante de custos é a escolha estratégica ou o fato gerador de uma ordem superior de *cost drivers* que indica a condição de existência ou ausência do custo, pode ser expresso por informação qualitativa e/ou quantitativa e influência no comportamento e no montante de custos; ii) direcionador de custos é a base de alocação que distribui recursos às atividades e redistribui custos aos objetos de custos, sendo uma informação quantitativa e serve como medidas de desempenho, de caráter operacional. Pelos aspectos dos *cost drivers* retratados, os determinantes de custos podem definir os rumos estratégicos enquanto os direcionadores fornecem informações mais acuradas, confiáveis e operacionais.

As relações utilizadas para explicar os *cost drivers*, neste estudo, consideram os *frameworks* do ABC e da GEC, no entanto Alcouffe et al. (2010), Banker e Johnston (2007) e Bjørnenak (2000) apontam a existência de outras abordagens para explicá-los. Assim, Banker e Johnston (1993), Foster e Gupta (1990), Datar, Kekre, Mukhopadhyay e Srinivasan (1993), Homburg (2001) fornecem diferentes visões sobre os *drivers*.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou realizar uma análise crítica das definições e dos conceitos de *cost drivers*, considerando os aspectos utilitaristas e de aplicabilidade, bem como os *frameworks* do ABC e da GEC, conforme expostos na literatura nacional e internacional. Para tanto, percorreu-se acerca dos *cost drivers* em sentido amplo, abordou-se os vieses das terminologias de determinantes e direcionadores de custos, e conceituou-os trazendo à tona os aspectos utilitaristas e de aplicabilidade. Tal discussão foi essencial para o aprofundamento do tema e o aperfeiçoamento dos conceitos, sem a intenção de esgotar todo o assunto, considerada a importância dos *cost drivers* nos *frameworks* do ABC e da GEC.

Em síntese, considerando as análises efetuadas, *cost driver*, em termos gerais, é correspondente a um fator ou evento, o qual possui um *efeito mudança* que altera o montante dos custos. O *efeito mudança* representa o comportamento dos custos que por sua vez é a relação dos *cost drivers* com o total dos custos. *Determinantes de custos* são *cost drivers* de uma ordem superior de *drivers* e representam uma variável condicional de existência do custo, em outras palavras, são fatores geradores de custos ou recursos atuando como gerenciadores da eficácia e da eficiência dos custos. Por sua vez, *direcionadores de custos* são concebidos como bases alocadoras que distribuem custos às atividades e redistribuem aos objetos de custos, servindo de medidas de desempenho.

Quanto aos aspectos utilitários, tem-se que os determinantes de custos devem ser considerados no processo decisório já que estão ligados à gestão à eficácia e a eficiência, e não aos custos em si, sendo estratégicos. Nesse sentido, um determinante de custos contribui na definição de rumos estratégicos pelas escolhas estratégicas. Uma empresa pode decidir se instalar na cidade A ou B, por exemplo. A escolha pela localização implicará em um montante de custos em níveis maiores ou menores, dado às razões tributárias, logísticas e mercadológicas. Por esses aspectos, podem ser difíceis de mensurar, embora haja diversos caminhos de análises. Os determinantes de custos indicam as escolhas estratégicas da empresa, seja pela característica de um setor econômico ou por uma necessidade de atuação no mercado.

Por outro lado, os direcionadores de custos visam mensurar e prover informações com maior grau de acurácia, impactando na distribuição ou alocação dos montantes de recursos previamente definidos como consequência das escolhas estratégicas. Neste ponto, os direcionadores complementam a função dos determinantes. Os direcionadores atribuem relações acuradas entre montantes de recursos, visando a destinação de uma quantidade específica de custos para uma atividade de valor ou para um objeto de custos.

Essas observações tornam-se relevantes por ser crescente a necessidade de análises estratégicas voltadas para uma gestão estratégica de custos e operacional de modo a contribuir para o processo decisório.

Destaca-se que a literatura dos direcionadores de custos é mais difundida que a dos determinantes. Isto se deve à popularização do *framework* do ABC de Kaplan e Cooper a partir da década de 1980 (Cooper & Kaplan, 1988a, 1988b, 1991; Kaplan & Cooper, 1998a). Esses autores são tidos por Cokins (2002) como propagadores dos conceitos do ABC e não como criadores. Já, a literatura dos determinantes teve repercussão após a publicação da obra *Strategic cost management* de Shank e Govindarajan (1993) na década de 1990, época em que a Contabilidade Gerencial ganhou ênfase estratégica.

A terminologia utilizada para determinantes possui vieses, que podem levar à confusão dos termos voltados para o direcionador, por isso é necessário a compreensão dos conceitos dos dois tipos de *cost drivers*. Assim, após as críticas, sintetizou-se as características, propondo definições a fim de contribuir para a formação da base conceitual sobre *cost drivers*. Pesquisadores devem tomar sempre o cuidado no uso dos conceitos e termos para os *cost drivers*, de modo a evitar conflitos conceituais.

Sugere-se para futuras pesquisas, a realização de estudos em campo sobre *cost drivers* e, em especial, sobre determinantes de custos, pois esta temática ainda carece de evidências empíricas e de direcionamentos práticos quanto à sua mensuração. Ainda, pesquisas de cunho teórico que abordem os aspectos de outros *frameworks* não retratados nesta pesquisa podem ser abordadas em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- Alcouffe, S., Berland, N., Dreveton, B., & Essid, M. (2010). An Empirical Study Of Environmental Cost Drivers. *Crises et Nouvelles Problématiques de La Valeur*.
- American Psychological Association. (2012). *Manual de publicação da APA* (6th ed.). Porto Alegre: Penso.
- Amorim-Melo, P., Shehab, E., Kirkwood, L., & Baguley, P. (2014). Cost Drivers of Integrated Maintenance in High-value Systems. *Procedia CIRP*, 22, 152–156.
- Babad, Y. M., & Balachandran, B. V. (1993). Cost driver optimization in activity-based costing. *The Accounting Review*, 68(3), 563–575.
- Banker, R. D., & Johnston, H. H. (1993). An empirical study of cost drivers in the US airline industry. *Accounting Review*, 68(3), 576–601.
- Banker, R. D., & Johnston, H. H. (2007). Cost and profit driver research. In *Handbook of Management Accounting Research* (Vol. 2, pp. 531–556). Oxford: Elsevier.
- Berliner, C., & Brimson, J. A. (1988). *Cost management for today's advanced manufacturing: the CAM-I conceptual desing*. Boston: Harvard Business School Press.
- Berliner, C., & Brimson, J. A. (1992). *Gerenciamento de custos em indústrias avançadas: base conceitual CAM-I*. (J. L. Basetto, Trans.). São Paulo: T.A. Queiroz.
- Bjørnenak, T. (2000). Understanding cost differences in the public sector—a cost drivers approach. *Management Accounting Research*, 11(2), 193–211.
- Blocher, E. J., Stout, D. E., & Cokins, G. (2010). *Cost Management: A Strategic Emphasis* (5. ed.). New York: McGraw-Hill/Irwin.
- Bokor, Z. (2010). Cost drivers in transport and logistics. *Periodica Polytechnica Transportation Engineering*, 38(1), 13–17.
- Carneiro, D. M. (2015). *Determinantes de Custos: uma proposta de sistematização*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2015.
- Catânio, A. R. (2017). *A Influência da Estratégia nos Determinantes de Custos e no Desempenho: um estudo no APL moveleiro de Arapongas/PR sob a perspectiva da teoria da contingência*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.
- Chea, A. (2011). Activity-Based Costing System in the Service Sector: A Strategic Approach for Enhancing Managerial Decision Making and Competitiveness. *International Journal of Business and Management*.
- Cokins, G., & Căpușneanu, S. (2010). Cost Drivers. Evolution and Benefits. *Theoretical and Applied Economics*, 8(549), 7–16.
- Cokins, Gary. (2002). *Activity-based cost management: an executive's guide* (Vol. 10). John Wiley & Sons, Inc.
- Collins, F., & Werner, M. L. (1990). Improving Performance with Cost Drivers. *Journal of Accountancy*, 169(6), 131.
- Cooper, R., & Kaplan, R. S. (1988a). How Cost Accounting Systematically Distorts Product Costs. *Management Accounting*, 69(10), 20–27.
- Cooper, R., & Kaplan, R. S. (1988b). Measure Costs Right: Make the Right Decision. *Harvard Business Review*, 66(5), 96–103.
- Cooper, R., & Kaplan, R. S. (1991). Profit Priorities from Activity-Based Costing. *Harvard Business Review*, 69, 130–135.
- Cooper, R., & Kaplan, R. S. (1992). Activity-Based Systems: Measuring the Costs of Resource Usage. *Accounting Horizons*, 6, 1–13.
- Cooper, R., & Slagmulder, R. (1998). The scope of strategic cost management. *Strategic Finance*, 79, 16–18.
- Costa, S. A. (2011). *Análises de custos de concorrentes: um estudo dos determinantes de custos no setor de eletroeletrônicos*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Costa, S. A. da, & Carneiro, D. M. (2014). Determinantes de Custos: uma proposta de taxonomia e agrupamento. In: *Congresso Brasileiro de Custos*, 21; 2014. Natal.
- Costa, S. A. da, & Rocha, W. (2014). Determinantes de custos de concorrentes: identificação a partir de informações públicas. *Revista de Gestao e Contabilidade Da UFPI*, 1(1).
- Datar, S. M., Kekre, S., Mukhopadhyay, T., & Srinivasan, K. (1993). Simultaneous Estimation of Cost Drivers. *The Accounting Review*, 68(3), 602–614.
- Diehl, C. A., Miotto, G. R., & Souza, M. A. (2012). Análise da tecnologia das aeronaves como determinante de custos no setor de aviação comercial brasileiro. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 12(35), 191–207.
- Dixon, R., & Smith, D. (1993). Strategic management accounting. *Omega*, 21(6), 605–618.
- El Kelety, I. A. E. M. A. (2006). Towards a conceptual framework for strategic cost management - The concept , objectives , and instruments -. *Complexity*.
- Estermann, T., & Claeys-Kulik, A.-L. (2013). *Financially Sustainable Universities. Full Costing: Progress and Practice*. EUA project. Brussels, Belgium: European University Association.
- Foster, G., & Gupta, M. (1990). Manufacturing overhead cost driver analysis. *Journal of Accounting and Economics*, 12(1–3), 309–337.
- Geiger, D. R. (1999). Practical issues in cost driver selection for managerial costing systems. *The Government Accountants Journal*, 48(3), 32–39.

- Hansen, D. R., & Mowen, M. M. (2003). *Gestão de custos: contabilidade e controle*. (R. B. Taylor, Trans.) (1st ed.). São Paulo: Pioneira Thompson Learning.
- Hansen, D. R., & Mowen, M. M. (2007). *Managerial Accounting* (8th ed.). South-Western College Pub.
- Hansen, D. R., Mowen, M. M., & Guan, L. (2007). *Cost management: accounting and control* (6th ed.). Mason, OH: South-Western College Pub.
- Hoffjan, A., & Kruse, H. (2006). Open Book Accounting in Supply Chains -- When and How is it Used in Practice? *Cost Management*, 20(6), 40–47.
- Homburg, C. (2001). A note on optimal cost driver selection in ABC. *Management Accounting Research*, 12(2), 197–205.
- Hornngren, C. T., Datar, S. M., & Rajan, M. (2014). *Cost accounting: a managerial emphasis* (15th ed.). Pearson Education.
- Kaplan, R. S. (2014). Improving value with TDABC. *Healthcare Financial Management*, 68(6), 76–83.
- Kaplan, R. S., & Cooper, R. (1998a). *Cost & Effect: Using Integrated Cost Systems to Drive Profitability and Performance*. Boston: Harvard Business School Press.
- Kaplan, R. S., & Cooper, R. (1998b). *Custo e desempenho: administre seus custos para ser mais competitivo*. São Paulo: Futura.
- Lebas, M. (1999). Which ABC? Accounting based on causality rather than activity-based costing. *European Management Journal*, 17(5), 501–511.
- Lord, B. R. (1996). Strategic management accounting: the emperor's new clothes? *Management Accounting Research*, 7(3), 347–366.
- Lyly-Yrjänäinen, J., Kulmala, H. I., & Paranko, J. (2000). A Practical Activity-Based Costing Application in Logistics Business. In *In: 2nd Conference on New Directions in Management Accounting: Innovations in Practice and Research* (p. 16). Brussels.
- Mário, P. do C. (2013). A análise de cadeia de valor como ferramenta de criação de valor: um ensaio sobre a relação entre cost drivers e value drivers. In *In: IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul*.
- Miller, J. G., & Vollmann, T. E. (1985). The hidden factory. *Harvard Business Review*, 63(5), 142–150.
- Nakagawa, M. (1994). *ABC: custeio baseado em atividades*. São Paulo: Altas.
- Noreen, E. (1991). Conditions under which activity-based cost systems provide relevant costs. *Journal of Management Accounting Research*, 3(3), 159–168.
- Onwuegbuzie, A. J., & Frels, R. (2016). *Seven steps to a comprehensive literature review: A multimodal and cultural approach*. Sage.
- Panarella, P. J. M. (2010). *Gestão e mensuração de custos: semelhanças e divergências entre a microeconomia e a contabilidade gerencial*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- Perčević, H., & Lutitsky, I. D. (2008). Cost Allocation Accounting Methods Used in the Croatian Production Sector. *South East European Journal of Economics and Business*, 3(1), 49–57.
- Pingxin, W., Fei, D., Dinghua, L., & Lin, T. W. (2010). The Choice of Cost Drivers in Activity-Based Costing: Application at a Chinese Oil Well Cementing Company. *International Journal of Management*, 27(2), 367–380.
- Porter, M. E. (1985). *Competitive Advantage: Creating and sustaining superior performance*. New York (Vol. 15). Free Press.
- Porter, M. E. (1989). *Vantagem competitiva: Criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Rocha, W. (1999). *Contribuição ao estudo de um modelo conceitual de sistema de informação de gestão estratégica*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- Santos, F. B. (2014). *Determinantes de custos na limpeza predial terceirizada: benchmarking em universidades federais*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- Schniederjans, M. J., & Garvin, T. (1997). Using the analytic hierarchy process and multi-objective programming for the selection of cost drivers in activity-based costing. *European Journal of Operational Research*.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico* (23rd ed.). São Paulo: Cortez.
- Shank, J. K. (1989). Strategic Cost Management: New Wine, or Just New Bottles? *Journal of Management Accounting Research*, 1, 47–65.
- Shank, J. K., & Govindarajan, V. (1993). *Strategic cost management: the new tool for competitive advantage*. New York: The Free Press.
- Shank, J. K., & Govindarajan, V. (1997). *A revolução dos custos: como reinventar e redefinir sua estratégia de custos para vencer em mercados crescentemente competitivos* (2nd ed.). Rio de Janeiro: Campus.
- Sheng, Y. (2009). Research on selection methods of cost driver. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 5(9), 47–49.
- Slavov, T. N. B. (2013). *Gestão Estratégica de Custos: uma contribuição para a construção de sua estrutura conceitual*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Slavov, T. N. B., & Takahashi, M. (2010). Além do direcionamento de custos: a visão dos Determinantes de Custos - Cost Drivers - na Gestão Estratégica de Custos. In: *Congresso Brasileiro de Custos, 18; 2010*.

Souza, B. C. de, & Rocha, W. (2009). *Gestão de custos interorganizacionais: ações coordenadas entre clientes e fornecedores para otimizar resultados*. São Paulo: Altas.

Souza, M. A. De, & Mezzomo, F. (2012). Determinantes de custos em empresas de pequeno porte do setor moveleiro: um estudo em empresas da serra gaúcha. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 4(1), 131–149.

Thiel, G. R., Rech, M., Souza, M. A., & Machado, D. G. (2017). Determinantes de Custos: Análise Bibliométrica da Produção Científica em Periódicos Nacionais de Contabilidade, no período de 2000 a 2015. *Revista Estudo & Debate*, 24(1).

Toompuu, K., & Põlajeva, T. (2014). Theoretical Framework and an Overview of the Cost Drivers that are Applied in Universities for Allocating Indirect Costs. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 110, 1014–1022.

Wrubel, F. (2009). *Informações sobre gestão estratégica de custos divulgadas por companhias abertas brasileiras*. Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo.

IS BITCOIN AN OPPORTUNITY OR A THREAT TO THE RELEVANCE OF ACCOUNTING INFORMATION?

SERIA A BITCOIN UMA OPORTUNIDADE OU UMA AMEAÇA À RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL?

O artigo foi aprovado e apresentado no 45° World Continuous Auditing & Reporting Symposium (WCARS), realizado em 05 de junho de 2019, em Florianópolis (SC)

ABSTRACT

Positive accounting research is the one that addresses the informational perspective of accounting (Watts & Zimmerman, 1990). In this scenario, studies on the relevance of accounting information in the capital market stands out. Some of these surveys consider the effects of firms' extrinsic variables on the ability of accounting information to predict stock prices. Considering the apparent inverse relationship between Bitcoin and the capital markets, being this cryptocurrency able to be used as hedge for investors in these markets (Bouri et al., 2017), the purpose of this study was to analyze the influence of the Bitcoin price in the market value of the companies listed on the [B]³ in conjunction with the accounting information. Panel data regressions were performed considering the stock price and return as dependent variables and Net Income, Equity and Bitcoin quotation as regressors. From 356 observations concerning 89 different companies, it was possible to verify, with a 95% confidence level, that the companies' market value is negatively influenced by Bitcoin's price increase. This suggests a preference for investments in the cryptocurrency market over the capital market when the first one is on the rise, corroborating Bouri et al. (2017). In addition, Equity loses significance and Net Income is reduced when Bitcoin is included in the model, indicating a potential risk to accounting information in terms of relevance. The research has limitations regarding the use of a single cryptocurrency in the face of several existing ones and also in the selection of only one exercise as sample cut.

Keywords: Blockchain; Bitcoin; Value Relevance; Stock Market.

RESUMO

A pesquisa contábil positivista é aquela que aborda a perspectiva informacional da contabilidade (Watts & Zimmerman, 1990). Nesse cenário, destacam-se os estudos de relevância da informação contábil no mercado de capitais. Algumas destas pesquisas consideram os efeitos de variáveis extrínsecas às empresas na capacidade das informações contábeis predizerem preços de ações. Considerando a aparente relação inversa entre a Bitcoin e os mercados de capitais, sendo esta criptomoeda capaz, inclusive, de servir como *hedge* por investidores destes mercados (Bouri et al., 2017), o objetivo deste estudo foi analisar a influência do preço das ações da Bitcoin no valor de mercado das empresas listadas na [B]³ em conjunto com as informações contábeis. Foram realizadas regressões com dados em painel considerando o preço e o retorno das ações como variáveis dependentes e o lucro líquido, o patrimônio líquido e a cotação do Bitcoin como regressores. Diante de 356 observações referentes a 89 diferentes empresas, foi possível verificar, com um nível de confiança de 95%, que o valor de mercado das empresas sofre uma influência negativa diante do aumento do preço da Bitcoin. Isso sugere uma preferência de investimentos no mercado de criptomoedas em detrimento ao mercado de capitais quando o primeiro está em ascensão, corroborando Bouri et al. (2017). Ademais, o patrimônio líquido perde sua significância e o lucro líquido têm seu coeficiente reduzido quando a Bitcoin é inclusa no modelo, indicando um risco potencial para a informação contábil em termos de relevância. A pesquisa apresenta limitações quanto ao uso de uma única criptomoeda perante as diversas existentes e também diante da seleção de apenas um exercício como recorte amostral.

Palavras-Chave: Blockchain; Bitcoin; Value Relevance; Mercado de Capitais.

Ronan Reis Marcal

Doutorando em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Carioca (UNICARIOCA). Contato: Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900. E-mail: m.ronanreis@gmail.com

Bruno Chacon Prata

Mestrando em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Contato: Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900. E-mail: brunno_chacon@hotmail.com

Leonardo Flach

Pós-doutor em Contabilidade e Finanças pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT/EUA). Professor do Programa de Pós-graduação em Contabilidade (PPGC) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Universitária (UFSC). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Universitária. Doutor em Administração (UFRGS), com doutorado sanduíche na Freie Universität Berlin (Alemanha). Contato: Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900. E-mail: leonardo.flach@gmail.com

1. INTRODUCTION

Considering the Conceptual Framework for Financial Reporting Pronouncement (2010) by the International Accounting Standard Board (IASB), the primary objective of accounting science is to provide useful information about the entities. In order to fulfill this objective, there is a need for two characteristics that are fundamental to the accounting information: relevance and faithful representation.

About relevance, Alves, Silva, Marques and Macedo (2011) point out that this feature has been widely explored in the academic scope at researches about value relevance. According Fonseca, Marques and Santos (2018), several researchers seek to identify a relationship between financial information and the market value of companies, and this topic is being treated as relevant because accounting information has powerful explanatory characteristics.

According to Watts and Zimmerman (1990), it was in the 1960s, through empirical research on the usefulness of financial accounting content, such as Ball and Brown (1968) and Beaver (1968), that modern positivist accounting research has developed, thus reinforcing the so-called "information perspective" of accounting data against the stock price.

It is also noteworthy that Positive Accounting Theory is related with the Efficient Market Hypothesis (EMH), pointed by Fama (1970), which suggests a reflection on the stock price according to the information available on the observed entity.

The EMH, in turn, could take three forms, namely, weak, semi-strong and strong, denoting the speed of information absorption. Studies such as Sarlo Neto et al. (2005) and Marçal, Batista and Macedo (2018) suggest the semi-strong form as the most significant in terms of accounting information efficiency. The recent study of Batista, Maia and Romero (2018) suggests the presence of semi-strong efficiency for the stock market in Brazil.

Since the seminal studies of value relevance (Beaver, 1968, Ball & Brown, 1968), several models were tested to elucidate the relevance of one or other information. However, for Alves et al. (2011), the model of Ohlson (1995) – which considers profits as benchmarks for market valuation rather than dividends, and which measures as an abnormal result the product of lagged equity and the risk-free interest rate (Lopes, 2001) – is one of the most widely applied. Still according to Alves et al. (2011), it was in front of the model proposed by Collins, Maydew and Weiss (1997) that the variables "Earnings" and "Book Value" became reference in researches of this core. It occurs that the model of Collins et al. (1997) simplifies the classic model of Ohlson (1995), using only accounting data.

Although some financial variables are often used in theoretical models of value relevance, some research sought to add non-accounting variables, intrinsic or extrinsic to the company, in order to identify the reaction of accounting information before such an inclusion. Examples are the research from Chamisa, Mangena, Pamburai and Tauringana (2018), Sutopo, Kot, Adiaty and Ardila (2018) and Tshipa, Brummer and Du Toit (2018). They added respectively inflationary effects of social liability factors and factors relating to the corporate governance to the Ohlson model (1995).

Given the present theme of the cryptocurrency market, it is necessary to highlight the influence of these assets (virtual currencies) in the traditional capital markets. This can be sustained at the idea that the cryptocurrency market is a potential competitor to the capital market (Dyhrberg, 2015), especially considering the presence of more than one million investors in digital currencies in Brazil against only 613,000 investors in the Brasil, Bolsa, Balcão [B]³ (Costal & Meira, 2017). It should be noted that on a wide range of cryptocurrency, the Bitcoin have emphasis derived from its pioneering spirit and its volume (Gandal & Oberman, 2018).

Considering the timeliness and relevance of the topic, this study aims to analyze the influence of the Bitcoin price in the market value of the companies listed on the [B]³ in conjunction with the accounting information. For this purpose, we adopted as control variables, both variables proposed by Collins et al. (1997) and we added the price of Bitcoin as a stimulus variable. Following the traditional research of value relevance, we adopted as response variables the stock price and stock returns.

The findings of this study contribute in two ways: (1) to the academics, the results have precursors that aggregate consolidated variables in the scientific studies of value relevance, observing the influence of the main cryptocurrency traded in Brazil and in the world. In this sense, it is possible to have earnings comparisons or marginal loss of predictive power of accounting information before the market; (2) to society, these results can demonstrate that investors can have the effects derived from an external asset to [B]³, arranged in the quotation of assets that can compose their market portfolios, highlighting potential risks as well or even potential improvement scenarios.

2. LITERATURE REVIEW

2.1 Positive Accounting Theory and Value Relevance

Positive Accounting Theory states that the financial reporting has two aspects: market signaling and monitoring of managerial behavior (Watts and Zimmerman, 1978). In order to understand the Positive Accounting Theory, it is necessary to have an understanding of the difference between the Positive and Normative Theory. While the goal of Normative Accounting Theory is to determine how accounting it should work, Positive Accounting Theory aims to explain and predict the accounting practice (Queiroz & Almeida, 2017).

The Positive Accounting Theory appeared especially because of the first studies that have not sought to study accounting practices but wanted to explain and predict them. The pioneering studies in accounting with a positivist greatest impact were the studies from Ball and Brown (1968) and Beaver (1968), who conducted empirical studies in the accounting literature.

Another factor that helped in the development of Positive Accounting Theory was the ongoing debate on the regulation by the government accounting disclosure, which stimulated the emergence of empirical studies that asked if there was any interest in the regulations. So, researchers resorted to the interests of managers and company accountants, besides the politicians and bureaucrats who worked to increase the welfare and finance through the effect of regulation of accounting practices (Watts & Zimmerman, 1978).

Thus, Watts & Zimmerman (1978) developed the assumptions of Positive Theory, which are: (a) Hypothesis of Incentive Plans, which says that companies with more aggressive compensation plans tend to handle more their statements; (b) Assumption of the degree of indebtedness, which reports on the manipulation of accounting data before the debts of breaches of contract costs; and (c) the hypothesis of the political costs or size, which seeks to establish a relationship between the size of companies and the accounting methods used for the design of the accounting information quality.

National and international studies have tried to test these hypotheses (Hagerman & Zmijewski, 1979; Healy, 1985; Skinner & Dichev, 2002; Bergstresser & Philippon, 2005), showing the importance of this line of research.

Following the line of Positive Accounting Theory, the value relevance can also be cited as an indicator of the financial statements. The value relevance perspective aims to study and understanding of the importance that the carrying amount may have. Research on the value relevance try to find a relationship between the market values of companies and the disclosure of financial statements. (Barth, Beaver & Landsman, 2001; Verrecchia, 2001)

Studies about the relevance of accounting information used various valuation models for the structure of tests and typically use the market value of equity as a reference for how to analyze the book values represent informational content for investors, i.e. if the accounting information show significant association with stock prices, it should be considered a relevant information (Barth et al 2001; Song, Thomas & Yi, 2010).

It should be noted that, according to Barth et al. (2001), the main model used in research of value relevance is the model of Ohlson (1995), which considers the market value as a linear function of the amount recorded for accounting (equity) and the abnormal profits. This model was simplified by Collins et al. (1997), according to Alves et al. (2011), making reference in this area and, as a consequence, their independent variables (earnings and book value) became control variables in the stock price given its wide use and validation in previous research.

2.2 Efficient Market Hypothesis (EMH)

Initially proposed by Fama (1970), the Efficient Market Hypothesis (EMH) considers an efficient market if stock prices, at any time, fully reflect the relevant and available information, i.e. there should be no disagreement between an asset value and its true value. Thus, the values reflect all the assets related information, as it presupposes the absence of transaction costs and the availability of all the information for all users of the market (Magalhães-Timotio, Leite Filho & Eça, 2017; Boya, 2019)

Fama (1970) proposed three forms of market efficiency according to the speed that the market absorbs information: weak, semi-strong and strong. Table 1 briefly explains each of these forms.

Table 1 - Market Efficiency Forms

Form	Market Absorption
Weak	Asset prices are formed on historical prices, making it impossible to obtain abnormal returns by information from the past.
Semi-strong	Asset prices reflect not only the historical values but also quickly absorb and reflect all information disclosed. This being the most representative way for the research of value relevance.
Strong	Asset prices already reflect all information, even confidential. In this case, the disclosure of financial statements would have little or no relevance given that prices were already reflecting the changes of the period even though they had not been disclosed.

Source: Adapted from Marçal et al. (2018)

Sarlo Neto (2004) corroborates in his study that the form of semi-strong efficiency is the one most linked to accounting and, in this research, the author certifies that this form of efficiency to the capital market of Brazil. In addition, confirming the continuity of this trend to the present day, we have the appointment made by the recent study of Batista, Maia and Romero (2018).

2.3 Bitcoin

Virtual currencies are a relatively modern subject. To understand the concept of virtual currency, we need to differentiate them from virtual money. According to Grignon (2009), virtual money is just the idea that, because of technology, money can be considered a digital object. The virtual currency is as real currency, the difference is that the first one is not issued by national central banks (Albuquerque & Callado, 2015).

Discussions on virtual currencies have been placed on the agenda in the mid-80s, however, it was in 2009 that the Bitcoin first invested in the business (Gandal & Oberman, 2018). The bitcoins using an encrypted system to generate the coins, which is performed by system users, not by a regulatory agency of the government centrally as normal currency (Albuquerque & Callado, 2015). All information of the Bitcoin transactions to date are stored in a logbook called Blockchain in encrypted form (Costal & Meira, 2017).

One cannot ignore the relevance of Bitcoin currently. In Brazil, more than one million individuals invest in cryptocurrency against 613,000 investors in [B]³ - so it is possible to understand the relevance of cryptocurrency, especially Bitcoin to the market as a whole (Costal & Meira, 2017).

According to Gandal and Oberman (2018, p. 86), "the total value of all bitcoins in circulation today is about 28 billion dollars, and inspired dozens of competitors cryptocurrency follow a similar design." Thus, confirming the highlight that this new type of investment is causing in the market.

Even being a hot topic, studies on Bitcoins are taking a leading role in the academic field. Raiborn and Sivitanides (2014) studied the information on Bitcoin must be taken into account in the accounting information. They discussed important topics on Bitcoin and on six topics of financial accounting: classification of assets, mining activity, investment, trade, merger and acquisition and dissemination.

Corbet, Lucey and Yarovyva (2017) examined the existence and the dates of price bubbles in Bitcoin and Ethereum cryptocurrency. They concluded that there are periods of light behavior of bubbles and claim that Bitcoin almost certainly experiencing a bubble phase currently.

Easley, O'Hara and Basu (2018) investigated the role that transaction fees play in the evolution of blockchain and bitcoin. As a result, the authors concluded that in the absence of transaction fees, the logo of the blockchain time is not feasible.

Henriques and Sadorsky (2018) investigated the implications of the gold substitution in an investment portfolio by Bitcoin. The study found that risk-averse investors would be willing to pay a high rate of performance to change a portfolio of gold to a portfolio with Bitcoin.

Yaya, Ephraim and Mudida (2019) sought to investigate market efficiency and the persistence of volatility in 12 cryptocurrencies during periods of pre-crash and post-crash. The authors found that Bitcoin markets and most altcoins (alternative cryptocurrency) considered in the samples can be dubbed efficient, and these are highly volatile, particularly in post-collision sample.

Perhaps the study with the closest objective to what is intended to be verified in this research was Dyhrberg (2015). When considering a sample of 1769 observations from the Financial Times Stock Exchange Index (FTSE) between 2010 and 2015, this author indicates that Bitcoin serves as a hedge tool for investors, enabling them to mitigate specific market risk.

Later, Bouri, Gupta, Tiwari and Roubaud (2017) would replicate this research, now considering 14 different stock markets, including the Brazilian one. Considering that the hedging capacity found by Dyhrberg (2015) was equally verified in their work and that their sample consisted of distinct markets – some developed and some not – the authors conclude that Bitcoin can help investors to protect themselves from stock market uncertainties in general, especially when markets are down.

3. METHOD

As for the methodological procedures, this study is characterized as empirical-positivist making use of a quantitative approach given the data collection accompanied by a corresponding analysis. The study population with respect to publicly traded companies listed on the [B]³ in the year 2018. The definition for this single year stems from the impact occurred at that time to the volatility and pricing of Bitcoin, which is the largest research interest variable (Laurent, 2018).

The price of Bitcoin was collected on the website *www.investing.com*, and the other variables were collected directly from the Economática[®] platform.

Data were collected at quarterly intervals to identify the behavior of variables during 2018 and it was possible to increase the amount of the sample given the multiplication of data from each company for 4 remarks.

Were used as dependent variables the Stock Price (SP) and the monthly Stock Return (SR), and this information is collected in a D + 5 date, i.e. a date five days after the publication of quarterly accounting statement in question. A measure of tolerance of up to two days for any dates that coincide with holidays or non-working days was adopted. All this treatment is in accordance with the semi-strong efficiency of the Brazilian market reported by Batista, Maia and Romero (2018).

We added Earnings Per Share (EPS) and Book Value Per Share (BVPS) as control variables to mitigate the risk of endogeneity of the default of relevant variables. These variables are derived from the seminal work of Ohlson (1995) and Collins et al. (1997) and are used in large-scale surveys that seek to predict the price and / or return of shares (Alves et al., 2011).

Finally, the stimulus variable tested in this research concerns the price of Bitcoin cryptocurrency (BTC), measured in Brazilian Reals, in each quarter closing period. While EPS and BVPS variables do not suffer scale differences when compared to the price of the shares to be equated by the total number of shares of each company, the variable BTC cannot be balanced by the total shares of the company because it is a character variable extrinsic, i.e. there is no direct relationship with each company observed. However, given the possible discrepancy scales, this variable was treated before its natural logarithm.

Aiming to achieve the chronological tracking properly, the data were worked on a fully balanced panel. Because this, it was necessary to find what would be the best approach to be made on panel data, i.e., control of fixed effects, random effects or pooled data. To this end, were used Chow test, Lagrange Multiplier of Breusch-Pagan test (LM Breusch- Pagan) and Hausman test (Gujarati & Porter, 2011).

Due to this treatment and also the lack of some data, it was eliminated a few observations. Table 2 shows the amount of deletions and their motives and reports the initial population and the resulting final sample contemplated in the search.

Table 2 - Population and Sample

Panel A			
Time / Exclusion	Amount	Deleted data	
Step 1 – Population	384	-	
Step 2 - Exclusion for missing data	376	(8)	
Step 3 - Exclusion for balancing the panel	356	(20)	
Panel B			
Final sample	356 observations	Total of Companies	89

As seen in Table 2, the final sample amounted to a total of 356 observations. As a balanced panel and a chronological delta of four units (four quarters), we had the presence of 89 different companies to be observed in this study. It is noteworthy that before the data collection, it was based the criteria of greater liquidity for companies that contained more than one action available. This is done in order to avoid the concentration of more than one result per company, which would be a potential risk of bias in the research.

Thus, the models presented to the survey were:

$$(1) SP_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 EPS_{i,t} + \beta_2 BVPS_{i,t} + \beta_3 BTC_t + \mu_{i,t}$$

$$(2) SR_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 EPS_{i,t} + \beta_2 BVPS_{i,t} + \beta_3 BTC_t + \mu_{i,t}$$

Where:

$SP_{i,t}$ is the stock price of the company i in the period t ;

$SR_{i,t}$ is the monthly stock return of company i , in the period t ;

β_0 is the intercept of the regression;

$\beta_{1,2,3}$ are the angular coefficients of the regression;

$EPS_{i,t}$ is the net profit of the company i in the period t , divided by their respective number of shares;

$BVPS_{i,t}$ is the book value of the company i in the period t , divided by their respective number of shares;

BTC_t is the natural logarithm of the price of Bitcoin observed in the period t ;

$\mu_{i,t}$ is the error term of the regression.

Faced with the equations (1) and (2), we found the following research hypotheses:

H_1 : The growth of Bitcoin in terms of market price quotation, negatively affects the stock price of companies listed on the [B]³.

H_2 : The growth of Bitcoin in terms of market price quotation, negatively affects the stock returns of companies listed on [B]³.

Both hypotheses are supported by the apparent competition between the capital and the alternative market cryptocurrency (Costal & Meira, 2017). The use of Bitcoin for speculative purposes, such as capital market assets, had been related by Hur, Jeon and Yoo (2015) and, besides this, a recent survey reported the presence of more than twice Bitcoin investors compared to traditional investors in the Brazilian capital market (Gomes & Laporta, 2018).

Considering that the maximum value of Bitcoin price occurred in December 2017 (Hayes, 2019) and the previously mentioned research was done in the subsequent year in the Brazilian scenario, it is pertinent to assume that the Bitcoin market is parallel to the Brazilian capital market [B]³ for their investors. This was pointed out by Dyhrberg (2015) in the UK market and Bouri et al. (2017) in 14 different markets. So, these surveys support the proposed idea that Bitcoin's rise tends to mitigate [B]³'s asset prices.

Such assumptions identifying the influence of the main cryptocurrency Brazil in front of the capital market and denote the predictive ability of financial information, in the case, profit and equity, when accompanied by an extrinsic force market.

All statistical tests and regressions were made considering always a confidence level of 95% with STATA® software.

4. RESULTS

The first step made in this section refers to the descriptive summaries of research variables (see Table 3).

Table 3 - Descriptive statistics

Variable	Mean	Median	Standard Deviation	Minimum	Maximum
SP	26.09	20.68	19.76	3.46	180.85
SR	3.70	2.90	10.74	-39.06	45.24
EPS	0.88	0.67	1.73	-9.59	11.42
BVPS	13.40	9.92	12.66	-14.33	68.68
BTC	4.34	4.39	0.10	4.17	4.43

It is possible to note on the results of Table 3 that, except for BTC variable, which has been treated on its natural logarithm, and EPS variable, the remaining data show great dispersion (standard deviation of up to 19 units). In addition, it is noted that for 4 out of the 5 research variables the average is higher than the median, suggesting thus a lengthening of the upper tail of the distribution.

To identify a possible problem in this respect and at the same, meet one of the basic conditions for the use of regressions estimated by Ordinary Least Squares (OLS), it was performed the Jarque-Bera test to verify the normality of the residuals. The result was a p-value < 0.000 for both equations (1) and (2). So, it was refuted the null hypothesis of normality, however, given the size of the sample (356 observations) and according to the Central Limit Theorem, such assumption could be relaxed (Gujarati & Porter, 2011).

Another basic requirement for continuity of the analysis relates to the dispersion of the error. To verify the homoscedasticity condition of the error, for both equations we applied the Breusch-Pagan test. In Equation (1) it was obtained a p-value < 0.000 and for equation (2), the p-value was 0,0415. Thus, given the significance level of 5% proposed for this study, both equations presented heteroskedastic error. For the correction of this problem, it was adopted White robust correction, indicated as suitable for such a function by Gujarati and Porter (2011).

Moreover, it was necessary to identify the degree of collinearity between the independent variables of the models. For this purpose, was checked Variance Inflation Factor (VIF) data. Following the rule of thumb arranged by Gujarati and Porter (2011) that VIF values less than 10 units do not denote severe collinearity issues, it was possible to continue the analysis since the average VIF obtained between the EPS, BVPS and BTC was only 1.34.

For purposes of disclosure in a more analytical way, Table 4 shows the correlation between all independent and dependent variables of the study.

Table 4 - Correlation Matrix

-	SP	SR	EPS	BVPS	BTC
SP	1.0000	-	-	-	-
SR	.0886 (.0949)	1.0000	-	-	-
EPS	.4155 (.0000)	.1874 (.0004)	1.0000	-	-
BVPS	.3618 (.0000)	.0522 (.3258)	.5368 (.0000)	1.0000	-
BTC	-0.1035 (.0511)	-0.2140 (.0000)	-0.2186 (.0000)	-0.0004 (.9938)	1.0000

With the acceptance of the prerequisites for the OLS regression analysis, in sequence, are presented the analysis of Equations (1) and (2). Firstly, the best approach of the panel data, as mentioned in the methodological procedures, is reported in the following Table.

Table 5 - Panel approach

Equation	Test	F / Chibar ² / Chi ²	p-value
1	Chow	36.08	0.0000
1	LM Breusch-Pagan	402.83	0.0000
1	Hausman	44.35	0.0000
2	Chow	0.86	0.7992
2	LM Breusch-Pagan	0.00	1.0000
2	Hausman	2.43	0.4881

As results of Table 5, it is possible to realize the best fit of the fixed effects approach to Equation (1). In addition, considering that the proposal this approach track of the data over time, we made additionally a serial autocorrelation test.

Then, we applied the Wooldridge test, supported by Drukker (2003). The result was a p-value of 0.0037, so the autocorrelation problem of the presence of the first order given the rejection of the null hypothesis was indicated. As a corrective measure we made a cluster analysis of standard errors (Hoechle, 2007). The results of the Equation (1), considering this adjustment, is presented in Table 6.

Table 6 - Results - Equation (1)

Panel A			
SP	Coefficient	t	p-value
EPS	1.124325	2.70	0.008***
BVPS	-0.1480826	-0.95	0.344
BTC	-15.77706	-5.09	0.000***
Intercept	95.63366	7.37	0.000***
Panel B			
R² Overall	0.0119	Number of observations	356
R² Within	.1786	R² Between	0.0005
F	1.55	p-value (F)	0.0000 ***

According to the results of Table 6, it is possible to verify the statistical significance of the model as a whole, considering the p-value (F) < 0000. So, was not accepted the null hypothesis of no linear relationship of all variables together. In addition, explanatory power considering the control of fixed effects (R² Within) was about 18%, thus suggesting that the model as a whole can explain this percentage varying the study of the response variable.

It is noticed that among the control variables, only EPS variable statistically significant (p-value 0.008), being maintained the signal of previous research, i.e. the increase in this variable implies a positive variation of the stock price.

As a complement, the same regression was performed, but without the BTC variable. Done this procedure, the variable EPS remains positive and statistically significant, but it doesn't occur with BVPS variable. So, there is a suggestion of a lost relevance of Equity as a relevant factor when considering the price of Bitcoin together. This result seems to be important to diagnose a loss of accounting information efficiency on the inclusion of an external information.

Regarding the regressor BTC, the main variable, there is also a statistical significance respecting a confidence level of 99%. Its coefficient indicates that the increase of one unit of this variable would imply a reduction of approximately 16 units in stock price.

This seems to agree with the argument that, while the price of Bitcoin rises, the price of the capital market stocks down, and this inverse relationship arising from a possible stampede of investors from [B]³ to the parallel market cryptocurrency (Costal & Meira, 2017; Gomes & Laporta, 2018).

That interpretation could also be applied in a related manner to what is stated by Henriques and Sadorsky (2018) by claiming that investors are likely to migrate from gold to Bitcoin, so it would be feasible to also change from the capital market for the Bitcoin, apparently. Given this result, is not plausible refute the H1 of this study.

Continuing the analysis, the same procedures adopted in Equation (1) were taken to Equation (2). Unlike what happened in Equation (1) approaches test, Equation (2) suggests the use of pooled data, so the results of this estimation are reported in Table 7.

Table 7 - Results - Equation (2)

Panel A				
SR	Coefficient	Standard error	t	p-value
EPS	1.05451	0.3687473	2.86	0.004***
BVPS	-0.0330044	0.0447241	-0.74	0.461
BTC	-18.49922	5.135885	-3.60	0.000***
Intercept	83.59319	22.25514	3.76	0.000***
Panel B				
R²	0.0676	Number of observations		356
F	9.12	p-value (F)		0.0000 ***

Note: * means a confidence level of 90%; ** means a confidence level of 95%; *** means a confidence level of 99%.

Table 7 indicates the significance of the model as a whole, given a p value (F) of 0.0000 and a general explanation power of approximately 7%.

Just as in Equation (1), only EPS was significant among the control variables. Its signal remains positive and, as it was done in previous estimation, it was regressed the same parameters excluding BTC stimulus variable. In this case, specifically, the BVPS variable remains statistically insignificant; however, there is a worsening in the coefficient of EPS nearly to 0.3 units. This indicates, once again, the possible reduction of the relevance of accounting information when viewed in conjunction with external information as in the quotation of Bitcoin.

Also similar to the result in Equation (1), the result of BTC variable in Equation (2) indicates a reduction of approximately 18 units in stock returns of the companies [B]³ for each additional unit on the BTC variable. Following the same reasoning in the previous case, these results corroborate the findings from Costal and Meira (2017) and Gomes and Laporta (2018). And as a result, we could not refute the H2 proposed in this research.

Both results of equations (1) and (2) indicate, considering the data of the present research, that Bitcoin, when rising, tends to deteriorate the market value of available assets in [B]³. Considering this issue, accounting information would become less useful to external users, as advocated by Watts and Zimmerman (1990), given that Brazil's capital market would be down.

Thus, given a reduced usefulness of accounting information on predicting stock prices (or returns) and / or their utility for fewer users, the relevance of accounting information could be in check. This is even more evident when, in Equation (1), the BVPS variable presents statistical significance in the original model by Collins et al. (1997), but loses their significance when Bitcoin quotation is added to the model, and, in Equation (2), when the EPS variable has their slope reduced after the inclusion of BTC variable.

5. FINAL CONSIDERATIONS

Studies about the relevance of accounting information on capital market, which is called value relevance, have been exploited in the academy since the 60s, including Beaver (1968) and Ball and Brown (1968).

With the advancement of science and the need for new understandings, this field of research began to check various information prepared by accounting and, along with it, other non-accounting information began to be added together in order to understand the data rate intrinsic and extrinsic the market.

The explosion of a new market investment, the cryptocurrency one, seems to be endangering to the traditional capital markets. Considering this fact, the relevance of accounting information has been verified next to the price of Bitcoin, the most famous cryptocurrency, in 2018, for companies of [B]³.

Using the classical model of Ohlson (1995) and Collins et al. (1997), it was possible to identify the negative reaction of the stock price and the stock returns of companies listed on [B]³ due to the increase of the price of Bitcoin in the related period. This result suggests an investment preference slope in the cryptocurrency market at the expense of the capital market when the first one is on the rise. This empirical result seems to agree with some theoretical supports previously presented.

Moreover, with regard to two of the main financial statements - net income and equity - was checked a loss (or reduction) of its predictive power over the stock price and stock returns when was added the information about the price of Bitcoin. This result suggests a potential risk to the accounting science to value relevance research while the cryptocurrency market seems to be booming, something similar to what was pointed out by Bouri et al. (2017).

This research, as well as any other, has limitations. Among the main ones can be highlighted: (a) observation of only one year (2018); although the reason for this was explicated, it is possible that larger ranges may result in different findings; (b) there is a risk of endogeneity in the model by omission of important variables, however, because this is an

initial study in this sense, there were no previous proxies to be used; and (c) the use of the quotation of only one cryptocurrency, although it is the main one. Perhaps the use of other cryptocurrency offers different results.

So, as future research suggestions, it is stated: (I) analysis of a wider chronological range, but trying if possible to keep the panel data for the control of fixed effects that would become a risk in the research; (II) include new information (accounting and non-accounting) in models formulated in this research to correct any endogeneity problems; and (III) the use of other cryptocurrency, alone or together with Bitcoin, to understand if the relationship here observed is a unique phenomenon for this cryptocurrency or is something that can be generalized to all others virtual coins.

REFERENCES

- Albuquerque, B. S. D., & Callado, M. D. C. (2015). Understanding Bitcoins: facts and questions. *Revista Brasileira de Economia*, 69(1), 3-16.
- Alves, A., Silva, T., Macedo, M., & Marques, J. A. (2011). A relevância dos gastos com P&D para o mercado brasileiro de capitais: um estudo com distribuidoras de energia elétrica no período de 2002-2009. *INMR - Innovation & Management Review*, 8(2), 216-239. Retrieved from <http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79220>
- Ball, R., & Brown, P. (1968). An empirical evaluation of accounting income numbers. *Journal of accounting research*, 159-178.
- Barth, M. E., Beaver, W. H., & Landsman, W. R. (2001). The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 77-104.
- Batista, A. R. A., Maia, U., & Romero, A. (2018). Stock market under the 2016 Brazilian presidential impeachment: a test in the semi-strong form of the efficient market hypothesis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(78), 405-417.
- Beaver, W. H. (1968). The information content of annual earnings announcements. *Journal of accounting research*, 67-92.
- Bergstresser, D., & Philippon, T. (2006). CEO incentives and earnings management. *Journal of financial economics*, 80(3), 511-529.
- Bouri, E., Gupta, R., Tiwari, A. K., & Roubaud, D. (2017). Does Bitcoin hedge global uncertainty? Evidence from wavelet-based quantile-in-quantile regressions. *Finance Research Letters*, 23, 87-95.
- Boya, C. M. (2019). From efficient markets to adaptive markets: evidence from the French stock exchange. *Research in International Business and Finance*. 40, 156-165.
- Chamisa, E., Mangena, M., Pamburai, H. H., & Tauringana, V. (2018). Financial reporting in hyperinflationary economies and the value relevance of accounting amounts: hard evidence from Zimbabwe. *Review of Accounting Studies*, 23(4), 1241-1273.
- Collins, D. W., Maydew, E. L., & Weiss, I. S. (1997). Changes in the value-relevance of earnings and book values over the past forty years. *Journal of accounting and economics*, 24(1), 39-67.
- Conceptual Framework for Financial Reporting*. (2010). Retrieved from <http://www.ifrs.org/News/Press-Releases/Documents/ConceptualFW2010vb.pdf>
- Corbet, S., Lucey, B., & Yarovaya, L. (2018). Date stamping the Bitcoin and Ethereum bubbles. *Finance Research Letters*, 26, 81-88.
- Corrar, L., Paulo, E., & Dias Filho, J. M. (2007). *Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo: Atlas.
- Costal, G. Z. & Meira, L. A. (2019). Criptomoedas: moedas, ativo financeiro ou uma nova tulipa? *Economic Analysis of Law Review*, 8(2), 482-516.
- Dichev, I. D., & Skinner, D. J. (2002). Large-sample evidence on the debt covenant hypothesis. *Journal of accounting research*, 40(4), 1091-1123.
- Dyrhberg, A. H. (2015). Hedging capabilities of bitcoin. Is it the virtual gold? *Finance Research Letters*, 16, 139-144.
- Drukker, D. M. (2003). Testing for serial correlation in linear panel-data models. *The Stata Journal*, 3(2), 168- 177.
- Easley, D., O'Hara, M., & Basu, S. (2019). From mining to markets: The evolution of bitcoin transaction fees. *Journal of Financial Economics*. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3055380>
- Fama, E. (1970). Efficient capital markets: A review of theory and empirical work. *The Journal of Finance*, 25(2), 383-417.
- Fonseca, R., Marques, J. A. V. C., & Santos, O. M. (2018). Relevância da informação contábil: estudo de eventos no setor de petróleo e gás. *Revista Universo Contábil*, 14(3), 46-65.
- Gandal, N., Hamrick, J. T., Moore, T., & Oberman, T. (2018). Price manipulation in the Bitcoin ecosystem. *Journal of Monetary Economics*, 95, 86-96.
- Gomes, H. S., & Laporta T. (2018). *Bitcoin já tem mais que o dobro de investidores da bolsa no Brasil*. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/educacao-financeira/noticia/bitcoin-ja-tem-mais-que-o-dobro-de-investidores-da-bolsa-no-brasil.ghtml>
- Grignon, P. (2009). *Digital coin in brief*. Retrieved from https://archive.org/details/Digital_Coin_in_Brief_07-17-09.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Basic econometrics*. Boston, Mass: McGraw-Hill.
- Hagerman, R. L., & Zmijewski, M. E. (1979). Some economic determinants of accounting policy choice. *Journal of accounting and economics*, 1(2), 141-161.

- Hayes, A. S. (2019). Bitcoin price and its marginal cost of production: support for a fundamental value. *Applied Economics Letters*, 26(7), 554-560.
- Healy, P. M. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of accounting and economics*, 7(1-3), 85-107.
- Henriques, I., & Sadorsky, P. (2018). Can Bitcoin Replace Gold in an Investment Portfolio? *Journal of Risk and Financial Management*, 11(3), 1-28.
- Hoechle, D. (2007). Robust Standard Errors for Panel Regressions with Cross-Sectional Dependence. *The Stata Journal*, 7(3), 281-312.
- Hur, Y., Jeon, S., & Yoo, B. (2015). Is Bitcoin a Viable E-Business? Empirical Analysis of the Digital Currency's Speculative Nature. In: *36th International Conference on Information Systems*, Fort Worth, Texas.
- Laurent, L. (2018). *Bitcoin's Crash Looks Like a Real Currency Crisis*. Retrieved from <https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2018-11-27/bitcoin-crash-is-a-real-currency-crisis>
- Lopes, A. B. (2001). *A relevância da informação contábil para o mercado de capitais: o modelo de Ohlson aplicado a Bovespa*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Magalhães-Timotio, J. G., Leite Filho, G. A., & Eça, J. P. A. (2017). Investigação da ocorrência de anomalias de calendário nos índices da BM&FBOVESPA. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(3), 264-278.
- Marçal, R. R., Batista, T. C., & Macedo, M. A. S. (2018). Relevância da informação contábil no mercado de capitais brasileiro: uma perspectiva por meio da análise fundamentalista em empresas do índice IBrX-50. In: *XIV Congresso Nacional de Excelência em Gestão*, Rio de Janeiro, RJ.
- Martins, G. D. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica*. São Paulo: Atlas.
- Ohlson, J. A. (1995). Earnings, book values, and dividends in equity valuation. *Contemporary accounting research*, 11(2), 661-687.
- Queiroz, J. M., & de Almeida, J. E. F. (2017). Efeitos das hipóteses da teoria positiva da contabilidade na qualidade da informação contábil. *Revista Universo Contábil*, 13(3), 50-69.
- Raiborn, C., & Sivitanides, M. (2015). Accounting issues related to Bitcoins. *Journal of Corporate Accounting & Finance*, 26(2), 25-34.
- Sarlo Neto, A. (2004). *A reação dos Preços das Ações à Divulgação dos Resultados Contábeis: Evidências Empíricas sobre a Capacidade Informacional da Contabilidade no Mercado Acionário Brasileiro*. (Dissertação de Mestrado). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE, Vitória, ES, Brasil.
- Silva, M. Z., Mazzioni, S., & Beuren, I. M. (2012). Análise da relação entre remuneração dos executivos e desempenho das empresas brasileiras de capital aberto. *Anais... In: XIX Congresso Brasileiro de Custos*, Bento Gonçalves, RS.
- Song, C. J., Thomas, W. B., & Yi, H. (2010). Value relevance of FAS No. 157 fair value hierarchy information and the impact of corporate governance mechanisms. *The Accounting Review*, 85(4), 1375-1410.
- Sutopo, B., Kot, S., Adiati, A., & Ardila, L. (2018). Sustainability Reporting and value relevance of financial statements. *Sustainability*, 10(678).
- Tshipa, J., Brummer, L., Wolmarans, H., & Du Toit, E. (2018). The impact of flexible corporate governance disclosures on value relevance. Empirical evidence from South Africa. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 18(3), 369-385.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 97-180.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1978). Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *The Accounting review*, 112-134.
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1990). Positive Accounting Theory: A Ten Year Perspective. *The Accounting Review*, 65(1), 131-156.
- Yaya, O. S., Ogbonna, E. A., & Mudida, R. (2019). Market Efficiency and Volatility Persistence of Cryptocurrency during Pre-and Post-Crash Periods of Bitcoin: Evidence based on Fractional Integration. *Munich Personal Repec Archive*, 91450, 1-28.

O QUE EXPLICA A PROPENSÃO AO ENDIVIDAMENTO DOS JOGADORES PROFISSIONAIS DE FUTEBOL?

WHAT EXPLAINS THE PROPERTY TO THE DEBT OF PROFESSIONAL SOCCER PLAYERS?

RESUMO

Este estudo objetiva verificar os fatores explicativos para a propensão ao endividamento de jogadores profissionais de futebol. Os dados são provenientes de questionários aplicados a 45 jogadores profissionais de futebol, os quais foram analisados por meio da análise fatorial e da regressão quantílica. Os resultados revelam que o exercício do poder e prestígio aumenta a propensão ao endividamento dos respondentes que têm baixa e baixíssima propensão a se endividar e que jogadores ansiosos possuem relação com a propensão ao endividamento elevado. Constatou-se ainda que a atitude com cartão de crédito está positivamente relacionada com a pouca propensão ao endividamento. As implicações teóricas versam em discutir fatores que são explicativos para a propensão ao endividamento a partir da ótica de um público específico, os jogadores de futebol. No campo prático, demonstra-se que a sensação do poder e prestígio pode ser preditor para o endividamento e que alguns jogadores gozam desta posição. Isso requer equilíbrio e consciência para não gastar em excesso. Deve-se, também, atentar para a ansiedade, uma vez que esta pode conduzir ao endividamento. Alerta-se para a necessidade de gestão das finanças ao longo da carreira ao saber que a atividade finda em período curto, o que este profissional deve pensar de forma contínua no seu pós-carreira.

Palavras-chave: Propensão ao endividamento. Planejamento Financeiro. Jogadores profissionais de futebol.

ABSTRACT

The objective of this study was to verify the explanatory factors for the propensity to borrow from professional soccer players. The data come from a questionnaire applied to 45 professional soccer players, which analyzed through factorial analysis and quantile regression. The results show that the exercise of power and prestige increases the propensity to the indebtedness of the respondents who has low and very low propensity to be indebted and that anxious players related to the propensity to very high indebtedness. It also verified that the attitude with credit card positively related to the low propensity to indebtedness. The theoretical implications are to discuss factors that are explanatory of players' propensity for indebtedness. In the practical field, it shown that the sense of power and prestige can be a predictor of indebtedness and that some players enjoy this position. This requires balance and awareness not to overspend. One must also pay attention to anxiety once it leads to indebtedness. It alerted the need of management of the finances throughout the race to know that the activity ends in a short period, what this professional must think of continuous form in its post-race.

Keywords: Propensity to indebtedness. Financial planning. Professional soccer players.

Thiago Bruno de Jesus Silva

Doutorando em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Ciências Contábeis (2016) pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), Especialista em Controladoria (2013) e Bacharel em Ciências Contábeis (2012) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) do Curso de Ciências Contábeis. E-mail: thiagobruno@ufgd.edu.br. Telefone: 067-3410-2057. Mais informações: Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5058637547449065>. Blog: thiagobrunoblog.wordpress.com

Allison Manoel de Sousa

Doutorando em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Contabilidade (2020) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharel em Ciências Contábeis (2018) pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: allison.msousa@gmail.com. Telefone: (67) 98136-4675. Mais informações: Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5391186543607099>

Rodrigo Rengel

Doutorando em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Ciências Contábeis (2020) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharel em Ciências Contábeis (2018) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: rengel.rodrigo@hotmail.com. Telefone: (47) 99995-0252. Mais informações: Lattes - <http://lattes.cnpq.br/7659927470050481>

1. INTRODUÇÃO

A aposentadoria do esporte profissional é uma realidade inevitável que todos os atletas enfrentarão (Lavalle, 2005). Isso requer que um atleta profissional se ajuste a um ambiente que é diferente do qual está acostumado (Surujlal, 2016). Logo, são obrigados a planejar sua aposentadoria do esporte ainda jovens, visto que sua carreira no esporte profissional é curta. Em alguns casos, os períodos de carreira dos atletas profissionais podem ser encurtados ainda mais devido a fatores como lesões (Vickers, 2014). Nesta esteira, esta investigação enfoca os jogadores profissionais de futebol, haja vista as peculiaridades destes profissionais quanto à carreira.

Os lucrativos salários, patrocínios e endossos resultam em jovens que consideram o futebol como a primeira escolha da carreira (Surujlal, 2016). Em contraste com outras carreiras, como médica, jurídica e empresarial, que exigem normalmente pré-requisitos educacionais, o principal critério exigido para entrar no futebol profissional é o talento individual (Maseko & Surujlal, 2011). Em sua decorrência, aspirantes a jogador profissional de futebol saem cedo da escola e de casa para avançar na carreira (Bourke, 2003). Desta forma, possuem pouca educação formal e habilidades financeiras incipientes para o planejamento financeiro (Surujlal, 2016).

Referidos profissionais recebem salários lucrativos com pouca compreensão de como administrar suas finanças (Ramsey, 2010). De forma consequente, utilizam sua renda de forma excessiva, sobretudo, nos seus primeiros ganhos, o que os conduz à propensão ao endividamento. No entanto, muitos não conseguem orçar e/ou economizar dinheiro, o que compromete seu futuro, uma vez que isso poderia melhorar seu estilo de vida no futuro (Maseko & Surujlal, 2013). Nestas circunstâncias, este estudo discute a propensão ao endividamento no âmbito dos jogadores profissionais de futebol.

O endividamento é entendido como o “saldo devedor de um agregado familiar” (Frade *et al.*, 2003, p. 17). Deste modo, os indivíduos possuem emoções, atitude e outros aspectos subjetivos que podem influenciar a propensão ao endividamento (Ferreira, 2013). Para Richers (1984), o comportamento do indivíduo, em seu papel de consumidor, é constituído por práticas emocionais e mentais que são selecionadas na aquisição e uso de produtos e/ou serviços com a finalidade de satisfazer desejos e necessidades. Em virtude disto, os indivíduos consomem mais do que podem pagar, surgindo então a conduta do endividamento (Brown, Taylor & Price, 2005).

Contudo, pouco se conhece a respeito da propensão ao endividamento de jogadores profissionais de futebol. Visto o contexto e dada a importância do planejamento financeiro para a vida presente e futura do profissional do futebol, delineou-se o seguinte problema de pesquisa: **quais os fatores explicativos para a propensão ao endividamento de jogadores profissionais de futebol?** Assim, este estudo objetiva verificar os fatores explicativos para a propensão ao endividamento de jogadores profissionais de futebol.

Neste interim, a investigação abordou variáveis estabelecidas na literatura que podem explicar a propensão ao endividamento dos jogadores profissionais de futebol. Utilizou-se a atitude frente ao dinheiro, poder e prestígio, sensibilidade a preço, ansiedade e atitude com cartão de crédito como fatores explicativos, conforme sugerido pelas investigações correlatas de Figueira e Pereira (2014), Gamble, Garling e Michaelsen (2019) e Santos *et al.*, (2019).

O estudo possui algumas contribuições, em especial, para a área de finanças pessoais e psicologia econômica quanto aos preditores do endividamento. Isso, pois, os resultados desta investigação sugerem que poder e prestígio, atitude com cartão de crédito e ansiedade explicam a propensão ao endividamento dos jogadores profissionais de futebol. A maioria dos estudos foi realizada com amostras compostas por estudantes, por conseguinte, sabe-se pouco sobre jovens e adultos em outras situações de vida (Lachance, 2012), como é o caso desta investigação.

Contribui-se, também, para a literatura da pesquisa referente à atitude frente ao dinheiro (poder e prestígio, sensibilidade ao preço e ansiedade) ao abordar um público específico, conforme sugerido por Figueira e Pereira (2014) e Gamble, Garling e Michaelsen (2019) e Santos *et al.*, (2019). Os resultados apontam que o exercício do poder e do prestígio aumentam a propensão ao endividamento dos respondentes que têm baixa e baixíssima propensão a se endividar. E que jogadores ansiosos possuem relação com a propensão ao endividamento elevadíssima. Ressalta-se, ainda, que esta investigação, também, contribui com a literatura sobre a atitude com cartão de crédito. Isto, porque, constatou-se que a atitude com cartão de crédito aumenta a propensão ao endividamento dos jogadores profissionais de futebol que apresentam baixa propensão a se endividar.

No campo prático, os resultados sugerem que a sensação de poder e prestígio pode ser preditora para o endividamento e que alguns jogadores gozam desta posição. Isso requer equilíbrio e consciência para não gastar em excesso. Deve-se, também, atentar-se para a ansiedade, uma vez que esta conduz ao endividamento. Alerta-se para a necessidade de gestão das finanças ao longo da carreira do futebol ao saber que a atividade finda em período curto, e que o profissional deve pensar de forma contínua no seu pós-carreira. Deste modo, a contabilidade serve como ferramenta de auxílio no controle e no processo decisório, seja de organizações ou de indivíduos. Recomenda-se aos jogadores que procurem os serviços de um profissional contábil como consultor financeiro e que busquem um programa intensivo para se educarem sobre orçamento, sobre como administrar um negócio, entre outros. Isso permitirá que planejem uma situação financeira sustentável em sua aposentadoria.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E HIPÓTESES

Diferente da concepção e divulgação nacional, a realidade financeira de jogadores de futebol é extremamente heterogênea (Damo, 2005). Dados da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) apontam que a realidade vivida por jogadores profissionais em sua grande parte está distante dos milhões, holofotes, *glamour*, mansões e carros de luxo. Mais de 80% dos jogadores profissionais do futebol brasileiro recebem salário de até R\$ 1 mil por mês, destaca-se ainda que 96% ganham até R\$ 5 mil por mês (CBF, 2016).

Além das preocupações durante a carreira profissional, os jogadores de futebol devem se alertar para suas aposentadorias, já que esta é uma atividade com “prazo de validade”, uma vez que a carreira é curta (Brandão, 2001, Amaral, Thiengo & Oliveira, 2007; Aroni *et al.*, 2019, por exemplo). Em virtude desta aposentadoria precoce, é necessário conhecimento para administrar suas finanças (Moraes, 1981).

Maseko e Surujlal (2013) concluíram que o planejamento financeiro entre os jogadores profissionais constitui campo de estudo dinâmico e complexo. Para o autor, os jogadores de sua amostra (da África do Sul) são despreparados para o momento após o término de sua carreira. Esses devem buscar auxílio com serviços de conselheiros em quem podem confiar e os clubes de futebol devem oferecer educação financeira. A intenção é que os jogadores profissionais entendam a importância do planejamento financeiro e se tornem responsáveis por sua própria segurança financeira (Maseko & Surujlal, 2013).

Para Surujlal (2016) o departamento de gestão de recursos humanos da organização esportiva, deve auxiliar os jogadores profissionais de futebol em seu planejamento financeiro, visando suas aposentadorias. Em muitos casos, estes são recrutados jovens e tem suas habilidades desenvolvidas no esporte. Assim, não possuem educação formal e habilidades financeiras para planejar sua aposentadoria (Surujlal, 2016).

Nesta esteira, Agresta, Brandão e Barros Neto (2008) relatam que grande parte dos ex-jogadores profissionais piora sua situação econômica após a aposentadoria. Aroni *et al.* (2019) concluíram que nenhum jogador (de sua amostra) possui planejamento financeiro. De forma particular, a partir das discussões acima este estudo tem o propósito de investigar os antecedentes do endividamento relacionados aos jogadores profissionais de futebol. Isto, porque, entende-se que o endividamento é antecedente e pode comprometer o planejamento financeiro dos jogadores profissionais de futebol.

Ferreira (2006) apresenta que endividamento significa fazer/contrair dívidas. Embora seja associada a algo negativo, ressalta-se que este pode ser visto como uma estratégia de crescimento econômico, como ao financiar um imóvel (Marques *et al.*, 2000). A falta de controle leva à inadimplência, causada por parcelas superiores as disponibilidades do indivíduo, ou seja, a incapacidade de quitar as dívidas contraídas (Ferreira, 2006; Keese, 2012). O contexto econômico elevou significativamente o endividamento dos últimos anos (CNC, 2016; SPC, 2016), assim, deve-se encarar com cautela o comprometimento da renda.

O Sindicato de Jogadores de Futebol da África do Sul (SARFU) relatou alguns dos problemas enfrentados por ex-jogadores sul-africanos de futebol profissionais, tais como o analfabetismo, o endividamento ocasionado pelo planejamento financeiro deficiente e abuso de substâncias (Fleishman-Hillard, 2011). Contudo, estes problemas variam de acordo com a preparação e características individuais (Maseko & Surujlal, 2013).

No entanto, a situação financeira momentânea e as projeções futuras impactam diretamente na percepção da dívida (Keese, 2012). A partir do dinheiro, é possível a realização de atividades cotidianas, como compras de suprimentos, bens materiais, entre outros (Figueira & Pereira, 2014). O dinheiro se tornou ferramenta de *status* e autoestima, utilizado para obtenção da aprovação dos pares (Wang & Xiao, 2009; Figueira & Pereira, 2014). E sua falta se tornou ameaça à própria segurança, seja ela física ou psicológica (Yamauchi & Templer, 1982). Assim, os jogadores profissionais de futebol podem ser conduzidos por percepção de dinheiro de forma que conduza ao endividamento.

A atitude frente ao dinheiro é apresentada em três constructos por Roberts e Jones (2001): (i) poder e prestígio; (ii) sensibilidade a preço; e (iii) ansiedade. A percepção do dinheiro é compreendida como objeto de poder e prestígio, logo, associa-se a aquisições extras, que está diretamente associada ao endividamento (Yamauchi & Templer, 1982; Tokunaga, 1993; Markovich & DeVaney, 1997; Norum, 2008; Wang, Lu & Malhorta, 2011; Wang, Lv & Jiang, 2011; Figueira & Pereira, 2014).

A atitude do indivíduo frente ao dinheiro também pode apresentar uma sensibilidade ao preço, como apontado por Roberts e Jones (2001). Isto é, quanto maior a percepção do indivíduo quanto aos preços “normais”, maior sua sensibilidade ao preço. Assim, torna-se menos propenso a realização de gastos extras, o que diminui sua propensão ao endividamento (Tokunaga 1993; Norum, 2008; Wang, Lu & Malhorta, 2011; Figueira & Pereira, 2014), o que pode apresentar relação negativa ao endividamento.

Por último, Roberts e Jones (2001) apresentam a ansiedade do indivíduo, no qual é ligada diretamente com a propensão de endividamento, por motivar compras compulsivas, impulsivas e gastos extras para sanar tal sentimento pessoal (Eastwood, 1975; Yamauchi & Templer, 1982; Norum, 2008; Wang & Xiao, 2009; Figueira & Pereira, 2014).

Desta forma, este estudo propõe as seguintes hipóteses:

H1 - Poder e prestígio impactam positivamente a propensão ao endividamento dos jogadores profissionais de futebol

H2 - Sensibilidade a preço impacta negativamente a propensão ao endividamento dos jogadores profissionais de futebol

H3 - Ansiedade impacta positivamente a propensão ao endividamento dos jogadores profissionais de futebol

O número de devedores incapazes de pagar suas dívidas é fruto de pesquisas e chama atenção da sociedade. Uma

das formas de endividamento mais presente no cotidiano é o cartão de crédito. Este se tornou um inimigo financeiro para muitos. O uso deste se tornou motivo de preocupação tanto social quanto econômica (Mansfield & Pinto, 2008). A atitude do indivíduo frente ao uso do crédito é fundamental na previsão de dívida do cartão de crédito (Wang, Lv, & Jiang, 2011; Xiao *et al.*, 2011; Figueira & Pereira, 2014). O fácil acesso ao crédito é um dos causadores dos gastos excessivos (Cheema & Soman, 2006).

Veludo de Oliveira, Ikeda e Santos (2004) observaram que o aumento de inadimplência dos consumidores ocorreu de forma simultânea à evolução e acesso ao cartão de crédito. Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2016), 73% do endividamento da população é ocasionado via cartão de crédito.

Benefícios como a segurança por não movimentar moeda em papel (Erasmus & Lebani, 2008) e a facilidade de crédito permitem a satisfação dos desejos de compra dos consumidores (Bernthal, Crockett, & Rose, 2005; Erasmus & Lebani, 2008) condicionam sua aceitação/utilização. Contudo, sua utilização torna o indivíduo mais propenso a compras adicionais (Feinberg, 1986; Roberts & Jones, 2001; Cheema & Soman, 2006; Norum, 2008; Lo & Harvey, 2011). Destarte, juros incrementais são ocasionados (Bernthal, Crockett, & Rose, 2005). Outro problema está no fato de que tais dívidas se tornaram socialmente aceitáveis (Wickramasinghe & Gurugamage, 2009). Indivíduos com atitude positiva frente à dívida são menos propensos a se tornarem endividados (Wang, Lv & Jiang, 2011; Figueira & Pereira, 2014). Neste sentido, entende-se que caso os jogadores profissionais de futebol não possuam habilidades financeiras para planejar sua aposentadoria (Surujlal, 2016), estes podem ser propensos ao endividamento pela utilização do cartão de crédito.

Dada as discussões, propõe-se a seguinte hipótese:

H4 - A atitude com cartão de crédito impacta positivamente à propensão ao endividamento dos jogadores profissionais de futebol

Na Figura 1, apresenta-se o modelo teórico do estudo com a elucidação da hipótese.

Figura 1. - Modelo Teórico do estudo



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Observa-se que o endividamento dos jogadores profissionais de futebol tem relação direta com o poder e prestígio, sensibilidade ao preço, ansiedade e atitude com cartão de crédito.

3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Para verificar os fatores que explicam o endividamento de jogadores profissionais de futebol, adotou-se uma pesquisa descritiva quanto ao objetivo, de levantamento quanto aos procedimentos e quantitativa quanto ao problema de investigação.

Esta investigação aplicou um questionário em jogadores profissionais de futebol brasileiros que trabalham no Brasil e no exterior. A coleta de dados ocorreu entre os meses de fevereiro de 2018 a abril de 2019 pela plataforma *Google Docs*. O *link* foi enviado por meio da rede social *Facebook* e *Instagram*. Em ambas, enviou-se mensagem privada aos jogadores no qual explicava a pesquisa e o convidava para participar. Deste modo, a amostra foi não probabilística por acessibilidade, das 45 respostas recebidas.

Na Tabela 1, apresenta-se a caracterização dos respondentes (escolaridade, renda, idade).

Tabela 1 - Caracterização dos respondentes

Painel A: Nível de escolaridade dos respondentes										
Variável Num. Jog.	Até o Ensino Médio		Superior Incompleto		Superior Completo		Pós-Graduação Completa		Total	
	Num. Jog.	Freq. (%)	Num. Jog.	Freq. (%)	Num. Jog.	Freq. (%)	Num. Jog.	Freq. (%)	Num. Jog.	Freq. (%)
Escolaridade	34	76	4	9	6	13	1	2	45	100

Painel B: Mediana da Renda dos Jogadores por Divisão em R\$						
Variável	Primeira Divisão	Segunda Divisão	Terceira Divisão	Quarta Divisão	Desempregado/aposentado	Mediana do Total
Renda Familiar	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 5.250,00	R\$ 6.000,00

Legenda: Num. Jog. = Número de Jogadores; Freq. = Frequência;

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na Tabela 1, destaca-se que a escolaridade, de forma predominante, foi até o ensino médio com 76%. Em seguida, com 13%, jogadores profissionais que concluíram o ensino superior. A mediana da renda familiar foi de R\$ 6.000,00. Jogadores da primeira e segunda divisão possuem renda familiar de R\$ 9.000,00. A menor renda familiar foi de R\$ 1.000,00 e a maior de R\$ 150.000,00. Adicionalmente, 40% dos respondentes disputam a primeira divisão, 24% a segunda divisão. Em contraste, 13% encontravam-se desempregado ou aposentado. Vale ressaltar que a divisão não é concernente apenas do Brasil.

O instrumento de pesquisa compõe-se de seis blocos. O primeiro bloco cobre o constructo da Propensão ao endividamento, com 2 questões, construído pelo estudo do Lea e Davies (1995) e testado por Figueira e Pereira (2014), Gamble, Garling e Michaelsen (2019) e Santos *et al.*, (2019). O segundo bloco cobre constructo do Poder e Prestígio, com 5 questões, construído por Yamauchi e Templer (1982) adaptado por Roberts e Jones (2001) e testado por Figueira e Pereira (2014) e Harnish *et al.*, (2018). No terceiro bloco, foram 6 questões sobre Sensibilidade ao Preço criadas por Yamauchi e Templer (1982), adaptado por Roberts e Jones (2001) e testado por Figueira e Pereira (2014) e Harnish *et al.*, (2018). O quarto bloco cobre o constructo de compra ansiedade construído por Roberts e Jones (2001), adaptado por Roberts e Jones (2001) e testado por Figueira e Pereira (2014) e Harnish *et al.*, (2018). O quinto bloco, foram 7 questões sobre atitude com cartão de crédito construído por Roberts e Jones (2001), adaptado por Norum (2008) e testado por Figueira e Pereira (2014). O sexto bloco foi composto por questões de caracterização do respondente. Estes constructos estão descritos na Tabela 2 que apresenta cada variável.

Tabela 2 -Caracterização das variáveis adotadas na investigação, quanto a mensuração e fundamentação teórica.

Variáveis	Mensuração	Fundamentação teórica
Propensão ao Endividamento	Questões (2) Escala Likert 1 a 10 (Discordo - Concordo)	Lea e Davies (1995)
Poder e Prestígio	Questões (5) Escala Likert 1 a 10 (Discordo - Concordo)	Yamauchi e Templer (1982)
Sensibilidade ao Preço	Questões (6) Escala Likert 1 a 10 (Discordo - Concordo)	Yamauchi e Templer (1982)
Ansiedade	Questões (6) Escala Likert 1 a 10 (Discordo - Concordo)	Yamauchi e Templer (1982))
Atitude com Cartão de Crédito	Questões (7) Escala Likert 1 a 10 (Raramente - Sempre)	Yamauchi e Templer (1982)

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os dados foram analisados por meio da análise fatorial e da regressão quantílica. Utilizou-se a análise fatorial (pelo método *Varimax*) para reduzir o número de variáveis que são altamente correlacionadas entre si, conforme apresenta Hair Junior *et al.*, (1998). Em seguida, a regressão quantílica (com 20 replicações), extensão do modelo clássico de regressão linear (Koenker & Bassett, 1978), foi utilizada com o intuito de determinar as variáveis explicativas com maior capacidade de previsão para a variável dependente. Como variável dependente, a propensão ao endividamento. As variáveis independentes de interesse correspondem ao poder e prestígio, sensibilidade ao preço, ansiedade e atitude

com cartão de crédito. Adicionalmente, utilizou-se variáveis independentes de controle, de acordo com características demográficas dos respondentes, como a escolaridade (uma vez que esta tem relação com o endividamento, como exposto por Gathergood, 2012, Keese, 2012, Sevim, Temizel e Sayilir, 2012) e renda (por ter reflexo no endividamento como apresentado por Hayhoe *et al.* 1999 e Diniz *et al.*, 2016).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

De forma inicial, realizou-se a análise das informações dos respondentes, no que se refere as alternativas escolhidas referente as questões de cada constructo, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis

Constructos	Questões	Frequência	Respostas										Total
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Propensão	Q1	Fi	22	2	2	6	2	1	1	2	1	6	45
		Fi%	49	4	4	13	4	2	2	4	2	13	100
	Q2	Fi	25	3	1	3	7	1	2	0	2	1	45
		Fi%	56	7	2	7	16	2	4	0	4	2	100
	Q1	Fi	36	2	0	2	3	0	2	0	0	0	45
		Fi%	80	4	0	4	7	0	4	0	0	0	100
Poder	Q2	Fi	37	3	0	3	1	0	1	0	0	0	45
		Fi%	82	7	0	7	2	0	2	0	0	0	100
	Q3	Fi	32	2	2	1	1	1	1	1	0	4	45
		Fi%	71	4	4	2	2	2	2	2	0	9	100
	Q4	Fi	32	2	0	4	2	2	0	2	0	1	45
		Fi%	71	4	0	9	4	4	0	4	0	2	100
	Q5	Fi	41	3	0	0	0	1	0	0	0	0	45
		Fi%	91	7	0	0	0	2	0	0	0	0	100
	Q1	Fi	21	2	4	1	7	3	2	1	0	5	46
		Fi%	47	4	9	2	16	7	4	2	0	11	102
	Q2	Fi	15	2	5	5	8	1	1	0	0	8	45
		Fi%	33	4	11	11	18	2	2	0	0	18	100
Q3	Fi	23	2	1	0	6	2	2	3	1	5	45	
	Fi%	51	4	2	0	13	4	4	7	2	11	100	
Q4	Fi	22	1	5	3	7	1	3	2	0	1	45	
	Fi%	49	2	11	7	16	2	7	4	0	2	100	
Q5	Fi	9	1	2	3	2	0	1	4	2	21	45	
	Fi%	20	2	4	7	4	0	2	9	4	47	100	

Constructos	Questões	Frequência	Respostas										Total
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Ansiedade	Q1	Fi	26	1	2	1	10	0	4	0	0	1	45
		Fi%	58	2	4	2	22	0	9	0	0	2	100
	Q2	Fi	26	0	6	2	1	1	4	2	0	3	45
		Fi%	58	0	13	4	2	2	9	4	0	7	100
	Q3	Fi	28	5	1	2	3	0	3	1	0	2	45
		Fi%	62	11	2	4	7	0	7	2	0	4	100
	Q4	Fi	23	4	0	2	4	0	2	2	1	7	45
		Fi%	51	9	0	4	9	0	4	4	2	16	100
	Q5	Fi	31	3	3	0	3	1	1	0	0	3	45
		Fi%	69	7	7	0	7	2	2	0	0	7	100
	Q6	Fi	4	0	1	1	11	0	3	2	3	20	45
		Fi%	9	0	2	2	24	0	7	4	7	44	100
Atitude	Q1	Fi	35	4	3	1	1	1	0	0	0	0	45
		Fi%	78	9	7	2	2	2	0	0	0	0	100
	Q2	Fi	33	4	1	2	1	1	1	1	0	1	45
		Fi%	73	9	2	4	2	2	2	2	0	2	100
	Q3	Fi	32	1	2	1	3	0	3	0	1	2	45
		Fi%	71	2	4	2	7	0	7	0	2	4	100
	Q4	Fi	30	1	1	1	2	0	0	1	2	7	45
		Fi%	67	2	2	2	4	0	0	2	4	16	100
	Q5	Fi	23	0	1	0	4	1	1	1	0	14	45
		Fi%	51	0	2	0	9	2	2	2	0	31	100
	Q6	Fi	39	1	1	2	0	1	0	0	0	1	45
		Fi%	87	2	2	4	0	2	0	0	0	2	100
Q7	Fi	42	0	1	1	0	0	0	1	0	0	45	
	Fi%	93	0	2	2	0	0	0	2	0	0	100	

Legenda: Fi = Frequência Absoluta; Fi%: Frequência Relativa

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na Questão 1 (Q1) (Prefiro comprar parcelado que esperar ter dinheiro para comprar à vista) do constructo de Propensão ao Endividamento, observa-se que 49% dos respondentes nunca utilizam modalidades crédito com a finalidade de parcelar a dívida do que comprar à vista. Desta forma, este resultado pode indicar que a maior parte dos respondentes apresentam baixa propensão ao endividamento, uma vez que esperam ter o montante necessário para fazer a aquisição de um novo produto ou serviço. Resultado dissemelhante com a investigação de Figueira e Pereira (2014), uma vez que os autores evidenciaram que os respondentes, em geral, concordaram com a afirmação da Q1. Além disso, este resultado pode contribuir com a discussão de Schor (1998), dado que mesmo com a acesso a formas de parcelamentos, 49% dos respondentes declaram que nunca utilizam modalidades de crédito que implique no pagamento por meio de parcelas do que uma compra à vista.

Já na Q2 (Prefiro pagar parcelado mesmo que no total seja mais caro) do constructo de Propensão ao Endividamento, percebe-se que 56% dos respondentes preferem realizar o pagamento via parcelamento, mesmo que o montante seja maior do que uma compra à vista. Evidência que complementa a Q1, em que a maior parte dos respondentes podem apresentar baixa propensão ao endividamento. Evidência que é semelhante ao de Figueira e Pereira

(2014), haja vista que os pesquisadores destacam que os respondentes, em média, tendem a não adquirir produtos e serviços em compras parceladas.

Quanto ao constructo de Poder e Prestígio, na Q2 (Embora eu deva julgar as pessoas por seus atos, eu sou mais influenciado a julgar pela quantidade de dinheiro que elas têm), constata-se que 82% dos respondentes nunca julgam os atos das pessoas ao invés do poder aquisitivo. Evidência similar foi encontrada por Figueira e Pereira (2014), na qual os respondentes demonstraram que discordam da afirmação da Q2. Com isto, os achados desta pesquisa podem indicar que a maioria dos respondentes não são influenciados pelo poder de pessoas com alto poder aquisitivo, como (ao considerar o mundo do futebol), os investidores e componentes do alto escalão dos clubes.

Na Q3 (Eu hesito em gastar dinheiro, mesmo quando necessito) do constructo de Sensibilidade ao Preço, demonstra que 51% dos respondentes tendem a não gastar dinheiro, mesmo quando seja necessário. Isto pode indicar que a maioria destes é sensível ao preço no que se refere a fazer a aquisição de novos bens, produtos e serviços, mesmo quando necessário. Resultado que pode ser complementado ao analisar a Q5 (Eu gasto dinheiro para me sentir melhor) do constructo de Ansiedade, percebe-se que 69% dos respondentes discordam desta afirmação. Com isto, estes respondentes ser menos propensos ao endividamento, já que a prerrogativa de atitudes com os recursos financeiros realizada de forma inadequada está associada ao sentimento de ansiedade, como explicitado por Yamauchi e Templer (1982) e Robert e Jones (2001).

No constructo de Atitude com Cartão de Crédito, verifica-se que na Q1 (Meus cartões de crédito estão no seu limite máximo de crédito (ou seja, eu uso todo o limite de crédito disponível) 87% dos respondentes nunca utilizam os cartões de crédito no seu limite. Este achado pode demonstrar que a maioria dos respondentes utilizam o cartão de crédito adequadamente. Evidência que pode complementar as discussões de Pires (1994), Brandão (2001) e Aroni *et al.* (2019), já que o uso adequado desta modalidade de crédito pode auxiliar na criação de reservas para a aposentadoria, sobretudo, pois, de acordo com os autores, a carreira deste profissional é curta.

Em seguida, os dados referentes as questões de cada constructo foram submetidas a análise fatorial pelo método *Va-ri-max*. Na Tabela 4, apresenta-se também os quanto parâmetros que avaliam a validade das análises fatoriais ao considerar os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), Esfericidade de Bartlett's. Também, demonstra-se a extração dos autovalores e, por sua vez, dos escores fatoriais, em que foram consideradas as questões com variação acima de 0,50 da variância extraída. Além disso, para validar os fatores que correspondem aos constructos, recorreu-se ao teste Alfa de Cronbach.

Tabela 4 - Análise dos coeficientes de correlação da Análise Fatorial

Dimensão		Teste KMO	Teste de Esfericidade de Bartlett's (p value)	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Alfa de Cronbach
Propensão	Fator 1	0.50	0.000	0.93	0.93						0.83
	Fator 2										
Poder	Fator 1	0.68	0.000	0.61	0.87	0.67	0.56	0.84			0.60
	Fator 2			-0.56	-0.24	0.56	0.61	-0.20			-
Sensibilidade	Fator 1	0.79	0.000	0.83	0.76	0.75	0.70	0.69			0.80
	Fator 2										
Ansiedade	Fator 1	0.68	0.000	0.81	0.70	0.51	0.67	0.64	0.45		0.70
	Fator 2			0.04	0.32	-0.68	-0.18	-0.17	0.69		
Atitude	Fator 1	0.60	0.000	0.68	0.50	0.71	0.72	0.55	0.38	0.58	0.65
	Fator 2			0.14	-0.53	-0.46	-0.26	0.19	0.75	0.50	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No teste KMO, verifica-se que todos os constructos (Propensão ao Endividamento, Atitude com Cartão de Crédito, Poder e Prestígio, Sensibilidade ao Preço e Ansiedade) estão adequados a análise fatorial, uma vez que todos foram iguais ou maiores que 0,50. O teste de Esfericidade de Bartlett's demonstra que em todas as análises fatoriais apontam que a matriz de correlações não é igual a matriz identidade. Assim, demonstra que em todos os constructos a análise fatorial realizada é adequada.

No constructo da Propensão ao Endividamento, observa-se que foi composto por apenas um fator que confere a Q1 e Q2. Já, ao considerar outros constructos, como Atitude com Cartão de Crédito, Poder e Prestígio e Ansiedade, percebe-se que a análise fatorial resultou em dois fatores, em que o segundo fator (Fator 2), destes constructos, foram descartados haja vista ter apenas uma questão. Assim, para estes constructos, foram considerados com as questões que se referem ao primeiro fator (Fator 1).

Todas as questões do constructo de Sensibilidade ao Preço foram consideradas, uma vez que correspondem ao mesmo fator (Fator 1) e apresentaram variação acima de 0,50. Além disso, todas as dimensões dos constructos que podem ser analisadas (com pelo menos duas questões e com variação acima de 0,50) foram submetidas ao teste de Alfa

de Cronbach. Os resultados demonstraram que todos os fatores que compreendem aos constructos desta pesquisa são válidos, visto que apresentaram resultado superior a 0,60.

A partir da validade confirmada das dimensões analisadas, pôde-se realizar a estatística descritiva dos dados. Na Tabela 5, apresenta-se os resultados da estatística descritiva dos fatores que compõem os constructos. Destaca-se que se utilizaram variáveis de controle Renda e Escolaridade para ponderar as discussões promovidas por Maseko (2013) quanto a variação do endividamento de acordo a característica pessoal dos jogadores profissionais.

Tabela 5 - Estatística descritiva

Variáveis	P25	Mediana	P75	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	Obs.
Propensão	-0,81	-0,49	0,63	1,00	-0,81	2,50	45
Poder	-0,31	-0,31	-0,10	1,00	-1,25	5,17	45
Sensibilidade	-0,79	-0,07	0,63	1,00	-1,32	2,05	45
Ansiedade	-0,74	-0,34	0,51	1,00	-1,12	2,98	45
Atitude	-0,65	-0,47	0,62	1,00	-1,73	2,63	45
Renda	8,29	8,69	9,55	1,05	6,91	11,92	38
Escolaridade	1,00	1,00	1,00	0,81	1	4	45

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os resultados da análise descritiva das variáveis de interesse desta pesquisa evidenciam, ao considerar a mediana, que o menor fator foi da variável Propensão ao Endividamento com -0,49. Por outro lado, o maior valor da mediana corresponde a variável de Sensibilidade ao Preço, com -0,07.

Na análise das variáveis de controle, percebe-se que a mediana da Renda apresentou valor de 8,69. Este valor corresponde a seis salários mínimos (ao considerar o salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal em todo o território brasileiro para o ano de 2019). Outra variável de controle utilizada nesta pesquisa compreende ao nível de escolaridade dos respondentes. As evidências apontam que a mediana, assim como o percentil 25 e 75 desta variável é igual a 1, em que isto demonstra que a maior parte dos jogadores tem nível de escolaridade menor ou igual ao ensino médio completo. Posteriormente a análise descritiva, realizou-se a análise de correlação de Pearson, com a finalidade de analisar a correlação das conforme apresentado Tabela 6.

Tabela 6 - Matriz de correlação de Pearson

Variáveis	Propensão	Poder	Sensibilidade	Ansiedade	Atitude	Renda	Escolaridade
Propensão	1						
Poder	0,249*	1					
Sensibilidade	-0,024	0,086	1				
Ansiedade	0,353**	0,181	0,226	1			
Atitude	0,207	0,138	0,305**	0,447***	1		
Renda	-0,003	-0,035	-0,115	-0,163	0,078	1	
Escolaridade	-0,214	0,016	0,016	-0,185	-0,195	0,224	1

Legenda: */**/** denotam significância estatística nos níveis bi-caudais de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os resultados da análise de correlação de Pearson da variável dependente, percebe-se que o maior coeficiente de correlação foi da variável Ansiedade com 0,353 seguido da variável Poder e Prestígio, com 0,249. Este resultado pode indicar que o Poder e Prestígio, assim como, Ansiedade podem estar relacionadas com a Propensão ao Endividamento. Quanto a análise da correlação das variáveis independentes, nota-se que nenhum dos resultados apresenta coeficiente acima de 0,70 (correlação forte). De acordo com Gujarati (2009) e Fávero e Belfiore (2017), não há indícios de multicolinearidade para o modelo multivariado. Outro teste realizado confere ao teste de VIF, em que todas as variáveis apresentaram resultado inferior a 5, em que isto demonstra que não há indícios de multicolinearidade, como sugerido por Wooldridge (2010) e Fávero e Belfiori (2015).

Tabela 7 - Modelos multivariados da Propensão ao Endividamento

Variáveis Independentes	Quantil				
	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5
	0,10	0,25	0,50	0,75	0,90
	Coef	Coef	Coef	Coef	Coef
	(Est T)	(Est T)	(Est T)	(Est T)	(Est T)
Poder	0,300 (2,88)***	0,191 (1,87)*	0,176 (1,39)	0,012 (0,02)	-0,143 (-0,31)
Sensibilidade	-0,068 (-0,64)	-0,088 (-0,74)	-0,099 (-0,52)	0,112 (0,31)	-0,306 (-0,74)
Ansiedade	-0,001 (-0,01)	0,091 (0,55)	0,134 (0,45)	0,632 (1,56)	0,894 (2,35)**
Atitude	0,108 (0,64)	0,338 (1,92)*	0,268 (0,69)	-0,334 (-0,70)	-0,088 (-0,21)
Renda	0,010 (0,12)	-0,040 (-0,32)	-0,037 (-0,16)	0,352 (0,86)	0,675 (1,56)
Escolaridade	-0,161 (-0,75)	-0,014 (-0,19)	-0,085 (-0,41)	-0,684 (-1,78)*	-0,491 (-0,92)
Constante	-0,638 (-0,85)	-0,130 (-0,13)	0,077 (0,04)	-1,455 (-0,45)	-4,083 (-1,11)
R2	0,042	0,147	0,257	0,217	0,312
Observações	38				

Legenda: Perfil 1 (Quantil 0,10): Jogadores com baixíssima propensão a se endividar; Perfil 2 (Quantil 0,25): Jogadores com baixa propensão a se endividar; Perfil 3 (Quantil 0,50): Jogadores propensos ao endividamento; Perfil 4 (Quantil 0,75): Jogadores com elevada propensão a se endividar e Perfil 5 (Quantil 0,90): Jogadores com elevadíssima propensão a se endividar. * significância ao nível de 10%; **significância ao nível de 5%; *** significância ao nível de 1%. As regressões foram estimadas a partir do modelo em quantis (0,10; 0,25; 0,50; 0,75 e 0,90), em que foram obtidos a partir das seguintes equações: $PROPENSÃO_i = \beta_0 + \beta_1 PODER_i + \beta_2 SENSIBILIDADE_i + \beta_3 ANSIEDADE_i + \beta_4 ATITUDE_i + \beta_5 RENDA_i + \beta_6 ESCOLARIDADE_i + \varepsilon_i$

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na Tabela 7, demonstra-se que o exercício do poder e prestígio está positivamente relacionado com a propensão ao endividamento dos jogadores do Perfil 1 e 2. Com isso, confirma-se a H1, além de estar conforme a literatura como apresentado por Roberts e Jones (2001). Assim, constata-se que os jogadores com baixíssima e baixa propensão ao endividamento são mais suscetíveis a se endividarem a partir do aumento do exercício do poder e prestígio. Contudo, ressalta-se que isso não ocorre para os jogadores que são propensos ao endividamento ou com elevada ou elevadíssima propensão a se endividar (Perfil 3, 4 e 5, respectivamente).

Na análise da sensibilidade ao preço, observa-se que esta variável não apresenta relação com a propensão ao endividamento de nenhum perfil analisado. Evidência que confirma a rejeição da H2, bem como, diferir da literatura sobre o reflexo da sensibilidade ao preço no endividamento, como abordado por Yamauchi e Templer (1982). A partir deste resultado, entende-se que a sensibilidade ao preço não tem impacto na propensão ao endividamento dos jogadores de futebol, o que pode sinalizar que o aumento de gastos extras não se reflete na propensão ao endividamento destes profissionais. Assim, pode comprometer o planejamento financeiro a longo prazo, especialmente, porque conforme Brandão (2001), Amaral *et al.* (2007) e Aroni *et al.* (2019) a carreira deste profissional é curta.

Outro achado corresponde ao reflexo positivo da ansiedade na propensão ao endividamento apenas para os jogadores do Perfil 5. Desta forma, confirma-se a H3, assim como, verificar que este resultado vai ao encontro das evidências apresentadas por Roberts e Jones (2001). A partir disto, verifica-se que os jogadores com elevadíssima propensão a se endividar são mais sensíveis ao comportamento de ansiedade. Diferentemente, constata-se que os jogadores que pertencem aos demais perfis (Perfil 1, 2, 3 e 4) não tem sua propensão ao endividamento sensível a ansiedade.

A atitude com cartão de crédito está positivamente relacionada com a propensão ao endividamento dos jogadores do Perfil 2. Assim, confirma-se a H4, além de que esta evidência é consoante com os achados expostos nas investigações de Cheema e Soman, (2006), Lo e Harvey (2011) e Wang *et al.* (2011). A partir deste resultado, nota-se que a atitude com o cartão de crédito aumenta a propensão ao endividamento dos jogadores que tem baixa propensão a se endividar. Os demais perfis, especialmente os que apresentam maior propensão ao endividamento (Perfil 4 e 5) não são sensíveis a atitude com cartão de crédito.

Adicionalmente, percebe-se que a escolaridade está negativamente relacionada com a propensão ao endividamento dos jogadores com elevada propensão a se endividar. Por outro lado, destaca-se que esta relação não ocorre para todos perfis de jogadores, na qual pode ser decorrente da predominância dos profissionais com o mesmo nível de escolaridade (ensino médio completo). Adicionalmente, certifica-se que a renda não está relacionada com a propensão ao endividamento. Com isso, o aumento da renda não é um fator que tem reflexo na propensão ao endividamento dos jogadores profissionais de futebol.

Ainda, destaca-se que os modelos multivariados da propensão dos jogadores do Perfil 1 e 2 apresentaram R^2 0,042; 0,147 e 0,257. O que indica que as variáveis independentes destes modelos explicam 4,2%; 14,7% e 25,7% da variação da propensão de endividamento dos jogadores do Perfil 1, 2 e 3. Ainda, o R^2 do modelo multivariado da propensão ao endividamento dos jogadores do Perfil 4 e 5 é de 0,217 e 0,312. Evidência que demonstra que as variáveis independentes do modelo implicam em 21,7% e 31,2% da variação da propensão ao endividamento dos jogadores do Perfil 4 e 5, respectivamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, poder e prestígio, atitude com cartão de crédito e ansiedade explicam a propensão ao endividamento dos jogadores profissionais de futebol. Conclui-se que o poder e prestígio dos jogadores profissionais de futebol está positivamente relacionado a propensão ao endividamento. A partir deste achado, o exercício do poder e prestígio aumenta a propensão ao endividamento dos respondentes que possuem baixíssima e baixa propensão a se endividar. Constatou-se que a atitude com cartão de crédito está positivamente relacionada com a baixa propensão ao endividamento. Outro resultado apresenta que a ansiedade dos jogadores profissionais de futebol (com elevadíssima propensão a se endividar) tem relação com o aumento da propensão ao endividamento.

Neste contexto, o estudo apresenta implicações teórico-empíricas concernentes a temática, conforme ponderado por Maseko (2013), Figueira e Pereira, (2014), Surujlal (2016), Gamble, Garling e Michaelsen (2019) e Santos *et al.*, (2019). Quanto aos constructos, demonstrou-se aplicabilidade e adaptação em uma amostra específica, o que serve como um avanço. Na implicação voltada ao campo, apresentaram-se fatores que são explicativos a propensão ao endividamento dos jogadores profissionais de futebol.

Em âmbito prático, o apoio do setor de recursos humanos dos clubes de futebol, conselheiros, família, como também cursos, é fundamental para lidar com as finanças destes jogadores. Destaca-se que a sensação do poder e prestígio pode ser preditor para o endividamento e que alguns jogadores gozam desta posição. Isso requer equilíbrio e consciência para não gastar em excesso. Deve-se, também, atentar a ansiedade, uma vez conduzir para o endividamento. O resultado do estudo discute da necessidade de gestão das finanças ao longo da carreira ao saber que a atividade finda em período curto, o que este profissional deve pensar de forma contínua no seu pós-carreira. Recomenda-se aos jogadores que procurem os serviços de um profissional contábil como consultor financeiro e que busquem um programa intensivo para se educar sobre orçamento gasto com sabedoria, administrar um negócio, entre outros. Isso permitirá que os jogadores de futebol planejem uma situação financeira sustentável em sua aposentadoria.

Os resultados da investigação requerem parcimônia em vista de suas limitações, em especial o número de respondentes, o que impossibilita resultados mais contundentes e generalizações. Vale salientar que esta pesquisa é embrionária, o que implica na necessidade da realização de mais estudos o que resulta em amadurecimento e aperfeiçoamento do conhecimento científico sobre a realidade financeira destes profissionais. Outros fatores poderão explicar a propensão ao endividamento e que deve incentivar e ser objeto de novas investigações. Contudo, a contribuição desta investigação é gerar reflexões na comunidade acadêmica e profissional, especialmente sobre o papel da educação financeira para que estes profissionais almejem conforto financeiro após a sua carreira, seja em sua aposentadoria ou na mudança de carreira.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- Agresta, M. C., Brandão, M. R. F., & Neto, T. L. D. B. (2009). Impacto do término de carreira esportiva na situação econômica e profissional de jogadores de futebol profissional. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 16(1), 31-38.
- Amaral, P. R. T., Thiengo, C. R., & OLIVEIRA, F. I. D. S. (2007). Os motivos que levaram jogadores de futebol amador a abandonarem a carreira de jogador profissional. *Revista Digital-Buenos Aires-Ano*.
- Aroni, A., Bagni, G., Bocchio, G. L., & Machado, A. A. (2019). Estresse da iniciação esportiva até profissionalização: uma análise exploratória da trajetória de atletas profissionais de Futebol. *RBBF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol*, 11(43), 263-272.
- Bernthal, M. J., Crockett, D., & Rose, R. L. (2005). Credit cards as lifestyle facilitators. *Journal of Consumer Research*, 32(1), 130-145.
- Bourke, A. (2003). The dream of being a professional soccer player: Insights on career development options of young Irish players. *Journal of sport and social issues*, 27(4), 399-419.
- Brandão, M. R. F. (2000). *Fatores de stress em jogadores de futebol profissional*. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Campinas, Campinas.
- Brown, S., Taylor, K., & Price, S. W. (2005). Debt and distress: Evaluating the psychological cost of credit. *Journal of Economic Psychology*, 26(5), 642-663.
- CBF. Confederação Brasileira de Futebol. (2016). *Raio-x do futebol: salário dos jogadores*. Recuperado de <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/raio-x-do-futebol-salario-dos-jogadores>.
- Cheema, A., & Soman, D. (2006). Malleable mental accounting: The effect of flexibility on the justification of attractive spending and consumption decisions. *Journal of Consumer Psychology*, 16(1), 33-44.
- CNC. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. (2016). *Pesquisa nacional de endividamento e inadimplência do consumidor (Peic)*. Recuperado de: <http://www.cnc.org.br/central-doconhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor>.
- Damo, A. S. (2005). *Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Eastwood, D. (1975). Consumer credit and the theory of consumer behavior. *Journal of Behavioral Economics*, 4(1), 39-105.
- Erasmus, A. C., & Lebani, K. (2008). Store cards: is it a matter of convenience or is the facility used to sustain lavish consumption?. *International journal of consumer studies*, 32(3), 211-221.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Elsevier Brasil.
- Feinberg, R. A. (1986). Credit cards as spending facilitating stimuli: A conditioning interpretation. *Journal of consumer research*, 13(3), 348-356.
- Ferreira, R. (2006). Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro: manual de finanças pessoais. São Paulo: IOB Thomson.
- Ferreira, S. E. N. (2013). Uma análise comportamental aos inquiridos sobre endividamento dos particulares em Portugal. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia da Universidade de Porto. Portugal, Porto, 155 f.
- Figueira, R. F., & Pereira, R. D. C. D. F. (2014). Devo, Não Nego, Pago Quando Puder: uma Análise dos Antecedentes do Endividamento do Consumidor. *Revista Brasileira de Marketing*, 13(5), 124-138.
- Fleishman-Hillard (2011). SAFPU and Liberty bring Financial Freedom to the Game. <http://www.insurancegateway.co.za/LifeProfessionals/PressRoom/ViewPress/Irm=5367&URL=SAFPU+and+Liberty+bring+Financial+Freedom+to+the+Game+1>. Accessed on 13/04/2019.
- Frade, C., Lopes, C., Nogueira, C., Magalhaes, S., Brinca, P., & Marques, M. M. L. (2003). Desemprego e sobre endividamento dos consumidores: contornos de uma "ligação perigosa". *Relatório do Observatório do Endividamento dos Consumidores*.
- Gamble, A., Gärling, T., & Michaelsen, P. (2019). Young Adults' Attitudes Toward Borrowing. In *Indebtedness in Early Adulthood* (pp. 65-87). Palgrave Macmillan, Cham.
- Gathergood, J. (2012). Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. *Journal of economic psychology*, 33(3), 590-602.
- Gujarati, D. N. (2009). *Basic econometrics*. Tata McGraw-Hill Education.
- Harnish, R. J., Bridges, K. R., Natarajan, R., Gump, J. T., & Carson, A. E. (2018). The impact of money attitudes and global life satisfaction on the maladaptive pursuit of consumption. *Psychology & Marketing*, 35(3), 189-196.
- Keese, M. (2012). Who feels constrained by high debt burdens? Subjective vs. objective measures of household debt. *Journal of Economic Psychology*, 33(1), 125-141.
- Lachance, M. J. (2012). Young adults' attitudes towards credit. *International Journal of Consumer Studies*, 36(5), 539-548.
- Lavallee, D. (2005). The effect of a life development intervention on sports career transition adjustment. *The sport psychologist*, 19(2), 193-202.
- Lo, H. Y., & Harvey, N. (2011). Shopping without pain: Compulsive buying and the effects of credit card availability in Europe and the Far East. *Journal of Economic Psychology*, 32(1), 79-92.

- Mansfield, P. M., & Pinto, M. B. (2008). Consumer vulnerability and credit card knowledge among developmentally disabled citizens. *Journal of consumer affairs*, 42(3), 425-438.
- Markovich, C. A., & DeVaney, S. A. (1997). College seniors' personal finance knowledge and practices. *Journal of Family and Consumer Sciences*, 89(3), 61.
- Marques, M. M. L. (Coord.), Vitor Neves, Catarina Frade, Flora Lobo, Paula Pinto e Cristina Cruz (2000) - *O endividamento dos consumidores*. Coimbra: Almedina.
- Maseko, J., & Surujlal, J. (2011). Retirement planning among South African professional soccer players: a qualitative study of players' perceptions: job satisfaction in sport. *African Journal for Physical Health Education, Recreation and Dance*, 17(Supplement 2), 157-171.
- Maseko, J., & Surujlal, J. (2013). Financial planning for retirement amongst South African professional soccer players. *Global Business and Technology Association*. 690-696.
- Norum, P. S. (2008). The role of time preference and credit card usage in compulsive buying behaviour. *International Journal of Consumer Studies*, 32(3), 269-275.
- Richers, R. (1984). O enigmático mas indispensável consumidor: teoria e prática. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, 19(3).
- Roberts, J. A., & Jones, E. (2001). Money attitudes, credit card use, and compulsive buying among American college students. *Journal of consumer affairs*, 35(2), 213-240.
- Santos, D. B., Mendes-Da-Silva, W., Norvilitis, J. M., & da Silva Flores, E. (2019). Credit Card and Financial Well-Being Among Females. In *Individual Behaviors and Technologies for Financial Innovations* (pp. 97-116). Springer, Cham.
- Sevim, N., Temizel, F., & Sayılır, Ö. (2012). The effects of financial literacy on the borrowing behaviour of Turkish financial consumers. *International Journal of Consumer Studies*, 36(5), 573-579.
- SPC. Serviço de Proteção ao Crédito. (2016). *Análise da educação financeira: habilidades*. Recuperado de: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimpressa/wp-content/uploads/2016/04/Analise-Educacao-Financeira-Habilidades1.pdf>.
- Surujlal, J. (2016). Influence of organizational support on retirement planning and financial management of professional soccer players. *Polish Journal of Management Studies*, 13(2), 164-174.
- Tokunaga, H. (1993). The use and abuse of consumer credit: Application of psychological theory and research. *Journal of economic psychology*, 14(2), 285-316.
- Vickers, E. (2014). Life after sport: Depression in the retired athlete. *The Sport in Mind*. <http://believeperform.com/wellbeing/life-after-sport-depression-in-retired-athletes/>, Accessed on: 29.05.2019.
- Wang, J., & Xiao, J. J. (2009). Buying behavior, social support and credit card indebtedness of college students. *International Journal of Consumer Studies*, 33(1), 2-10.
- Wang, L., Lu, W., & Malhotra, N. K. (2011). Demographics, attitude, personality and credit card features correlate with credit card debt: A view from China. *Journal of economic psychology*, 32(1), 179-193.
- Wang, L., Lv, W., & Jiang, L. (2011). The impact of attitude variables on the credit debt behavior. *Nankai Business Review International*, 2(2), 120-139.
- Wickramasinghe, V., & Gurugamage, A. (2009). Consumer credit card ownership and usage practices: empirical evidence from Sri Lanka. *International Journal of Consumer Studies*, 33(4), 436-447.
- Wooldridge, J. M. (2015). *Introductory econometrics: A modern approach*. Nelson Education.
- Xiao, J. J., Tang, C., Serido, J., & Shim, S. (2011). Antecedents and consequences of risky credit behavior among college students: Application and extension of the theory of planned behavior. *Journal of Public Policy & Marketing*, 30(2), 239-245.
- Yamauchi, K. T., & Templer, D. J. (1982). The development of a money attitude scale. *Journal of personality assessment*, 46(5), 522-528.

EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS DOS INGRESSANTES NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UM ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

PROFESSIONAL EXPECTATIONS OF UNDERGRADUATE STUDENTS IN ACCOUNTING: A STUDY IN AN HIGHER EDUCATION INSTITUTION

O artigo foi aprovado e apresentado no XIX USP International Conference in Accounting, realizado de 24/07 a 26/07 de 2019, em São Paulo (SP)

RESUMO

Na área de contabilidade, a demanda é por profissionais qualificados, providos de habilidades, conhecimentos específicos e que estejam preparados para enfrentar as questões envolvendo as atribuições da área em que atuam, podendo gerar a expectativa de uma boa remuneração, estabilidade e segurança no emprego. Diante disso, este estudo teve como objetivo investigar quais são as expectativas profissionais dos alunos que ingressaram, em 2018, no curso de graduação em Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior pública. Neste sentido, espera-se que identificar as expectativas profissionais dos estudantes ingressantes possa colaborar com a instituição e seus docentes, pois conhecendo as pretensões dos estudantes, é possível realizar uma adequação nos projetos pedagógicos, tornando-os mais adequados ao perfil desses discentes e buscando atender melhor aos seus interesses. Trata-se de uma investigação descritiva, do tipo *survey*, com abordagem quantitativa, sendo utilizada na análise a estatística descritiva e a análise fatorial exploratória. Dessa forma, os resultados revelam que a maioria dos alunos é do gênero feminino e tem até 25 anos de idade. Suas expectativas indicam interesse em prestar concursos públicos e atuar na área financeira e de auditoria, tendo pouco interesse nas áreas trabalhista e de contabilidade do agronegócio. Sobre as recompensas profissionais esperadas, grande parte dos estudantes deseja ganhar um bom salário e demais benefícios. Já por meio da análise fatorial, observou-se que as expectativas profissionais dos estudantes se relacionam com a atuação em empresas de terceiros, na condição de profissional liberal e com cargos que proporcionem *status* e estabilidade.

Palavras chave: Expectativas profissionais, Estudante de Ciências Contábeis, Perfil do ingressante, Recompensas profissionais.

ABSTRACT

In the accounting area, the demand is for qualified professionals, provided with skills, specific knowledge and prepared to face the issues involving the attributions of the area in which they operate, which can generate the expectation of good remuneration, stability and job security. Given this, this study aimed to investigate what are the professional expectations of students who entered in 2018, in the undergraduate course in Accounting, from a public higher education institution, based on Expectation Theory. In this sense, it is hoped that identifying the professional expectations of incoming students can collaborate with the institution and its teachers, because knowing the students' pretensions, it is possible to adjust the pedagogical projects, making them more appropriate to the students' profile and seeking to meet best for your interests. This is a descriptive survey, with a quantitative approach, using descriptive statistics and exploratory factor analysis. The results reveal that most students are female and up to 25 years old. Their expectations indicate an interest in public procurement, financial and auditing, and little interest in labor and agribusiness accounting. Regarding the expected professional rewards, most students want to earn a good salary and other benefits. Through factor analysis, it was observed that students' professional expectations are related to their performance in third-party companies, as liberal professionals and with positions that provide status and stability.

Keywords: Professional Expectations, Accounting Student, Newcomer Profile, Professional Rewards.

Deise Ferreira

Especialista em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Especialista em Controladoria e Finanças pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Contato: Rua Jorge Carvalho de Campos Moraes, 354, Cassino, Rio Grande, RS, CEP: 96.209-230. E-mail: ferreira_deise@hotmail.com

Alexandre Costa Quintana

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Docente dos cursos de graduação e pós-graduação de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Contato: Rua Chefe Carlos de Araújo, 166, Cassino, Rio Grande, RS, CEP: 96.206-210. E-mail: professorquintana@hotmail.com

Ana Paula Capuano da Cruz

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista e Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Docente dos cursos de graduação e pós-graduação de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Contato: Rua Rua Karlo Harazim, 83, Vila São Jorge, Rio Grande, RS, CEP: 96.203-210. E-mail: anapaulacapuanocruz@hotmail.com

Débora Gomes de Gomes

Pós-Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Docente dos cursos de graduação e pós-graduação de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Contato: Rua Karlo Harazim, 71, Vila São Jorge, Rio Grande, RS, CEP: 96.203-210. E-mail: debora_furg@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a área da contabilidade é bastante ampla e proporciona muitas oportunidades de carreira, permitindo que haja boas perspectivas profissionais com diversas alternativas de atuação (Scarpin & Almeida, 2010). Marion e Santos (2000, p. 3), afirmam que “num sentido prático, a primeira maneira de avaliar as perspectivas de uma atividade profissional é saber se existem bons empregos nesta área”. De acordo com os autores, as pesquisas apontam que a área contábil além de oferecer ao profissional uma certa garantia da existência de empregos, também proporciona uma remuneração significativa, em comparação a outras profissões (Marion & Santos, 2000). Dentre as várias opções de atuação, além da função de contador, o profissional contábil pode exercer cargos de consultor, assessor, auditor interno e externo, perito, *controller*, professor e etc. Sendo que tais atividades podem ser realizadas em empresas privadas, no serviço público e na condição de autônomo ou profissional liberal (Resolução CFC, 1993).

Apesar das amplas oportunidades de carreira que o graduado em Ciências Contábeis tem, em virtude do constante processo de mudanças, principalmente no que diz respeito à legislação e pelas novas regras que surgem a cada dia, o mercado de trabalho busca profissionais qualificados, providos de habilidades, conhecimentos específicos e que estejam preparados para enfrentar as questões que envolvem as atribuições da área em que atuam (Pires, 2008; Panucci Filho, 2011; Santos & Almeida, 2017). Essa necessidade provoca grande influência na escolha da profissão, assim como a expectativa de uma boa remuneração, estabilidade e segurança no emprego (Marion, & Santos, 2000; Bomtempo, 2005; Panucci Filho, 2011; Peleias, Nunes, & Carvalho, 2017).

Dados do Censo da Educação Superior realizado no ano de 2016, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, demonstram que, entre o ano de 2009 a 2016, mais de 933 mil estudantes ingressaram no curso de Ciências Contábeis, em instituições brasileiras (INEP, 2016). Devido ao número de novos estudantes que ingressam no curso, as Instituições de Ensino Superior (IES) enfrentam o desafio de acompanhar os ingressantes, principalmente no que diz respeito às suas escolhas e expectativas profissionais, pois com as inúmeras possibilidades de atuação, há uma grande dificuldade na definição das atividades que o futuro egresso deseja exercer (Peleias, Guimarães, Silva, & Ornelas, 2008; Schmidt, Ott, Santos, & Fernandes, 2012; Miranda, Araujo, & Miranda., 2015).

Na literatura brasileira, utilizando como meio de busca o portal de periódicos CAPES/MEC e a base SPELL, foram encontrados poucos trabalhos que investigaram as expectativas dos estudantes ingressantes do curso de Ciências Contábeis, que é o caso dos estudos de Miranda et al. (2015) e Lagioia, Santiago, Gomes, e Ribeiro Filho (2007), sendo que nesse os autores utilizaram como amostra os alunos que estavam cursando do 1º ao 9º semestre, verificando as expectativas que eles tinham quando ingressaram no curso. Nos estudos de Panucci Filho (2011), Schmidt et al. (2012) e Marques, Dias e Silva (2016) apesar de terem sido verificadas as expectativas e perspectivas profissionais dos estudantes, a pesquisa não foi realizada com os ingressantes. Já Peleias et al. (2017) utilizaram como amostra os ingressantes, porém buscaram identificar os fatores determinantes na escolha do curso, em que foram citadas pelos estudantes algumas possibilidades de carreira futura desejadas por eles. Nesse sentido, torna-se relevante um estudo sobre as expectativas profissionais dos alunos que ingressam no curso de Ciências Contábeis.

Diante o exposto, formulou-se e buscou-se a resposta à seguinte questão de pesquisa: **Quais são as expectativas profissionais dos alunos que ingressaram, em 2018, no curso de graduação em Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior pública?** Sendo assim, o objetivo geral do estudo é investigar junto aos alunos que ingressaram no curso de graduação em Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior pública, no ano de 2018, quais são suas expectativas profissionais.

Justifica-se a realização deste estudo em função das dificuldades que as instituições têm para conhecer os alunos ingressantes e os seus intentos profissionais, uma vez que a área contábil proporciona um amplo campo de atuação (Miranda et al., 2015; Peleias et al., 2017).

Dessa forma, espera-se que a identificação das expectativas profissionais dos alunos ingressantes possa contribuir com as IES, coordenadores de curso, Conselhos Regionais de Contabilidade, sindicatos profissionais, colégios e outros agentes interessados na área e na divulgação da carreira contábil, pois o conhecimento da profissão pode fazer com que a escolha pelo curso seja feita de forma mais consciente, visto que muitos estudantes escolhem cursar Ciências Contábeis pelo número elevado de vagas disponíveis. Além disso, os resultados encontrados podem colaborar com a universidade e com o seu corpo docente, em razão de que, ao conhecer as pretensões dos alunos, é possível realizar uma adequação nos projetos pedagógicos, tornando-os mais próximos do perfil dos estudantes e buscando atender melhor aos seus interesses. Tal fato se dá uma vez que a formação recebida pelo aluno, durante sua trajetória no curso escolhido, poderá influenciar as suas expectativas, escolhas profissionais e satisfação pelo curso e instituição de ensino (Lagioia et al., 2007; Peleias & Nunes, 2015; Miranda et al., 2015; Peleias et al., 2017).

2. REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção trabalha com o referencial da Literatura sobre o tema, com o propósito de gerar subsídios para o andamento da pesquisa, e são eles: a profissão contábil e as expectativas profissionais.

2.1 A Profissão Contábil

A contabilidade é apontada como um sistema de informação, sendo considerada uma ferramenta essencial para auxiliar a administração da empresa. É por meio dela que os dados econômicos são coletados, mensurados monetariamente, registrados e processados em forma de relatórios, produzindo informações úteis aos seus usuários e contribuindo no processo de tomada de decisão (Marion, 2008). Pelo fato da contabilidade ser direcionada à gestão da empresa e à tomada de decisão por parte dos sócios, credores, investidores e outros tipos de usuários, ela deve ser vista de forma abrangente (Pinheiro, 2008). Sendo assim, Marion (2008) destaca que “A contabilidade é a linguagem dos negócios.” (p. 24)

De acordo com Lagioia et al. (2007) a contabilidade por ser interligada com a administração, economia, estatística e outras disciplinas relacionadas, prepara o estudante para ser um profissional que está apto a exercer uma diversidade de funções no mercado de trabalho. A esse respeito, Marion (2008) ressalta que “A Contabilidade é uma das áreas que mais proporciona oportunidades para o profissional.” (p. 27)

O profissional de contabilidade tem a possibilidade de atuar em empresas privadas, no ensino e em órgãos públicos, exercendo diversas funções que, muitas vezes, por terem relação entre elas, permite a atuação em mais de um ramo. Também é possível atuar de forma independente, em que alguns profissionais se tornam empresários da área contábil (Resolução CFC, 1983; Marion, 2008; Panucci Filho, 2010). Na Tabela 1 são expostas algumas funções que podem ser exercidas pelo graduado em Ciências Contábeis.

Tabela 1 - Alternativas de atuação do profissional contábil

Campo de Atuação	Função
Empresa	Contador Geral, Auditor Interno, Controller, Analista Financeiro, Cargos Administrativos, Planejador Tributário, entre outras.
Independente (Autônomo)	Auditor Independente, Perito Contábil, Empresário Contábil, Consultor Contábil, entre outras.
Ensino	Pesquisador, Escritor, Professor, entre outras.
Órgão Público	Contador Público, Fiscal de Tributos, Controlador de Arrecadação, entre outras.

Nota: Fonte: Adaptado de Marion (2008).

Das diversas alternativas profissionais existentes na área contábil, há preferência em exercer o cargo de Contador, sendo que, para exercê-lo, o bacharel em Ciências Contábeis necessita ser aprovado no exame de suficiência, que é realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade, obtendo assim o seu registro profissional junto ao Conselho de sua região (Peleias & Nunes, 2015; Resolução CFC, 2015).

Na área pública o contador tem função específica, pois de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, há necessidade de ação planejada e transparente, objetivando a prevenção de riscos e correção de possíveis desvios que podem afetar o equilíbrio das contas públicas. Desse modo, o contador deve realizar suas atividades em conformidade com o estabelecido na Lei (Lei Complementar nº 101/2000), a respeito disso, Pinheiro (2008) diz que cabe ao contador o “assessoramento sobre a aplicação dos gastos públicos e gestor das informações contábeis contidas no orçamento, fazendo com que os princípios legais sejam cumpridos.” (p. 24-25)

Por se tratar de uma profissão com amplitude de atuação, o Conselho Federal de Contabilidade, por intermédio da Resolução CFC nº 560/1983, alterada pela Resolução CFC nº 898/2001, definiu as atribuições que devem ser exercidas exclusivamente pelo profissional contábil e as que podem ser desempenhadas por outros profissionais, tais como: advogados, administradores, economistas, engenheiros entre outros, chamadas de atividades compartilhadas (Resolução CFC, 1983, 2001). Das atribuições privativas definidas pelo CFC, a Tabela 2 apresenta algumas delas.

Tabela 2 - Atividades privativas e compartilhadas**ATIVIDADES PRIVATIVAS DO PROFISSIONAL CONTÁBIL**

- avaliação de acervos patrimoniais e verificação de haveres e obrigações, para quaisquer finalidades, inclusive de natureza fiscal.
- apuração do valor patrimonial de participações, quotas ou ações.
- concepção dos planos de determinação das taxas de depreciação e exaustão dos bens materiais e dos de amortização dos valores imateriais, inclusive de valores diferidos.
- revisões de balanços, contas ou quaisquer demonstrações ou registros contábeis.
- fiscalização tributária que requeira exame ou interpretação de peças contábeis de qualquer natureza.
- magistério das disciplinas compreendidas na Contabilidade, em qualquer nível de ensino, inclusive no de pós-graduação.

Nota: Fonte: Adaptado da Resolução do CFC (CFC, 1983, 2001).

Já como atividades compartilhadas definidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, ou seja, aquelas que não são exclusivas do profissional de contabilidade, a Tabela 3 apresenta alguns exemplos.

Tabela 3 - Atividades compartilhadas**ATIVIDADES COMPARTILHADAS**

- elaboração de projetos e estudos sobre operações financeiras e qualquer natureza, inclusive de debêntures, “leasing” e “lease-back”.
- análise de sistemas de seguros e de fundos de benefícios.
- concepção, redação e encaminhamento, ao Registro Público, de contratos, alterações contratuais, atas, estatutos e outros atos das sociedades civis e comerciais.
- elaboração de planos técnicos de financiamento e amortização de empréstimos, incluídos no campo da matemática financeira.
- elaboração e análise de projetos, inclusive quanto à viabilidade econômica.
- execução de tarefas no setor financeiro, tanto na área pública quanto privada.
- elaboração de cálculos, análises e interpretação de amostragens aleatórias ou probabilísticas.

Nota: Fonte: Adaptado da Resolução do CFC (CFC, 1983, 2001).

Ainda que o CFC estabeleça que o magistério contábil seja uma atividade exclusiva do contador, Pires (2008) destaca que o conselho não tem autoridade para impedir que outros profissionais exerçam esta atividade. Visto que, em muitos casos, o ensino contábil é praticado por profissionais não graduados em Ciências Contábeis, mas que possuem mestrado ou doutorado na área (Pires, 2008).

Diante do exposto sobre a profissão contábil, é possível afirmar que o estudante que escolhe o curso de graduação em Ciências Contábeis poderá seguir vários caminhos, no que se referem a sua profissão, devido à abundância de possibilidades de atuação do profissional de contabilidade (Panucci Filho, 2011).

2.2 Expectativas Profissionais

Entende-se por expectativa a força do desejo para que os objetivos individuais sejam atingidos, a expressão “expectativa” tem um sentido de visão no futuro e relaciona-se com os projetos dos indivíduos, tanto pessoais, quanto profissionais (Reis Neto & Marques, 2003; Simões, 2008). Para Panucci Filho (2010) “os indivíduos de maneira geral, movidos por perspectivas, procuram suprir necessidades elementares, em muitos casos a sobrevivência” (p. 30).

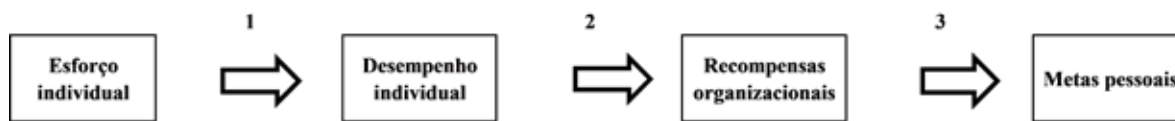
Segundo Lobos (1975) “o conceito de expectativa refere-se à percepção que o indivíduo tem das mudanças em seu nível de desempenho” (p. 21). Para Simões (2008) só existe expectativa se houver uma atitude reflexiva. Quanto à criação das expectativas, Simões (2008) expõe que, em função da adoção de valores, origem sócio-econômica e ambiente em que vivem, os indivíduos criam expectativas e investem em um projeto profissional e de vida, estabelecendo estratégias e utilizando todas as ferramentas disponíveis para a concretização dos seus objetivos.

Victor Vroom desenvolveu no ano de 1964 a teoria da expectativa, que é uma das teorias a respeito da motivação mais aceitas na Literatura (Freitas & Freire, 2007). Ela é considerada uma teoria de processo que estuda as ligações entre as variáveis dinâmicas, tais como: clima, estrutura disponível e oportunidades de tomada de decisão, dentre outras,

explicando assim, o comportamento dos indivíduos no trabalho (Castro, Nishimura, Silva, Madureira, & Casado, 2007; Robbins, Judge, & Sobral, 2010).

Sobre a teoria da expectativa, Robbins (2005) salienta que a mesma defende “que a força da tendência para agir de determinada maneira depende da força da expectativa de que esta ação trará certo resultado, e da atração que este resultado exerce sobre o indivíduo” (p. 148). Para o autor, a essência da teoria da expectativa é entender quais são os objetivos dos indivíduos e as relações entre esforço, desempenho, recompensa e alcance de metas pessoais (Robbins, 2005).

Figura 1- Teoria da Expectativa



Fonte: Adaptado de Robbins (2005).

Maximiano (1997) destaca que a teoria da expectativa busca explicar qual é o efeito que a recompensa tem sobre a vontade das pessoas em executar algum tipo de esforço. Sob o mesmo ponto de vista, Vergara (2003) diz que se um colaborador deseja receber elogios de seu chefe e acredita que trabalhar após o expediente fará com que isso aconteça, então ele trabalhará. No contexto acadêmico, Maximiano (1997) exemplifica a teoria da expectativa pelo estudante que pretende ingressar na universidade e, para isso, necessita primeiramente ser aprovado no processo seletivo da instituição desejada, sendo que, para conseguir a aprovação, será necessário estabelecer um intenso programa de estudo. Nesse caso, ingressar na universidade é considerado a recompensa, obter a aprovação no processo seletivo, o desempenho e o estudo realizado, ou seja, o esforço (Maximiano, 1997).

Também é de suma importância salientar que ao tratar da teoria da expectativa, muito se fala sobre recompensas, Hipólito (2004) considera recompensa aquilo que é concedido aos colaboradores em troca da realização de tarefas de modo que, segundo Dutra (2009), as recompensas podem ser apontadas como o atendimento das expectativas e necessidades dos indivíduos.

Existem duas maneiras de recompensar um indivíduo pela execução de alguma atividade: as financeiras, que estão relacionadas ao dinheiro e as não financeiras, que se referem a fatores que influenciam a satisfação do indivíduo (Hipólito, 2004; Alves, Silva & Oliveira, 2017). São exemplos de recompensas financeiras: salários e demais benefícios, prêmio individual pelo desempenho, participação nos lucros, etc. E como exemplos de recompensas não financeiras pode-se citar: reconhecimento profissional, crescimento pessoal, estabilidade no emprego, entre outros (Freitas & Freire, 2007; Alves et al., 2017).

Diante ao exposto, é possível dizer que, tanto no ambiente profissional, quanto no meio acadêmico, um indivíduo sente-se motivado em fazer algo quando acredita que terá um bom resultado e obterá recompensas, monetárias ou não, que irão satisfazer seus intentos pessoais. Sendo que, a eficácia da recompensa está diretamente vinculada à necessidade do indivíduo que é representada por seu objetivo pessoal (Maximiano, 1997; Robbins, 2005; Alves et al., 2017).

Na tentativa de avaliar as percepções e perspectivas dos estudantes nos últimos anos, algumas pesquisas têm sido realizadas, (Lagioia et al., 2007). Dessa forma, cabe destacar alguns estudos, utilizados na presente pesquisa, em que os autores buscaram conhecer as perspectivas dos estudantes. Nesse sentido, Panucci Filho (2010) apontou em sua dissertação que a maior parte dos estudantes tem como objetivo progredir profissionalmente, aumentar sua renda e ampliar seus conhecimentos para melhorar seu nível de educação.

Buscando conhecer as expectativas dos discentes, Lagioia et al. (2007) realizaram um estudo, junto aos alunos que estavam cursando do 1º ao 9º semestre do curso de Ciências Contábeis, em que o objetivo era examinar quais as suas expectativas profissionais, quando ingressaram na universidade, bem como verificar se essas expectativas foram mantidas ou modificadas no decorrer do curso. No que tange às expectativas iniciais, os autores constataram que mais de 40% dos estudantes pesquisados responderam que, ao escolher o curso de Ciências Contábeis, tinham como expectativa passar em um concurso público e 36,70% manifestaram que a intenção era de trabalhar em empresas de terceiros, ocupando o cargo de contador ou auditor.

Na pesquisa desenvolvida por Miranda et al. (2015) foi analisado o perfil e as expectativas dos ingressantes do curso de Ciências Contábeis e os autores concluíram que a maioria dos alunos tem como expectativa profissional futura ser empregado de grandes empresas, proprietário de um escritório de contabilidade e atuar na área contábil do setor público. Sendo que, uma pequena parte dos alunos tem interesse em exercer funções fora da área contábil no setor público.

Quanto à área de atuação, Miranda et al. (2015) apuraram que existe uma preferência pelas áreas de contabilidade geral/financeira, fiscal/tributária, auditoria e controladoria. No estudo de Marques, Dias e Silva (2016), os autores destacaram a auditoria e a perícia como áreas de maior interesse, por parte dos estudantes, e no que diz respeito às áreas de menor interesse, 50% dos respondentes indicaram ensino e pesquisa em contabilidade e contabilidade do agronegócio. No entanto, cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada com alunos que estavam cursando o 2º, 5º e 8º semestre e não somente com ingressantes.

3. METODOLOGIA

Com o propósito de verificar as expectativas profissionais dos alunos que ingressaram em 2018, no curso de graduação em Ciências Contábeis de uma IES pública, foi realizada uma pesquisa descritiva, pois segundo Gil (2002) estudos descritivos têm como objetivo principal descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre as variáveis da pesquisa. Em relação à coleta de dados, a tipologia adotada foi o levantamento, ou *survey*, visto que, buscou-se obter informações de um grupo de indivíduos, interrogando-os diretamente sobre os dados que se pretende conhecer (Gil, 2002; Silveira & Córdova, 2009). Já para a análise e interpretação dos dados coletados, foi utilizada a abordagem quantitativa, uma vez que essa abordagem é caracterizada pelo uso de instrumentos estatísticos (Raupp & Beuren, 2013).

A população alvo da pesquisa foi definida pela acessibilidade e é composta pelos estudantes que ingressaram no curso de graduação em Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior pública em 2018. Na instituição, atualmente, são disponibilizadas 100 vagas, com ingresso anual, por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU e o curso é oferecido no turno da noite, na modalidade presencial e com a duração mínima de oito semestres letivos em razão do regime de matrícula semestral (IES, 2018).

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário dividido em dois blocos, o primeiro bloco contém 12 questões fechadas sobre o perfil do estudante, extraídas dos questionários de Panucci Filho (2010) e Nunes (2014). O segundo bloco é composto de 30 assertivas, com as respostas obedecendo a uma escala do tipo *Likert* de cinco pontos, variando de “discordo totalmente” até “concordo totalmente”, os quais, de acordo com Brandalise e Bertolini (2013), requerem que os participantes da pesquisa assinalem seus níveis de concordância ou discordância com as afirmativas que se referem às atitudes que estão sendo verificadas. Do total das assertivas pertencentes ao segundo bloco, 13 são a respeito das expectativas profissionais dos estudantes e 7 acerca das áreas de atuação que os interessam, sendo todas retiradas e elaboradas a partir dos estudos de Lagioia et al. (2007), Panucci Filho (2010), Schmidt et al. (2012), Miranda et al. (2015) e Marques et al. (2016). As demais são referentes às recompensas profissionais esperadas pelos estudantes e foram baseadas nos resultados dos estudos desenvolvidos por Freitas e Freire (2007), Costa, Salles e Fontes Filho (2010) e Alves et al. (2017).

Tendo em vista o objetivo de investigar os alunos ingressantes no ano de 2018 e o fato do instrumento de pesquisa ter sido aplicado no segundo semestre letivo, foi escolhida a disciplina de Contabilidade Intermediária, na qual estavam matriculados os ingressantes no primeiro semestre do mesmo ano. Para o pré-teste, que teve a finalidade de testar e validar o questionário, devido ao ingresso anual, foi escolhida a turma de Contabilidade Básica II, em que a maioria dos estudantes ingressaram no curso no segundo semestre de 2017. Cabe ressaltar que o curso passou por mudanças recentemente, tanto no currículo, quanto no ingresso, sendo que até o ano de 2017 o ingresso de novos alunos ocorria semestralmente.

O pré-teste foi aplicado no mês de outubro de 2018, de forma presencial, junto aos 27 alunos que estavam presentes na aula da disciplina de Contabilidade Básica II, pertencente ao currículo antigo do curso. Em um segundo momento, no mesmo mês, após a correção dos equívocos constatados na fase de pré-teste, o questionário foi aplicado novamente, também de forma presencial, porém com os alunos da disciplina de Contabilidade Intermediária, que faz parte do currículo novo. Na ocasião, dos 64 alunos matriculados na disciplina, estavam presentes 57 e todos colaboraram com a pesquisa, os demais não foram localizados. Em virtude de todos os questionários terem sido utilizados, a amostra da pesquisa foi composta pelos estudantes que responderam o instrumento de pesquisa.

Quanto à análise dos dados, inicialmente foi realizada a análise descritiva dos resultados de todas as questões e assertivas contidas no questionário. Posteriormente, utilizando as respostas referentes às expectativas profissionais dos estudantes, foi executado com o auxílio do software IBM SPSS *statistics* 23®, o teste estatístico chamado análise fatorial exploratória, sendo escolhido o método de extração Análise de Componente Principal e o método de rotação Varimax com Normalização de Kaiser. Esse teste tem como intuito principal simplificar a informação que é trazida em diversas variáveis em um conjunto de dados menor denominados de fatores, com mínima perda de informação, permitindo avaliar o quanto cada fator está associado a cada variável (Fávero, Belfiore, Silva, & Chan, 2009; Hair Jr., Black, Babin, Anderson, & Tatham, 2009).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise descritiva das respostas das doze questões sobre o perfil dos ingressantes aponta que 58% da amostra é composta por estudantes do gênero feminino e 42% do gênero masculino. Na pesquisa realizada por Miranda et al. (2015) tal característica também é observada, porém, em estudo anterior elaborado por Lagioia et al. (2007) os resultados indicam que a maior parte dos estudantes é do sexo masculino. Tal diferença no gênero, pode indicar que nos últimos anos ocorreu uma mudança no perfil daqueles que procuram o curso, em virtude das transformações ocorridas na área profissional, visto que as mulheres vêm ocupando maior espaço no mercado de trabalho, que anteriormente era predominantemente ocupado por homens (Panucci Filho, 2011).

Em relação à faixa etária, 70% possuem até 25 anos de idade, 25% entre 26 e 35 anos e 5% entre 36 e 45 anos. Quanto ao estado civil, observou-se uma predominância de estudantes solteiros (74%).

No que se refere ao ensino médio dos respondentes, foi questionado o tipo de escola frequentada, a modalidade de ensino e o ano de conclusão. Os resultados encontrados estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Ensino Médio

Você cursou em:	
Escola pública	81%
Escola particular	11%
Ambas	8%
Você frequentou:	
Ensino médio regular	84%
EJA (supletivo)	4%
Cursos técnicos	12%
Em que ano você concluiu?	
Até 2000	7%
Entre 2001 e 2016	75%
Em 2017	18%

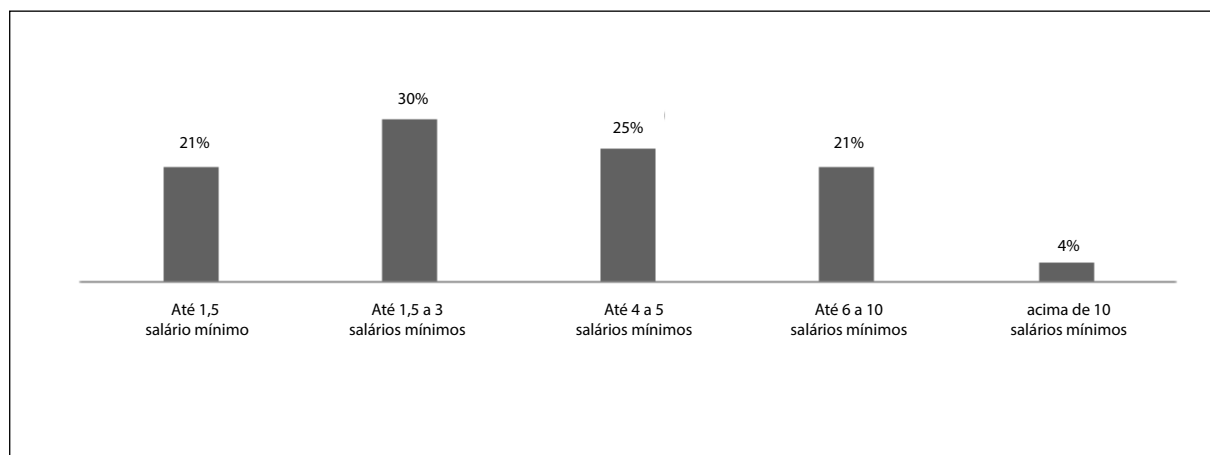
Nota: Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos estudantes pesquisados é egressa do ensino público (81%), concluiu o curso entre o ano de 2001 e 2017 (93%) e cursou o Ensino Médio na modalidade regular (84%). Salienta-se que dos 12% que frequentaram cursos técnicos, 5% realizaram o curso Técnico em Contabilidade.

Também foi questionado se os estudantes haviam iniciado algum outro curso superior, verificando-se que 61% estão realizando um curso superior pela primeira vez e 39% já iniciaram, sendo que apenas 12% conseguiram concluir. Além disso, foi constatado que mais de 50% dos estudantes não participaram de curso preparatório para o ENEM.

Quanto à atividade remunerada, a maior parte dos estudantes (68%) trabalha em atividade remunerada, sendo 40% em área não relacionada com contabilidade e 18% em atividade relacionada à contabilidade, os demais (42%) não trabalham. Resultado que difere do encontrado no estudo de Peleias et al. (2017), em que mais de 50% dos estudantes trabalhavam em atividade relacionada à contabilidade quando ingressaram no curso e apenas 20% não trabalhavam em atividade remunerada.

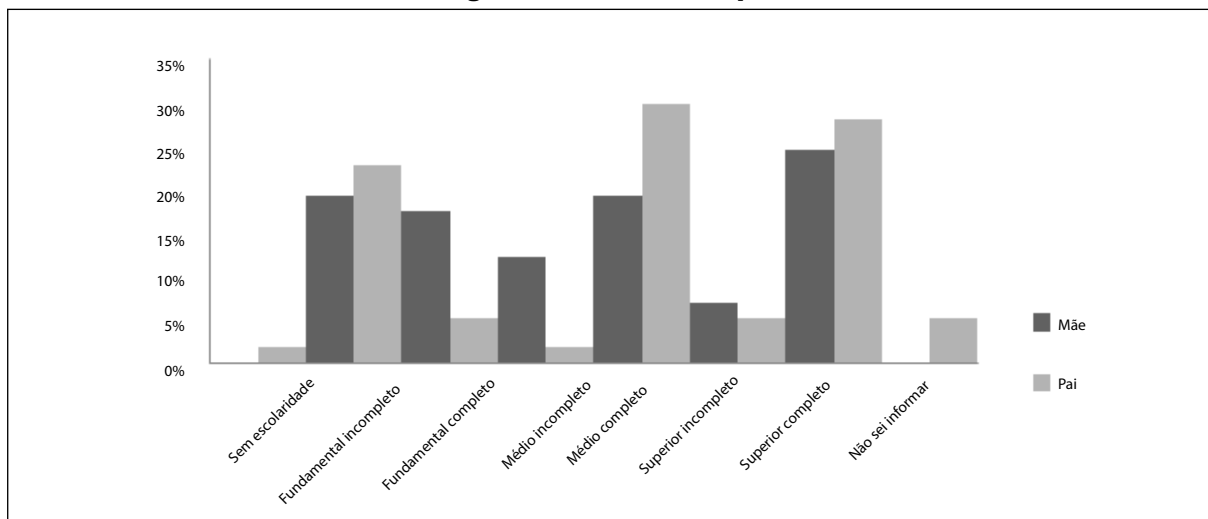
A respeito da renda familiar, houve um equilíbrio nos resultados, com exceção daqueles que possuem renda acima de 10 salários mínimos, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Renda familiar

Fonte: Dados da pesquisa.

Indagados sobre a escolaridade dos pais, todos os estudantes informaram a escolaridade da mãe e apenas 5% dos estudantes não souberam informar a escolaridade do pai. Os resultados estão apresentados na Figura 3.

Figura 3 - Escolaridade dos pais



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme observado na Figura 3, em relação à escolaridade da mãe, a maior parte dos estudantes informou que ela possui ensino superior completo (25%), já sobre a escolaridade do pai, 30% responderam que ele concluiu até o Ensino Médio e 28% que ele possui Ensino Superior completo.

A respeito das trinta assertivas do segundo bloco, em que se buscou verificar as expectativas profissionais dos ingressantes, áreas de atuação de maior e menor interesse e também identificar quais as recompensas profissionais esperadas por eles, as frequências obtidas nas respostas dos estudantes são apresentadas a seguir.

Em relação às expectativas profissionais, foram indicadas algumas possibilidades de atuação. Salienta-se que nas afirmativas “montar um escritório de contabilidade”, “atuar como *controller*”, “ser contador em empresa privada de pequeno/médio porte” e “ainda não sei o que fazer quando concluir o curso” houve 2% de abstenção em cada uma delas. A Tabela 5 apresenta os resultados encontrados.

Tabela 5 - Expectativas Profissionais

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
Concurso na área contábil	2%	2%	4%	21%	72%
Concurso em qualquer área	12%	12%	14%	37%	25%
Montar um escritório de contabilidade	12%	14%	40%	19%	12%
Atuar no ensino, como professor ou pesquisador da área contábil	37%	21%	11%	16%	16%
Conduzir os negócios da família	35%	11%	25%	18%	12%
Atuar como consultor contábil	12%	4%	33%	39%	12%
Atuar como perito contábil	11%	5%	25%	30%	30%
Atuar como controller	7%	4%	54%	25%	9%
Atuar como auditor interno/externo	9%	5%	28%	37%	21%
Contador em empresa privada de pequeno/médio porte	4%	12%	37%	32%	14%
Contador em empresa privada de grande porte	2%	5%	35%	33%	23%
Não quero trabalhar na área contábil	79%	14%	4%	4%	0%
Ainda não sei o que fazer quando concluir o curso	44%	18%	14%	14%	9%

Nota: Fonte: Dados da pesquisa.

Utilizando os pontos “concordo” e “concordo totalmente”, pode-se dizer que há uma preferência em ingressar na carreira pública, visto que, 93% dos estudantes pretendem prestar concurso na área contábil e 62% em qualquer área. Esses resultados estão em conformidade com o levantamento feito por Miranda et al. (2015), no qual 77,6% dos estudantes têm a intenção de atuar no setor público em cargo relacionado com contabilidade e 53,9% serem servidores públicos em outras áreas. Os estudantes, em sua maioria, também demonstraram interesse em atuar como perito contábil (60%) e auditor interno/externo (58%), seguido do desejo de trabalhar como contador em empresa privada de grande porte (56%) e como consultor contábil (51%).

Outro dado relevante é que 54% da amostra pesquisada se mostraram indiferentes em relação à atuar como *controller*, talvez esse resultado se deva ao fato de os estudantes serem ingressantes e não terem conhecimento das atribuições desta profissão, visto que durante a aplicação do instrumento de pesquisa foi questionado por alguns estudantes quais atividades o *controller* executa. Pondera-se no entanto, embora relevantes, as expectativas profissionais dos alunos que ao longo do curso podem se alterar, especialmente com a apresentação de determinadas disciplinas e realidades que ocorrem ao final do curso, bem como descobertas de novas aptidões e habilidades. Além disso, destaca-se que ao serem questionados sobre não querer trabalhar na área contábil, 93% dos respondentes discordaram da afirmativa, o que demonstra que a maior parte dos estudantes pretende trabalhar com contabilidade.

Com relação às áreas em que os estudantes pretendem atuar, foram listadas sete e, por meio das respostas do “concordo/concordo totalmente” e “discordo totalmente/discordo” verificou-se as áreas de maior e menor interesse. As respostas dos estudantes estão expostas na Tabela 6.

Tabela 6 - Áreas de atuação

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
Fiscal/Tributária	4%	14%	32%	35%	14%
Contabilidade de Agronegócios	26%	18%	26%	23%	7%
Trabalhista	16%	11%	42%	21%	9%
Controladoria	9%	7%	40%	37%	7%
Auditoria	7%	5%	28%	35%	25%
Contabilidade Geral	2%	5%	44%	35%	12%
Financeira	4%	4%	30%	33%	28%

Nota: Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados apontaram que há uma preferência pelas áreas Financeira (61%) e de Auditoria (60%), indo ao encontro dos resultados da pesquisa de Miranda et al. (2015) em que essas áreas foram escolhidas por mais de 75% dos estudantes. Já entre as áreas de menor interesse de atuação destacam-se a Contabilidade de Agronegócios e a Trabalhista, sendo cada uma escolhida por 30% dos respondentes.

No que tange as recompensas profissionais esperadas pelos estudantes, todas as afirmativas foram escolhidas por mais de 67% dos respondentes. A Tabela 7 apresenta as respostas.

Tabela 7 - Recompensas profissionais esperadas

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
Reconhecimento do trabalho	2%	2%	5%	23%	68%
Bom salário e demais benefícios	0%	0%	2%	18%	80%
Participação nos lucros	0%	2%	26%	26%	46%
Estabilidade no emprego	0%	2%	4%	12%	82%
Prêmios por produtividade	2%	0%	16%	30%	52%
Crescimento profissional	0%	0%	7%	25%	68%
Realização e crescimento pessoal	0%	0%	4%	18%	78%
Status e prestígio	0%	5%	25%	21%	49%
Trabalho em equipe	2%	4%	19%	26%	49%
Auxílio educação	0%	7%	26%	25%	42%

Nota: Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar as respostas dos pontos “concordo/concordo totalmente” verifica-se que 98% dos estudantes têm o desejo de ganhar um bom salário e demais benefícios, 96% gostariam de ter realização e crescimento profissional e 94% desejam estabilidade no emprego, resultados que diferem do encontrado no estudo de Freitas e Freire (2007), no qual a maior parte dos respondentes valoriza primeiramente a chance de crescer na carreira e o reconhecimento pelo trabalho, sendo o salário o terceiro fator mais valorizado pela amostra pesquisada.

No momento em que as recompensas financeiras são analisadas separadamente, se verifica que, com exceção do salário, as demais foram escolhidas por menos respondentes, tendo o auxílio educação o menor percentual (67%). Já as recompensas não financeiras com exceção do trabalho em equipe e *status/prestígio* que foram escolhidas por 75% e 70% respectivamente, obtiveram percentuais superiores a 91%. Ao questionar os pesquisados do seu estudo sobre a preferência entre recompensas financeiras e não financeiras, Alves et al. (2017) também concluíram que a maior parte dos respondentes escolheu as recompensas não financeiras, tais como reconhecimento e crescimento pessoal.

Quanto à análise fatorial exploratória, teste estatístico escolhido para a presente pesquisa, inicialmente esperava-se, por meio da aplicação do método de Análise do Componente Principal, utilizar todas as variáveis coletadas para extrair os fatores que retratassem a estrutura dessas variáveis. No entanto, após essa tentativa, foram encontrados cinco fatores, tendo sido observado que, apesar destes fatores explicarem mais de 65% da variação nos dados originais, atendendo o mínimo de 60% sugerido por Hair et al. (2009), o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (*Measure of Sampling Adequacy - MSA*), denominado como uma medida que quantifica o grau de intercorrelações entre as variáveis e a adequação fatorial, foi abaixo de 0,50, sendo que, de acordo com o autor, é considerado inaceitável. Como também se constatou que duas variáveis apresentaram carga fatorial (correlação entre uma variável original e seu fator) inferior a 0,50, que é o coeficiente mínimo para ser considerado como praticamente significativa (Hair et al., 2009).

Em virtude do exposto, foram excluídas as duas variáveis, “desejo conduzir os negócios da minha família” e “ainda não sei o que fazer quando concluir o curso”, que apresentavam cargas fatoriais baixas, sendo realizada uma segunda tentativa buscando atingir uma análise fatorial satisfatória. No entanto, após a execução novamente do teste, foi identificada uma terceira variável com baixa carga fatorial, “não pretendo trabalhar na área contábil”. Assim, após a retirada dessa terceira variável do modelo, foi gerado um novo resultado que apresentou quatro fatores, em que o teste de KMO resultou em um índice de 0,546, apresentando um teste de esfericidade Qui-Quadrado de Bartlett no valor de 108,581, com 45 graus de liberdade e 0,000 de significância. Além disso, todas as comunalidades (quantia de variância de cada variável explicada pelos fatores encontrados), apresentaram coeficientes acima de 0,516 e todas as cargas fatoriais foram superiores a 0,639, excedendo o mínimo recomendado por Hair et al. (2009). Na Tabela 8 são demonstradas as variáveis utilizadas, os fatores encontrados e suas cargas fatoriais.

Tabela 8 - Análise fatorial (Rotação Varimax)

Variáveis	Fatores			
	Profissional liberal/ Controller	Status	Estabilidade	Trabalhar em empresa de terceiros
Pretendo montar um escritório de Contabilidade depois de formado.	0,802	-	-	-
Pretendo atuar como consultor contábil.	0,765	-	-	-
Quero atuar como controller.	0,656	-	-	-
Pretendo atuar como auditor interno/externo.	-	0,846	-	-
Gostaria de atuar como perito contábil.	-	0,688	-	-
Quero prestar concurso em qualquer área depois de formado.	-	-	0,764	-
Quero prestar concurso na área contábil depois de formado.	-	-	0,742	-
Quero atuar no ensino, como professor ou pesquisador da área contábil.	-	-	0,639	-
Quero trabalhar como contador em empresa de grande porte.	-	-	-	0,899
Quero trabalhar como contador em empresa de pequeno/médio porte.	-	-	-	0,692

Nota: Fonte: Dados extraídos do IBM SPSS *statistics* 23®.

Na Tabela 8 observa-se que foram utilizadas dez variáveis referentes às expectativas profissionais dos estudantes pesquisados e surgiram quatro fatores, sendo esses nomeados de acordo com o que cada variável representa. Os resultados obtidos e expostos por meio dessa tabela mostram que, a maioria das cargas fatoriais (60%) apresenta coeficientes superiores a 0,70. Dessa forma seguindo o exposto por Hair et al. (2009) pode-se dizer que os fatores apresentados explicam 50% da variância das variáveis, o que de acordo com o autor indica uma estrutura bem definida, sendo a meta da análise fatorial.

Sobre a variância total explicada, na segunda tentativa observou-se que os fatores explicam aproximadamente 67% da variabilidade total dos dados, na qual individualmente, 18,74% das expectativas profissionais dos estudantes são explicadas pelo fator “Profissional liberal / controller”, 17,93% pelo “Status” da profissão, 16,58% pelo desejo de “Estabilidade” e 14,20% pela vontade de “Trabalhar em empresa de terceiros”.

Nota-se, que dentre as variáveis que constituem o fator denominado “Profissional liberal/controller”, a pretensão de montar um escritório de Contabilidade depois de formado apresenta maior carga fatorial, ou seja, essa é a variável que mais explica o fator. A intenção de atuar como auditor interno/externo possui maior carga fatorial no fator “Status”, com isso, pode-se dizer que essa é a expectativa que mais explica o desejo de ter uma profissão que proporcione *status*. Isso é confirmado ao analisar separadamente as questões do questionário, visto que, dos 33 estudantes que escolheram como expectativa profissional ser auditor, mais de 75% indicaram o *status* como recompensa esperada. O fator “Estabilidade”, prestar concurso na área contábil e em qualquer área depois de formado apresenta cargas fatoriais elevadas, ou seja, aqueles que pretendem ingressar na área pública buscam estabilidade. Já o desejo de trabalhar como contador em grandes empresas é a variável que melhor explica o quarto fator, denominado “Trabalhar em empresas de terceiros”, com isso pode-se inferir que esse anseio seja em razão de se acreditar que empresas maiores remuneram melhor seus colaboradores.

Diante ao exposto, pode-se dizer que os estudantes que compuseram a amostra pesquisada, em sua maioria, apresentam expectativas profissionais que se relacionam com a intenção de ser profissional liberal, ter *status* e estabilidade no cargo exercido e trabalhar em empresas de terceiros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou examinar quais são as expectativas profissionais dos alunos que ingressaram em 2018, no curso de graduação em Ciências Contábeis, em uma IES pública, sendo que para alcançar este objetivo a mesma buscou: traçar o perfil dos estudantes, identificar quais recompensas profissionais são esperadas por eles e também verificar quais as áreas que os estudantes têm maior e menor interesse em atuar.

O estudo descritivo, do tipo *survey* e com abordagem quantitativa, que teve como amostra 57 ingressantes no curso em 2018, analisou dados coletados no mês de outubro de 2018, a partir de um questionário aplicado de forma presencial que continha 42 questões fechadas, divididas em 12 questões de múltipla escolha e 30 assertivas com respostas obedecendo a uma escala do tipo *Likert* de cinco pontos. Em relação às técnicas de análise dos dados, utilizou-se da estatística descritiva e da Análise Fatorial Exploratória.

Sendo assim, os resultados indicam que a maior parte dos estudantes é do sexo feminino, possuem até 25 anos de idade e são solteiros. Em relação ao Ensino Médio, cursaram a modalidade regular, em escolas públicas, tendo concluído entre o ano de 2001 e 2017. Os estudantes, em sua maioria, trabalham com atividade remunerada, porém somente 10 respondentes exercem funções relacionadas à contabilidade. Cabe ressaltar também que 42% dos respondentes não trabalham.

O estudo evidenciou que, no tocante às expectativas profissionais, os estudantes demonstram uma preferência por cargos públicos, sejam eles na área contábil ou em outra área. Também se observou forte interesse em atuar como perito contábil, auditor interno/externo e contador em grandes empresas. Em relação às áreas de atuação pretendidas, identificou-se um maior interesse nas áreas financeira e de auditoria, sendo as áreas trabalhista e de contabilidade do agronegócio as que os estudantes demonstraram menor desejo em atuar.

Sobre as recompensas profissionais esperadas, percebe-se que os estudantes aspiram trabalhar em cargos que haja boa remuneração, que possam se realizar e crescer profissionalmente, assim como, ter estabilidade. Em adição, a análise fatorial demonstrou que as expectativas profissionais dos estudantes se referem à opção de atuar como profissional liberal, ter um cargo que proporcione *status* e estabilidade, e trabalhar em empresas de terceiros.

Observa-se, portanto, que os resultados desse estudo confirmam algo presente no conhecimento empírico dos indivíduos da área, mas que com os dados obtidos foram estatisticamente comprovados. Dessa forma, o estudo pode contribuir com os agentes interessados pela área contábil na divulgação da profissão e com a IES pesquisada e o seu corpo docente, visto que ao traçar um perfil do aluno ingressante é possível amenizar o desafio que as instituições enfrentam para conhecer seus estudantes, manter a qualidade do ensino e proporcionar a satisfação do corpo discente.

Na construção do estudo, algumas limitações foram constatadas, sendo elas: amostra reduzida, visto que a pesquisa foi realizada em uma única IES e que dos 100 alunos que ingressaram no curso em 2018, 57% participaram da pesquisa, limitando-se os resultados a essa amostra e impossibilitando a generalização dos resultados, e o fato da teoria da expectativa não ter sido testada junto à amostra estudada.

Por fim, para pesquisas futuras, sugere-se dar continuidade à essa pesquisa, utilizando como amostra os ingressantes do curso em outras IES, inclusive instituições privadas. Dessa forma, podendo comparar os resultados obtidos, assim como, reaplicar essa pesquisa junto aos alunos concluintes, verificando assim, se há diferença nos resultados que foram encontrados ao pesquisar os ingressantes. Outra sugestão é realizar estudo similar em que a teoria da expectativa seja testada, verificando o efeito esforço sobre a expectativa dos estudantes, pois no presente estudo ela foi apenas citada.

REFERÊNCIAS

- Alves, L. C., Silva, A. V. L., & Oliveira, E. M. J. (2017). Motivação e recompensas: uma investigação com base nas Teorias da Hierarquia das Necessidades e da Expectativa. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 11(35), 325-340.
- Bomtempo, M. S. (2005). *Análise dos fatores de influência na escolha pelo curso de graduação em Administração: Um estudo sobre as relações de causalidade através da modelagem de equações estruturais*. Dissertação de Mestrado, Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, SP, Brasil.
- Brandalise, L. T., & Bertolini, G. R. F. (2013). Instrumentos de medição de percepção e comportamento – uma revisão. *Rev. Cênc. Empres. UNIPAR*, 14(1), 7-34.
- Castro, L. A. M. H. M., Nishimura, A. T., Silva, C. M., Madureira, B. M., & Casado, T. (2007). Expectativas e satisfação dos alunos de graduação em administração da FEA-USP/SP em relação aos estágios. *REGE Revista de Gestão*, 14 (1), 61-76.
- Costa, I. S. A., Salles, D. M. R., & Fontes Filho, J. R. (2010). Influência das configurações organizacionais sobre valores no trabalho e preferências por recompensa. *Rev. Adm. Pública*, 44(6), 1429-1452.
- Dutra, J. S. (2009). *Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas*. São Paulo: Atlas.
- Fávero, L. P., Belfiore, P. P., Silva, F. L., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Freitas, L. S., & Freire, A. C. (2007). Fatores motivacionais na perspectiva de estudantes universitários, *Qualit@s Revista Eletrônica*. 6(1).
- Instituição de Ensino Superior (IES) (2018). Informações sobre o curso de graduação em Ciências Contábeis. Recuperado em 12 abr. 2018, de <http://contabeis.ies.br>.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. 6° ed. Porto Alegre: Bookman.
- Hipólito, J. A. M. (2004). *Recompensas em Organizações que atuam no Terceiro Setor: Análise a partir de seus pressupostos orientadores*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2016). *Censo Educação Superior 2016*. Recuperado em 20 abr. 2018, de http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AOV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206

Lagioia, U. C. T., Santiago, H. L., Gomes, R. B., & Ribeiro Filho, J. F. (2007). Uma investigação sobre as expectativas dos estudantes e o seu grau de satisfação em relação ao Curso de Ciências Contábeis, *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 4(8), 121-138.

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Recuperado em 20 abr., 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm.

Lobos, J. (1975). Teorias sobre a motivação no trabalho, *Revista de Administração de Empresas*, 15(2), 17-25

Marion, J. C., & Santos, M. C. (2000). Os dois lados de uma profissão, *Contabilidade Vista & Revista*, 11(2), 3-9.

Marion, J. C. (2008). *Contabilidade Empresarial*. 13° ed. São Paulo: Editora Atlas.

Marques, V. A., Dias, K. C. M., & Silva, L. K. C. (2016). Expectativas profissionais dos estudantes de Ciências Contábeis em uma universidade de Minas Gerais, *Percurso Acadêmico*, 6(11), 107-127.

Maximiano, A. C. A. (1997). *Administração de projetos: como transformar ideias em resultados*. São Paulo: Atlas.

Miranda, C. S., Araújo, A. M. P., & Miranda, R. A. M. (2015). Perfil e expectativas dos ingressantes do curso de ciências contábeis: um estudo em instituições de ensino superior do interior paulista, *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 5(1), 4-20.

Nunes, C. A. (2014). *Fatores determinantes na escolha dos estudantes do curso de Ciências Contábeis em instituições de ensino superior particulares da cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, SP, Brasil.

Panucci Filho, L. (2010). *Dificuldades e perspectivas dos estudantes de ciências contábeis da Universidade Federal do Paraná segundo o perfil socioeducacional*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Panucci Filho, L. (2011). Perspectivas profissionais dos estudantes de ciências contábeis, *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, 10(19), 10-19.

Peleias, I. R., Guimarães, P. C., Silva, D., & Ornelas, M. M. G. (2008). Identificação do perfil profissiográfico de contabilidade requerido pelas empresas em anúncios de emprego na região metropolitana de São Paulo. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 5(2), 131-141.

Peleias, I. R., Nunes, C. A., Carvalho, R. F. (2017). Fatores determinantes na escolha do curso de Ciências Contábeis por estudantes de Instituições de Ensino Superior particulares na cidade de São Paulo. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, 10(3), 39-58.

Peleias, I. R., & Nunes, C. A. (2015). Fatores que influenciam a decisão de escolha pelo Curso de Ciências Contábeis por alunos de IES na cidade de São Paulo. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, 8(3), 184-203.

Pinheiro, R. G. (2008). *Fatores de escolha pelo curso de Ciências Contábeis - Uma pesquisa com os graduandos na capital e grande São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, SP, Brasil.

Pires, C. B. (2008). *A formação e a demanda do mercado de trabalho do contador na região metropolitana de Porto Alegre – RS*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2013). Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: Beuren, I. M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática*. 3° ed. São Paulo: Atlas.

Reis Neto, M. T., & Marques, A. L. (2003). A satisfação dos profissionais de informática com os fatores motivacionais: Um estudo sobre expectativas e percepções. *Revista de Negócios*, 8(4).

Resolução CFC n. 560 de 28 de Outubro de 1983. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei n. 9.295, de 27 de Maio de 1946. Recuperado em 02 jun 2018, de https://cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_560.doc

Resolução CFC n. 898 de 22 de Fevereiro de 2001. Altera o § 1° do art.3°, da Resolução CFC n. 560/83. Recuperado de http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_898.doc, em 12 mai 2018.

Resolução CFC n. 1486 de 22 de Maio de 2015. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Recuperado de http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/001486, em 12 mai 2018.

Robbins, S. P. (2005). *Comportamento organizacional*. 11° ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Robbins, S. P., Judge, T. A., & Sobral, F. (2010). *Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro*. Tradução Rita de Cássia Gomes. 14° ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Scarpin, M. A., & Almeida, W. C. (2010). Graduandos de Ciências Contábeis e sua carreira profissional, *Revista de Estudo Contábeis*, 1(1), 24-37.

Schmidt, P., Ott, E., Santos, J. L., & Fernandes, A. C. (2012). Perfil dos alunos do curso de ciências contábeis de instituições de ensino do sul do Brasil, *Revista ConTexto*, 12(21), 87-104.

Silveira, D. T. & Córdova, F. P. (2009). A pesquisa científica. In: Gerhardt, T. E; Silveira, D. T. (Org.) *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Simões, A. J. C. (2008). *Motivações e expectativas profissionais dos estudantes de enfermagem. Estudo numa escola da área de Lisboa*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.

Vergara, S. C. (2003). *Gestão de pessoas*. São Paulo: Atlas.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO ENSINO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UM ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DE MINAS GERAIS

SIGNIFICANT LEARNING IN THE TEACHING OF ACCOUNTING SCIENCES: A STUDY IN AN INSTITUTION OF MINAS GERAIS

O artigo foi aprovado e apresentado no IX Congresso Nacional de Administração e Contabilidade (AdCont), realizado de 24 a 26/11/2018, no Rio de Janeiro (RJ).

RESUMO

Este trabalho descreve a utilização da teoria da Aprendizagem Significativa no ensino de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES) de Minas Gerais. Por meio da disciplina denominada “Programa de Ação Social (PAS)”, inserida no currículo do curso de Ciências Contábeis estudado, foi possível uma aplicação prática de conteúdos e conceitos contábeis ao desenvolver projetos focados na comunidade local. A pesquisa caracterizou-se por um estudo descritivo e qualitativo. Os resultados mostraram que a disciplina PAS favoreceu a reformulação do conceito “sala de aula”, desfazendo-se da crença de que aprender é uma atividade passiva. Um aspecto relevante neste processo foi a contribuição para a formação cidadã. Apesar dessas instituições beneficiadas não visarem o lucro, elas precisam ter uma boa gestão para melhor aproveitamento dos recursos e, conseqüentemente, maiores benefícios para a sociedade. A adoção dos controles internos e a apuração dos custos nessas instituições do terceiro setor proporcionam uma sustentabilidade econômica que oportunizam a continuidade de suas operações e ao cumprimento de suas missões. Assim, a comunidade local se beneficiou, com o aproveitamento máximo dos recursos dessas instituições e com a ampliação das ações sociais. Além disso, constatou-se uma evolução na desenvoltura dos alunos por meio da elaboração do relatório final.

Palavras-chave: Aprendizagem Significativa. Ensino. Ciências Contábeis.

ABSTRACT

This study describes the use of the Meaningful Learning Theory in the Accounting Science teaching of an IES of Minas Gerais. Through the discipline called “Social Action Program (PAS)”, inserted in the curriculum of the Accounting Science course studied, it was possible a practical application of contents and accounting concepts when developing projects focused on the local community. The research was characterized by a descriptive and qualitative study. The results showed that the PAS discipline favored the reformulation of the concept “classroom”, undoing the belief that learning is a passive activity. A relevant aspect in this process was the contribution to citizen formation. Although these benefited institutions are not aimed at profit, they need to have good management to make better use of resources and, consequently, greater benefits to society. The adoption of internal controls and the determination of costs in these third sector institutions provide economic sustainability that enables the continuity of their operations and the fulfillment of their missions. Thus, the local community benefited from the maximum use of the resources of these institutions and the expansion of social actions. In addition, there was an evolution in student resourcefulness through the preparation of the final report.

Keywords: Significant Learning. Teaching. Accounting Sciences.

Lívia Maria de Pádua Ribeiro

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (PPGA/CEFET-MG). Contato: Av. Amazonas, 7675, Bairro Nova Gameleira, Belo Horizonte, MG, CEP 30.510-000, E-mail: liviapadua@cetetmg.br

João Eduardo Ribeiro

Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Administração pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Contato: Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte, MG, CEP 31270-901, E-mail: joaoribeiro.cco@gmail.com

Uajará Pessoa Araújo

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (PPGA/CEFET-MG). Contato: Av. Amazonas, 7675, Bairro Nova Gameleira, Belo Horizonte, MG, CEP 30.510-000, E-mail: uajara@cefetmg.br

1. INTRODUÇÃO

Os tempos mudaram: a globalização do mercado, a competitividade das empresas e os avanços tecnológicos demandam por profissionais ativos, dinâmicos e criativos. Isto faz com que as instituições de ensino superior realizem um debate sobre a formação do profissional do futuro, buscando uma maior reflexão sobre adequação do curso ao mundo atual e a compatibilidade com o ambiente de negócio da contemporaneidade.

Outro aspecto relevante para a formação do profissional, além da qualificação técnica e postura no ambiente de trabalho, é a sua consciência cidadã. A sociedade necessita de profissionais críticos que sejam capazes de contribuir para a transformação social visando um mundo mais ético e melhor para se viver. Dentro deste contexto, surge um novo paradigma educacional, priorizando uma aprendizagem que proporcione a crítica, a criação, a construção e a transformação (Zuffo & Behrens, 2009). Neste sentido, evidencia-se a Aprendizagem Significativa (Ausubel, 1963) ao invés de uma aprendizagem mecânica e memorizada, que se confirma com as publicações de Marques e Praia (2000), Carvalho, Porto e Belhot (2001), Marks e McIntosh (2006), Bledsoe e Flick (2012), Esteban-Guitart, Serra e Vila (2017), dentre outras.

O ensino não deve ser focado apenas na transmissão de conteúdo, em que o professor desempenha o papel de mero executor de programas e em que o aluno aprende passivamente. Para Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria construção. Ensinar é preparar o caminho para a total autonomia de quem aprende, é fazer cidadão consciente de seus deveres e direitos.

Diante das transformações do cenário contemporâneo, em que o ambiente organizacional é caracterizado como competitivo, incerto, imprevisível, dinâmico, complexo e desafiador; as Diretrizes Curriculares do Brasil para os cursos de graduação em Ciências Contábeis consubstanciam a mudança dos programas de formação, permitindo a Instituição de Ensino Superior (IES) compor um currículo com mais autonomia e liberdade, com intuito de adequá-lo às exigências do mercado e do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo principal, descrever os recursos e metodologias relativos à teoria da Aprendizagem Significativa utilizados no ensino de Ciências Contábeis de uma IES de Minas Gerais. Por meio da disciplina denominada "Programa de Ação Social (PAS)" inserida no currículo do curso de Ciências Contábeis estudado, foi possível realizar uma aplicação prática de conteúdos, conceitos e de técnicas contábeis ao desenvolver projetos focados na comunidade local. Como objetivos específicos, este estudo buscou apresentar as etapas do funcionamento da disciplina PAS; identificar as competências e habilidades desenvolvidas pelos discentes nesta disciplina; além de contribuir para uma reflexão acerca do processo ensino-aprendizagem.

Assim, o estudo visou responder aos seguintes questionamentos: Quais foram as competências e habilidades desenvolvidas pelos discentes com a utilização da Teoria da Aprendizagem Significativa no ensino de Ciências Contábeis de uma IES de Minas Gerais? Quais foram as etapas para o funcionamento da disciplina PAS inserida na grade curricular no curso de Ciências Contábeis de uma IES de Minas Gerais?

Esta disciplina não se baseia somente em aulas expositivas, mas na execução de um trabalho prático realizado por pequenos núcleos de alunos – grupos tutoriais - fortemente impregnados de autogestão, o que requer ativa participação do discente. Caracteriza-se, portanto, pelo envolvimento do aluno em pesquisa, vivência da prática e trabalho colaborativo grupal. O propósito da disciplina PAS foi promover ações extensionistas capazes de vislumbrar a integração acadêmica com a sociedade. Buscou-se aplicar os conhecimentos acadêmicos na comunidade local. A disciplina PAS buscou orientar duas instituições sem fins lucrativos na apuração dos seus custos, na elaboração dos seus controles internos e na utilização de ferramentas gerenciais proporcionando uma gestão transparente e eficiente.

Pode-se dizer que a disciplina PAS, inserida na grade curricular do curso de Ciências Contábeis da IES base deste estudo, contribuiu para a orientação de duas instituições sem fins lucrativos em sua gestão administrativa e contábil a fim de proporcionar-lhes melhor desempenho. O programa envolveu conteúdo das disciplinas de Contabilidade de Custos, Controladoria e Auditoria. O desenvolvimento destes projetos (apuração de custos e diagnósticos dos controles internos das instituições) foi realizado pelos alunos sob a supervisão do professor da disciplina PAS com o apoio dos professores das disciplinas Contabilidade de Custos, Controladoria e Auditoria. Durante o processo discente foi estimulado a desenvolver atitudes de autoconfiança, autonomia, responsabilidade, agilidade, estudo permanente, colaboração, compromisso, tolerância e respeito.

Este estudo é importante, uma vez que apresenta uma possibilidade de desenvolver metodologias da Aprendizagem Significativa no ensino contábil e também por proporcionar diversas reflexões sobre o processo ensino-aprendizagem e a formação profissional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção foi evidenciado o novo paradigma educacional ressaltando a importância da Teoria da Aprendizagem Significativa no ensino. Além disso, foram apresentadas as diretrizes curriculares do Brasil para os cursos de graduação, enfatizando o curso de Ciências Contábeis.

2.1 Novo Paradigma Educacional

Uma das características dominantes no novo saber e dos novos perfis profissionais exigidos pelo século XXI é a capacidade de se transitar entre diversos campos do conhecimento, no sentido de projetar aplicações rápidas para resolução de problemas (Brandão, 2008).

Para que a formação do profissional seja satisfatória, os cursos não mais poderão permanecer oferecendo recursos humanos “despreparados” para enfrentar o mercado atual, ou seja, formar profissionais sem aptidões, capacidades, habilidades e domínios necessários às exigências sociais, políticas, econômicas, ambientais e organizacionais do mundo contemporâneo. Para que os profissionais atendam a nova realidade é necessário um novo paradigma educacional (Esquivão Filho & Ribeiro, 2008; Zuffo & Behrens, 2009).

Os aspectos históricos e culturais são relevantes para compreender os paradigmas. No passado, com a origem da ciência moderna, o paradigma predominante era o newtoniano cartesiano, que possuía uma visão positivista do universo. O paradigma newtoniano cartesiano caracterizava-se por reconhecer a relevância das propriedades quantificáveis da matéria e por jamais defender alguma coisa como verdade sem evidência concreta. Assim, a educação foi orientada por este pensamento, que se baseava na reprodução e fragmentação do conhecimento, em que a prática pedagógica era centrada em: escutar, ler, decorar e repetir (Behrens, 2009).

A partir do início do século XX, o paradigma newtoniano cartesiano vem cedendo espaço ao denominado paradigma da complexidade. A descoberta da mecânica quântica fez com que a sociedade tivesse a necessidade de ter a visão do todo, de realizar conexão, redes e inter-relacionamentos, ao invés de se ater a um conhecimento fragmentado. O acesso ao conhecimento se expande com o surgimento da internet e para atender ao novo paradigma exigem-se mudanças na metodologia de ensino. As escolas, faculdades e universidades vêm gradativamente abandonando uma aprendizagem mecanizada e adotando uma Aprendizagem Significativa, que contemple a reflexão, o envolvimento em trabalhos coletivos, o espírito de colaboração, dentre outras práticas que levem à transformação da realidade (Behrens, 2009).

Para Brunstein e Miguel (2007) o cenário em que se encontra a ciência indica que o conhecimento específico isolado não é mais suficiente para atender a complexidade dos fenômenos estudados. Moreira e Masini (2002) explicam que o conceito de Aprendizagem Significativa surgiu em 1963 com a teoria de David Ausubel. Posteriormente esta teoria foi gradativamente aperfeiçoada por outros autores. A teoria de David Ausubel fundamenta-se num modelo dinâmico, em que a verdadeira aprendizagem ocorre quando o aluno (re)constrói o conhecimento criando conceitos que possibilita criticar e reagir diante da realidade (Ausubel, 1963).

A Tabela 1 expõem, de acordo com Santos (2008), alguns comportamentos essenciais para o professor promover a Aprendizagem Significativa.

Tabela 1 – Comportamentos essenciais para o professor promover a Aprendizagem Significativa

Comportamento essencial	Descrição
Parar de dar aulas	No sentido de que o professor não tem nenhuma aula a “dar”, mas sim a construir junto com o aluno. O papel do professor não é apresentar o “mundo pronto”, pois, este não é o contexto atual. O mundo está em constante mudança e o aluno não pode ficar apenas escutando e memorizando as informações como se fosse um robô, o aluno deve ser estimulado a pensar, a agir, a fazer parte ativamente das aulas.
Parar de dar respostas	Respostas prontas impedem o aprendizado, aprender é fruto de esforço. O professor tem a função de gerar questionamentos e fazer com que o aluno tenha a necessidade das informações. Assim, haverá o interesse, a vontade, o desejo e a curiosidade para aprender.
Procurar novas formas de desafiar os alunos	Isto quer dizer apresentar novas práticas pedagógicas e metodologias de ensino. O professor tem um novo desafio com relação ao planejamento das aulas. Um conceito aprendido pode servir de parâmetro para a construção de novos conceitos.
Perseguir a aprendizagem profunda	A aprendizagem profunda está relacionada com a importância da compreensão do conteúdo, diferente da aprendizagem superficial que limita a cumprir uma determinada tarefa formulada pelo professor. Na aprendizagem superficial o conhecimento é isolado, o aluno não faz conexão e integração das informações com outros elementos.
Parar de dar tantas instruções	Excessos de instruções geram a dependência dos alunos. É preciso orientar, passar instruções necessárias de forma que o aluno desenvolva a autonomia.
Elevar a autoestima do aluno	Faz parte do processo de aprendizagem valorizar o aluno, reforçar o que ele já sabe. O respeito e a confiança mútua são atitudes relevantes para o processo de uma Aprendizagem Significativa.
Promover a interação entre os alunos	O aluno aprende na relação com os outros, a interação social é necessária em um processo de aprendizagem. Existem trocas de ideias, reflexões sobre opiniões de colegas e oportunidades de construção de algo novo. É lógico que existe limite, a interação não pode promover dispersão e perda de foco, caso contrário, a aula deixa de proporcionar o aprendizado.

Fonte: Santos (2008).

Guimarães, Cittadin, Giassi, Guimarães Filho e Bristot (2016) esclarecem que diante o mercado de trabalho contemporâneo, o curso de Ciências Contábeis requer uma Aprendizagem Significativa em que o discente desenvolva a capacidade crítica e a reflexão do conteúdo. Assim, com intenção de proporcionar uma Aprendizagem Significativa são aplicadas algumas práticas pedagógicas e metodologias ativas. Alguns estudos evidenciam o uso dessas práticas e metodologias no curso de Ciências Contábeis, como pode ser visto nos trabalhos de Martins, Espejo e Frezatti (2015) que apresentam a experiência do uso *problem-based learning* no ensino de contabilidade gerencial; Biavatti, Mazzuco e Wronski (2018) que tratam das técnicas de diálogos sucessivos no ensino contábil; Vasconcelos e Araújo (2017) que discutem sobre o benefício do uso de mapas conceituais em disciplinas de contabilidade; Pereira e Silva (2018) que adotaram a aprendizagem cooperativa como estratégia de ensino para a contabilidade; dentre outros.

As constantes mudanças no mercado de trabalho e no processo de conhecimento requer inovação e surgimento de diversas metodologias que reforçam a necessidade da Aprendizagem Significativa. Diante esse novo paradigma educacional, as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação no Brasil tendem a garantir que as IES tenham flexibilidade curricular e liberdade na construção de seus projetos pedagógicos, para adequá-los às exigências do mundo contemporâneo.

2.2 As Diretrizes Curriculares no Brasil para os Cursos de Graduação

A partir de 1996, com a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Brasil vivenciou um movimento de reformas no que diz respeito à reorganização da educação em todos os níveis. Foi instituído um novo modelo curricular, não mais baseado nos Currículos Mínimos, mas sim nas Diretrizes Curriculares (Fronza, 2009).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que tem como propósito orientar o planejamento curricular do sistema escolar. As DCNs consubstanciam a mudança da figura do Currículo Mínimo, que se caracterizava pela rigidez na sua configuração formal, não permitindo o alcance da qualidade desejada em sua contextualização de espaço e tempo; para um novo modelo que se define pela autonomia e liberdade de cada instituição de ensino em compor seu currículo e suas formas de operacionalização (Menezes & Santos, 2002).

A postura do governo brasileiro regulador ao invés da predominância do paternalismo e assistencialismo foi fundamental para a inserção das DCNs. Com o passar do tempo o governo brasileiro vai transferindo a responsabilidade de organização e gestão da educação também para outros atores privados. Não quer dizer que o governo brasileiro esteja se retirando da educação, o que ocorre é que o mesmo está adotando um novo papel: o de regulador e avaliador. Assim, o governo brasileiro define orientações e metas para ser atingidas, criando um sistema de monitoramento e avaliação para saber se os resultados desejados foram alcançados. A regulação é mais flexível na definição de processos e rígida na avaliação da eficiência e eficácia dos resultados (Barroso, 2005).

À vista disso, neste novo contexto se ganha uma maior flexibilidade com a criação das Diretrizes Curriculares e simultaneamente forma-se um aparato de controle para avaliar os resultados dos cursos de graduação no Brasil (Fronza, 2009). Tem-se como exemplo, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), dentre outras avaliações realizadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Segundo Fronza (2009) o Currículo Mínimo inibia a inovação e a criatividade das instituições de ensino, uma vez que estabelecia nacionalmente os componentes curriculares e os conteúdos obrigatórios. As DCNs, por sua vez, foram instituídas para promover a flexibilidade das instituições de ensino superior na elaboração dos seus projetos pedagógicos, podendo ser confirmado no Parecer 67/2003 do CNE:

“(…) as Diretrizes Curriculares Nacionais ensejam a flexibilização curricular e a liberdade de as instituições elaborarem seus projetos pedagógicos para cada curso segundo uma adequação às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhes uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos; (….) as Diretrizes Curriculares Nacionais pretendem preparar um profissional adaptável a situações novas e emergentes; (….) as Diretrizes Curriculares Nacionais se propõem ser um referencial para a formação de um profissional em permanente preparação, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno, apto a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimento”; (Conselho Nacional de Educação, 2003).

Currículos mais flexíveis podem promover interdisciplinaridade entre os conteúdos; tempos e espaços diversificados para a efetivação do processo educativo; e desenvolvimento de competências e habilidades para uma melhor formação do profissional para o mercado de trabalho atual. Diante a esta responsabilidade que foi conferida às instituições de ensino superior é relevante realizar uma reflexão: “a quem esta flexibilização está servindo?” (Fronza, 2009, p. 56). Se a flexibilização dos currículos não tem como objetivo servir ao processo educativo, promovendo uma Aprendizagem Significativa ao invés de uma aprendizagem mecanizada, ela poderá ter um efeito contrário e ser entendida e praticada de maneira a prejudicar a formação dos profissionais. A flexibilidade não pode ser usada como mero adestramento do ser humano às necessidades do mercado capitalista ou para visar o aumento dos resultados financeiros de uma IES do setor privado (Fronza, 2009).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo foi adotado uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa é a mais propícia para nortear este estudo, uma vez que o foco está na compreensão dos fatos e não na pretensão de medir ou enumerar (Martins & Lintz, 2007). Segundo Merriam (2002), a investigação qualitativa é indicada para os casos de estudos de inovações educacionais. Para Oliveira (2004, p.114) “o estudo descritivo possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação. Descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos”.

A construção de evidências foi realizada a partir da participação em reuniões, que tiveram como propósito o desenvolvimento da disciplina PAS em cursos de graduação de uma IES no Brasil. Além disso, foram realizadas leituras e análises dos manuais e diretrizes elaboradas para a concretização da disciplina PAS; e entrevistas informais com o professor e alunos da referida disciplina durante o semestre de sua realização.

O pesquisador neste processo funcionou como observador participante, apesar de não ser o professor da disciplina, participou como supervisor de todas as disciplinas PAS da IES em estudo. Contudo, enfatizou nessa pesquisa a disciplina PAS do curso de Ciências Contábeis por ter maior conhecimento da área. Os demais autores do artigo não foram observadores participantes, contudo, por serem pesquisadores acadêmicos, docente e discente contribuíram para a discussão deste estudo. A natureza sistemática das observações e conduta interveniente do pesquisador confere a esse processo a condição de observação participante. Conforme Haguette (2003), a observação participante demanda a presença do pesquisador nas atividades do grupo investigado e ainda requer em muitos casos o compartilhamento de significados e a inserção de mudanças sociais, podendo aproximar essa técnica do fato denominado de pesquisa-ação. Por isso, nesta pesquisa, pode-se considerar que a técnica utilizada foi a observação participante; o que pode ser afirmado com a vivência do planejamento, do desenvolvimento, dos resultados obtidos com a disciplina PAS e discussões sobre o assunto.

A disciplina PAS possui uma carga horária de oitenta horas no semestre, ocorrendo dois encontros semanais; além das visitas realizadas nas duas instituições sem fins lucrativos (associação e organização não governamentais) da comunidade local. O propósito desta disciplina foi promover ações extensionistas capazes de vislumbrar a integração acadêmica com a sociedade, buscando aplicar os conhecimentos acadêmicos na comunidade local, além de contribuir para a formação profissional dos alunos do curso de Ciências Contábeis. A disciplina PAS analisada neste estudo foi inserida no quinto período do curso, onde os alunos já haviam cursado a disciplina de Contabilidade de Custos, e estavam cursando as disciplinas de Controladoria e Auditoria. A disciplina PAS contou com vinte e cinco alunos matriculados. Para o desenvolvimento da disciplina foram formados oito grupos com quatro alunos; quatro grupos ficaram responsáveis pela associação e os outros quatro grupos pela organização não governamental. Dentro destes quatro grupos, dois são responsáveis pelo levantamento dos custos e os outros dois pelos controles internos. Os grupos precisam se relacionar para o desenvolvimento do produto final.

As instituições beneficiadas foram organizações que demandavam de controles e orientações na área administrativa e contábil. As duas instituições promovem ações sociais e educativas na comunidade local.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

As Diretrizes Curriculares do Brasil orientam os cursos de graduação a estimular a conexão da teoria com a prática, valorizando a pesquisa e a participação em atividades de extensão (Fronza, 2009). Considera-se o ensino, pesquisa e extensão, fundamentais para o processo de aprendizagem e construção do conhecimento. Diante a flexibilidade dos currículos e do estímulo a efetivação das atividades de ensino, pesquisa e extensão foi criada a disciplina PAS, proporcionando ações sociais por meio da aplicação prática de conteúdos do curso na comunidade local. Foram escolhidas duas instituições sem fins lucrativos (associação e organização não governamentais) da comunidade local e acordadas com elas, para que os alunos sob a supervisão do professor realizassem serviços gratuitos aplicando a prática de conteúdos do curso de Ciências Contábeis. No produto final os alunos apresentaram os custos da instituição sem fins lucrativos, os controles internos e as ferramentas gerenciais relevantes para uma gestão transparente e eficiente.

A disciplina PAS foi inserida no curso de Ciências Contábeis no ano de 2010 e permanece até os dias atuais. No início, os professores e alunos sentiram-se receosos com o desafio proposto, contudo, depois de muitos anos percebe-se que a prática que é aplicada na comunidade local é também muito enriquecedora para a formação do aluno como profissional e como cidadão. Para o desenvolvimento desta disciplina são realizadas diversas reuniões com o supervisor das disciplinas PAS, coordenadores de cursos e professores das disciplinas de todos os cursos de graduação da IES. Essa reunião é realizada para verificar a demanda da comunidade local. Cada semestre que a disciplina é oferecida atende-se uma demanda diferente, fazendo-se uso da teoria Aprendizagem Significativa, no sentido de existir um novo contexto onde os saberes são (re)construídos. Nessas reuniões também é discutido e planejado o funcionamento da disciplina conforme as diretrizes propostas pela IES.

Ao iniciar a disciplina, as primeiras aulas acontecem em formato de reuniões, para discutir e planejar como as demandas serão atendidas e o cronograma para a execução das atividades. Nesse momento é elaborado um manual para a disciplina, posto que os alunos devem apresentar um produto para as duas instituições sem fins lucrativos da comunidade local ao terminar o semestre.

A IES deste estudo possui um regime semestral para o encerramento das disciplinas. A disciplina PAS conta com uma carga horária mínima de oitenta horas, correspondendo a dois encontros semanais. No primeiro encontro semanal são realizados planejamentos e orientações juntamente com o professor. No segundo encontro são desenvolvidas as atividades práticas ou estudos do grupo. O aluno não pode desenvolver o projeto individualmente, a avaliação é processual ao longo do semestre e a apresentação do produto final e resultados contam com a participação de todos os alunos envolvidos. A Tabela 2 evidencia as atribuições dos alunos e do professor da disciplina.

Tabela 2 – Atribuições do Professor e Alunos Matriculados na Disciplina PAS

Atribuições do Professor	Atribuições dos Alunos
<ul style="list-style-type: none"> • Planejar e acompanhar o desenvolvimento da disciplina PAS e as atividades a ser realizada na comunidade local (associação e organização não governamentais); • Promover questionamentos sobre as atividades, motivar e instigar os alunos a pesquisar e estudar, acompanhar o cronograma de execução das atividades; • Articular as ações da Instituição do Ensino Superior (IES) com a comunidade local no sentido de viabilizar e cumprir o objetivo da disciplina; • Definir, junto ao supervisor da IES e coordenador do curso, as instituições (associações e organizações não governamentais) que serão prestados os serviços gratuitos. Estabelecer contatos com os representantes das instituições para realizar a visita com os alunos; • Avaliar as atividades ao longo do semestre e formar uma banca examinadora formada por docentes para a avaliação do produto final e resultados obtidos no desenvolvimento do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar equipes para o desenvolvimento das atividades de extensão; • Aplicar os conhecimentos acadêmicos na comunidade envolvida; • Definir juntamente com o professor o cronograma para a execução das atividades; • Desenvolver as atividades conforme o cronograma validado em sala de aula; • Realizar pesquisas e estudos para desenvolver as atividades de extensão; • Levantar dados da instituição (associação e organização não governamentais) para cumprir o objetivo da disciplina (apuração dos custos e elaboração de controles internos) • Participar dos eventos relacionados com as atividades de extensão desenvolvidas na disciplina PAS; • Apresentar o produto final para uma banca examinadora e para os responsáveis pelas instituições beneficiadas. Apresentar para o professor os resultados das atividades realizadas durante o desenvolvimento da disciplina.

Fonte: Dados da pesquisa.

Para um melhor entendimento foram apresentadas as etapas do funcionamento da disciplina PAS.

4.1 Planejamento

A etapa de planejamento da disciplina PAS acontece no final do semestre anterior à realização das atividades a serem desenvolvidas e na primeira semana do semestre letivo, em dias previamente definidos para tal atividade. O programa a ser desenvolvido na disciplina deve respeitar os princípios norteadores da interdisciplinaridade e os projetos político-pedagógicos de cada curso, de tal forma que as ações estejam adequadamente articuladas com os temas e eixos temáticos de cada curso. Para a execução das atividades, o aluno deve utilizar conteúdo das disciplinas que já tenha cursado em períodos anteriores ou que estejam cursando no período, o que favorece a interdisciplinaridade.

Esta etapa consiste em reunião de planejamento entre o coordenador de curso e supervisor da IES com todos os professores envolvidos no PAS com o propósito de formar uma equipe de docentes integrada, capaz de suprir as necessidades técnicas necessárias para o desenvolvimento de ações sociais. Além disso, o supervisor das disciplinas PAS da IES e o coordenador do curso juntamente com o professor do PAS com o apoio da IES deve definir as instituições a serem beneficiadas pelo projeto, viabilizando a carta de intenções da mesma por escrito. Neste estudo, foram escolhidas duas instituições da comunidade local para serem beneficiadas: uma associação e uma organização não governamentais. As escolhas destas instituições se devem a carência na área administrativa e contábil. A IES divulga o trabalho gratuito a ser desenvolvido e as instituições cadastram-se para serem beneficiadas.

4.2 Desenvolvimento do PAS

Na etapa de desenvolvimento do PAS tem-se: a) a apresentação do objetivo da disciplina; b) a formação dos grupos e suas responsabilidades; c) a definição do cronograma conforme a proposta a ser cumprida; e d) a execução das atividades extensionistas.

Inicialmente, o professor apresenta aos alunos as instituições a serem beneficiadas pelo projeto e as possíveis carências que podem ser solucionadas ou minimizadas com a contribuição do curso de Ciências Contábeis. Como estas instituições disseram que não tinham conhecimento dos seus custos e questionava a sua gestão, a proposta acordada com os representantes das instituições foi levantar os seus custos e realizar um diagnóstico identificando quais os con-

troles internos existentes em sua gestão. Após este diagnóstico, se a instituição demonstrou fragilidades, são elaborados os controles internos a serem adotados no seu dia-a-dia.

Em seguida, formam-se grupos de alunos para a realização das atividades. Os grupos devem utilizar leituras e textos indicados pelo professor para que a teoria possa ser utilizada nas ações. São realizadas visitas para coletar informações das instituições e posteriormente os dados são trabalhados em sala de aula, laboratório de informática e biblioteca. Os espaços para o desenvolvimento do PAS são os mais diversos, podendo contemplar todos os espaços dentro da IES e espaços extramuros (associação e organização não governamentais).

A definição do cronograma das atividades conforme a proposta a ser cumprida é realizada pelos alunos e professor. O cronograma contempla as ações a serem executadas e as avaliações processuais, além dos eventos relacionados com o PAS e a apresentação do produto final para a banca examinadora e posteriormente às instituições beneficiadas.

A execução das atividades extensionistas são de fato as visitas, o levantamento dos dados, a discussão e pesquisa para a apuração dos custos e elaboração dos controles internos. Ao final, cada grupo deve apresentar seus resultados e o produto final, e os relatórios a serem entregues para as duas instituições beneficiadas. Neste caso, foram formados oito grupos com quatro alunos; quatro grupos ficaram responsáveis pela associação e os outros quatro grupos pela organização não governamental. Dentro destes quatro grupos, dois são responsáveis pelo levantamento dos custos e os outros dois pelos controles internos. Os grupos precisam se relacionar para o desenvolvimento do produto final.

As atividades realizadas pelos alunos sob a supervisão do professor foram desenvolvidas conforme a demanda apresentada pelas duas instituições sem fins lucrativos beneficiadas na disciplina PAS: o levantamento dos custos e criação de controles internos. O sistema de custeio adotado foi o custeio pleno ou integral, que segundo Santos (1999) caracteriza-se pela apropriação de todas as despesas e custos aos produtos fabricados e serviços prestados, sejam, custos diretos e indiretos, fixos e variáveis. Para atender a demandas das duas instituições beneficiadas, as atividades foram organizadas e desenvolvidas nas seguintes fases expostas na Tabela 3.

Tabela 3 – Atividades organizadas e desenvolvidas por fases.

Fase 1	Fase 2
<p>Grupos responsáveis pelo levantamento de custos: a) Primeira fase: apresentação da proposta para levantamento dos custos; b) Segunda fase: levantamento do patrimônio (móveis, imóvel, veículos, máquinas, etc.) e realização dos cálculos referentes à depreciação conforme disciplina já cursada, como contabilidade gerencial; c) Terceira fase: levantamento dos gastos com mão-de-obra e de outros gastos, conforme disciplina de contabilidade de custos; e) Quarta fase: apuração do custo das instituições beneficiadas conforme o sistema de custeio pleno; f) Quinta fase: apresentação e discussão dos resultados pelos alunos. Essa fase é bastante significativa, é feito uma exposição dos relatórios e controles elaborados pelos alunos. Nesse momento são realizadas críticas e sugestões dos colegas e professor; g) Sexta fase: eventos com apresentações do resultado final da disciplina PAS pelos alunos para a entrega dos relatórios e controles internos para banca examinadora e posteriormente às instituições beneficiadas.</p>	<p>Grupos responsáveis pela criação dos controles internos: a) Primeira fase: estudo sobre controle interno e elaboração de um questionário para obtenção do diagnóstico das instituições; b) Segunda fase: aplicação de questionário, para identificar os controles existentes e controles que são necessários para as instituições. Nessa etapa foram feitos uso das disciplinas de auditoria e controladoria, além da vivência e experiência dos alunos; c) Terceira fase: levantamento dos resultados e apresentação da proposta identificando quais os controles internos devem ser reforçados e criação dos controles inexistentes; d) Quarta fase: elaboração dos controles internos conforme diagnóstico; e) Quinta fase e Sexta fase se repetem conforme o grupo responsável pelo levantamento de custos.</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

O desenvolvimento dessas fases foi ao encontro com a utilização da Teoria de Aprendizagem Significativa, criada por Ausubel (1963), além de evidenciar a importância do conhecimento interdisciplinar, o que corrobora com a afirmação de Brunstein e Miguel (2007), ao explicar que conhecimento específico isoladamente não é mais suficiente para atender a complexidade dos fenômenos estudados. Essas atividades desenvolvidas na disciplina PAS promoveram a reciprocidade de responsabilidades, a interação do conteúdo das disciplinas do curso e a vivência da realidade.

4.3 Avaliação Processual

O aluno é avaliado durante todo o processo de desenvolvimento de habilidades e competências que possam contribuir para a sua formação. É essencial que nesta avaliação o professor esteja fornecendo um *feedback* sobre o desempenho do aluno, sendo assim, o aluno poderá evoluir na sua formação como profissional e cidadão. Neste processo é avaliada a desenvoltura do aluno, a capacidade de trabalhar em grupo, de argumentar e criticar, a inovação e a resolução de conflitos. Ao longo do semestre, o desenvolvimento do PAS é avaliado conforme Tabela 4:

Tabela 4 – Distribuição de Pontos na Avaliação Processual

Atividades	Pontos
Livres. Cabe ao professor definir sua avaliação. O professor avalia durante o semestre o desenvolvimento das habilidades e competências do aluno.	30 pontos
Relatório parcial da execução do projeto	25 pontos
Relatório final da execução do projeto (impresso e completo)	25 pontos
Participação do evento com a apresentação oral do produto final (Relatório contendo o diagnóstico das instituições beneficiadas e a apuração dos custos) para a banca examinadora. A nota é uma média da avaliação dos professores da banca examinadora (Evento 1)	10 pontos
Participação do evento e apresentação oral para a entrega dos relatórios aos responsáveis das instituições beneficiadas (Evento 2)	10 pontos

Fonte: Dados da pesquisa.

As principais habilidades e competências que os alunos desenvolveram nesta disciplina conforme relatos do professor, alunos e manual da disciplina PAS: A capacidade de fazer uso da linguagem contábil nas discussões em grupos e na comunicação com os representantes das instituições beneficiadas; a proficiência em selecionar e assumir prioridades dentro das limitações de tempo e espaço; a visão sistêmica, holística e interdisciplinar da atividade contábil; o uso do raciocínio lógico e crítico-analítico ao executar as atividades; a capacidade de lidar com conflitos; de identificar problemas e propor soluções viáveis; a articulação, motivação e liderança de equipes multidisciplinares para a captação de dados e para a elaboração de planilhas e relatórios.

O relatório final contemplou todo o diagnóstico do controle interno das instituições beneficiadas com a disciplina, além da apuração dos custos e modelos de controles internos a ser utilizados no cotidiano dessas organizações. Em uma das instituições estudadas inexistia o controle do patrimônio, então, os alunos fizeram a identificação dos bens. O diagnóstico realizado pelos alunos demonstrou que as instituições eram carentes em seus processos administrativos. A contribuição dos alunos foi positiva para as duas partes (alunos e instituições/comunidade locais).

Os alunos puderam discutir com os representantes das instituições (associação e organização não governamentais) a importância dos controles e se sentiram úteis ao saber que suas ações podem contribuir para um melhor aproveitamento dos recursos gerando maiores benefícios para a sociedade. Os alunos identificaram que as instituições não realizavam controles no recebimento de doações (dinheiro, computador e móveis); na conferência de contracheques e dos bens patrimoniais; dentre outros. Após identificar a ausência dos controles, os alunos debateram e elaboraram sugestões ou soluções para as instituições beneficiadas. As sugestões e soluções consideradas viáveis foram mencionadas no relatório final entregue ao professor e posteriormente às instituições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção da disciplina PAS não garante a satisfação de todos os alunos e professores e nem a colocação do discente no mercado de trabalho, pois, depende da dedicação e compreensão dos envolvidos. Contudo, na disciplina os alunos são instigados a aprender, a investigar e a selecionar informação relevante, a integrar e aplicar conhecimentos, a analisar e sintetizar, a trabalhar em grupo, a ouvir e se expressar, a argumentar e defender pontos de vista, a fazer e a aceitar críticas, a verificar o quanto sabem e a identificar suas necessidades pessoais de aprendizagem.

Outro aspecto relevante neste processo é a contribuição para a formação cidadã. Apesar dessas instituições beneficiadas não visarem o lucro, elas precisam ter uma boa gestão para melhor aproveitamento dos recursos e consequentemente maiores benefícios para a sociedade. A adoção dos controles internos e a apuração dos custos nessas instituições do terceiro setor proporcionam uma sustentabilidade econômica conduzindo à continuidade de suas operações e ao cumprimento de suas missões. Assim, a comunidade local se beneficia, com o aproveitamento máximo dos recursos dessas instituições do terceiro setor e com a ampliação das ações sociais.

A disciplina descrita neste estudo pode ser considerada um caso de ensino de sucesso; uma vez que existe uma evolução na desenvoltura dos alunos e um aprendizado com a elaboração do relatório final. Podendo ser confirmado também pela continuidade da disciplina no curso de Ciências Contábeis e pelo interesse das instituições beneficiadas em contratar alunos para permanecer executando os controles internos propostos.

Para o docente é o início de um novo caminho, diferente da aprendizagem tradicional, a Aprendizagem Significativa. É verdadeiramente um desafio, posto que a disciplina é construída ao longo do semestre pelos discentes e pelo docente. Não se sabe ao certo o que está por vir e é isso que se assemelha com a realidade do mercado de trabalho.

Os resultados aqui encontrados não podem ser generalizados, dado que se trata de um estudo de caso. Nesse sentido, propõe-se novos estudos sobre a aplicação da teoria da Aprendizagem Significativa em um contexto mais amplo, inserindo a disciplina PAS em outras universidades. Seria também interessante considerar a inserção da disciplina PAS em outros cursos, buscando contribuir para a formação cidadã dos alunos.

REFERÊNCIAS

- Ausubel, D. P. (1963). *The psychology of meaningful verbal learning*. New York: Grune & Stratton.
- Barroso, J. (2005). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedade*, 26(92), 725-751.
- Behrens, M. A. (2009). *Paradigmas educacionais e a prática pedagógica*. Curitiba: Mimeo.
- Biavatti, V. T., Mazzuco, M. A. S., & Wronski, P. G. (2018). Percepção dos alunos de Ciências Contábeis quanto à aplicação de diálogos sucessivos no ensino. *Revista Panorâmica online*, 24.
- Bledsoe, K. E., & Flick, L. (2012). Concept development and meaningful learning among electrical engineering students engaged in a problem-based laboratory experience. *Journal of Science Education and Technology*, 21(2), 226-245.
- Brandão, C. A. L. (2008). *As profissões do futuro*. Belo Horizonte: UFMG.
- Brunstein, J., & Miguel, L.A.P. (2007) Aprendizagem Significativa, memorização compreensiva e funcionalidade do conhecimento: reflexões sobre casos para ensino como trabalho de conclusão de curso no ensino superior. *Anais do Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*, Recife, PE, Brasil.
- Carvalho, A. C. B. D. D., Porto, A. J. V., & Belhot, R. V. (2001). Aprendizagem Significativa no ensino de engenharia. *Revista Produção* 11(1), 81-90.
- Conselho Nacional De Educação. (2003). Parecer CNE/CES nº 67, de 11 de março de 2003, Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Disponível em: < https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKewjg_Pm0yJbkAhVpGbkGHXyLDHsQFjAAegQIABAC&url=https://portal.mec.gov.br/fcne/farquivos/fpdf/fcne0067.pdf&usq=AOvVaw1rY5DWV_R3g3zs4jL1NZn1>. Recuperado em 22 de ago de 2019.
- Escrivão Filho, E., & Ribeiro, L. R. C. (2008). Inovando no ensino de administração: uma experiência com a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL). *Cadernos EBAPE. BR*, 1-9.
- Esteban-Guitart, M., Serra, J. M., & Vila, I. (2017). Informationalism and informalization of learnings in 21st century. A qualitative study on meaningful learning experiences. *Social and Education History*, 6(1), 1-25.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 25.
- Fronza, F. L. (2009). *Diretrizes curriculares nacionais: mudanças no ensino superior?* Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, SC, Brasil.
- Guimarães, M. L. F., Cittadin, A., Giassi, D., Guimarães Filho, L. P., & Bristot, V. M. (2016). Reflexos do uso de metodologias ativas no ensino da contabilidade de custos. *ABCustos*, 11(3).
- Haguete, T. M. F. (2003). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 10 ed.
- Marks, A., & McIntosh, J. (2006). Achieving meaningful learning in health information management students: the importance of professional experience. *Health Information Management Journal*, 35(2), 14-22.
- Marques, L., & Praia, J. F. (2000). Os mapas de conceitos: Instrumentos para uma Aprendizagem Significativa. *Actas do III Encontro Internacional sobre Aprendizagem Significativa*, Universidade Aberta, Lisboa, 3, 343-350.
- Martins, G. D. A., & Lintz, A. (2007). *Guia para elaboração de monografias e trabalho de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 2000. 108 p.
- Martins, D. B., Espejo, M. M. S. B., & Frezatti, F. (2015) Problem-based learning no ensino de contabilidade gerencial: relato de uma experiência brasileira. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 9(4), 430- 452.
- Menezes, E. T. D., & Santos, T. H. D. (2002). *DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais)*. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira-EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora.
- Merriam, S. B. (2002). *Qualitative research in practice: Examples for discussion and analysis*. Jossey-Bass Inc Pub.
- Moreira, M. A., & Masini, E. F. S. (2002). *Aprendizagem Significativa: a teoria de David Ausubel*. (2. ed.) São Paulo: Centauro.
- Oliveira, L. S. (2004). *Tratado de Metodologia Científica, Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Pereira, I. V., & Silva, C. A. T. (2018). Aprendizagem cooperativa como estratégia de ensino para a contabilidade: habilidades intelectuais da taxonomia do domínio cognitivo. *Revista Ambiente Contábil*, 10(1), 54-70.

Santos, R. V. (1999). Modelagem de sistemas de custos. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo*. São Paulo, 7, 62-74.

Santos, J. C. F. (2008). *O papel do professor na promoção da Aprendizagem Significativa*. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/aprendizagem/significativa/index.php?pagina=0>. Acesso em 10/jun de 2018.

Vasconcelos, Y. L., & Araújo, R. H. M. (2017) Emprego da técnica de mapas conceituais em disciplinas de contabilidade com abordagem gerencial. *Revista Ambiente Contábil*, 9(1), 117-143.

Zuffo, D., & Behrens, M. A. (2009). Paradigmas educacionais: desafios e oportunidades para o século XXI. In: Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. *EDUCERE – Anais do Congresso Nacional de Educação*, Curitiba, PR, Brasil.